

RELATÓRIO E CONTAS DE 2008

Informação geral

O Banco Popular Portugal, S.A. foi constituído em 2 de Julho de 1991, estando matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 2.396. O Número de Identificação de Pessoa Colectiva (NIPC) é 502.607.084. Tem o capital social de 376.000.000 de euros. A sede social é na Rua Ramalho Ortigão, 51, em Lisboa. O Banco adoptou a actual denominação social em Setembro de 2005 em detrimento da anterior denominação BNC-Banco Nacional de Crédito, S.A.. O Banco Popular Portugal participa no Fundo de Garantia de Depósitos.

A documentação financeira e estatística constante do relatório de gestão e das contas anuais foi elaborada com critérios analíticos da máxima objectividade, detalhe, transparência informativa e homogeneidade no tempo, a partir das situações financeiras enviadas periodicamente ao Banco de Portugal. As situações financeiras são apresentadas de acordo com as normas vigentes em 2008, em particular as estabelecidas pela Instrução nº 23/2004, de 17.01.2005, do Banco de Portugal no que se refere à apresentação de informações de natureza contabilística.

O relatório de gestão, as contas anuais e os restantes documentos que os acompanham podem ser consultados na internet na página do Banco Popular Portugal: www.bancopopular.pt

Índice de quadros e gráficos	4
Órgãos Sociais	5
O Banco Popular Portugal em números	6
RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO	7- 43
Posição do Banco Popular no sector bancário português	8
Estratégia comercial	10
Perspectivas para 2009	12
Análise da actividade do Banco	14- 35
Recursos e aplicações	15
Resultados e rentabilidade	22
Gestão do risco	31
Sociedades participadas	36
Proposta de aplicação dos resultados	41
Nota final	42
Anexos (artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais)	43
CONTAS ANUAIS	44
Balanços, Demonstrações de Resultados, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações dos movimentos nas contas de Capital Próprio individuais e consolidados	45 - 56
Notas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	57 - 123
Relatórios e Pareceres do Conselho Fiscal	124 - 127
Certificações Legais das Contas individuais e consolidadas	128 - 131

Quadros

1 – Balanços consolidados	16
2 – Recursos de clientes	18
3 – Carteira dos fundos de investimento	19
4 – Crédito sobre clientes	20
5 – Carteira de crédito sobre clientes por prazos de vencimento	21
6 – Contas de resultados	22
7 – Variação da margem financeira – Análise causal	23
8 – Comissões líquidas	24
9 – Custos operacionais	25
10 – Proveitos e custos financeiros. Margens	28
11 – Rentabilidade total	30
12 – Crédito vencido e crédito em incumprimento	35

Gráficos

1 – Quotas de mercado do Banco Popular	8
2 – ROE – Comparação com o sector bancário português	9
3 – Eficiência operativa – Comparação com o sector bancário português	10
4 – Activos totais sob gestão	15
5 – Recursos de clientes	17
6 – Fundos de investimento	20
7 – Seguros de reforma e de investimento	20
8 – Crédito sobre clientes	21
9 – Comissões líquidas	23
10 – Eficiência operativa	26
11 – Evolução dos resultados	27
12 – Margem com clientes	29
13 – Margem financeira	29
14 – ROA e ROE	31

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Augusto Fernando Correia Aguiar-Branco - Presidente

João Carlos de Albuquerque de Moura Navega - Secretário

Conselho de Administração

Rui Manuel Morganho Semedo - Presidente

Amadeo Pérez Urcola

Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

José Maria Lucia Aguirre

Ángel Rivera Congosto

Conselho Fiscal

Rui Manuel Ferreira de Oliveira - Presidente

Telmo Francisco Salvador Vieira

António José Marques Centúrio Monzelo

Ana Cristina Freitas Rebelo Gouveia – Suplente

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por António Alberto Henriques Assis ou por José Manuel Henriques Bernardo

Revisor Oficial de Contas suplente

Jorge Manuel Santos Costa, Revisor Oficial de Contas.

O Banco Popular Portugal em números (dados consolidados)

(milhões de euros, salvo indicação em contrário)

	2008	Varição	2007	2006	2005	2004
Volume de negócios						
Activos totais sob gestão	9 722	9,0%	8 917	8 463	7 007	5 129
Activos totais de balanço	9 008	13,1%	7 967	7 545	6 272	4 675
Recursos próprios (a)	720	46,4%	492	436	364	321
Recursos de clientes:	3 091	-21,7%	3 946	3 944	3 619	2 896
<i>de balanço</i>	2 377	-20,7%	2 996	3 026	2 885	2 442
<i>outros recursos intermediados</i>	714	-24,8%	950	918	734	454
Crédito concedido	6 696	6,9%	6 262	5 842	4 943	4 248
Riscos contingentes	454	13,7%	399	352	307	225
Solvência						
Rácio de solvabilidade-BP	9,0%		8,7%	8,0%	9,5%	9,2%
Tier 1	8,4%		5,6%			
Gestão do risco						
Riscos totais	7 150	7,3%	6 661	6 194	5 250	4 473
Crédito vencido	331,9	169,6%	123,1	105,1	87,1	43,2
Crédito vencido há mais de 90 dias	219,4	126,4%	96,9	89,2	82,7	38,4
Rácio de crédito vencido (%)	4,96%		1,97%	1,80%	1,76%	1,02%
Imparidade de crédito	163,6	76,9%	92,5	79,5	71,5	46,5
Resultados						
Margem financeira	164,4	-4,3%	171,7	160,4	133,5	118,0
Produto bancário	247,4	16,8%	211,8	203,5	168,6	144,1
Margem de exploração	137,2	23,9%	110,7	112,3	83,9	73,5
Resultados antes de impostos	36,1	-53,7%	77,9	76,2	55,2	50,4
Resultado líquido	20,2	-64,7%	57,4	55,9	42,9	37,8
Rentabilidade e eficiência						
Activos líquidos médios	8 307	12,6%	7 380	6 740	5 223	4 377
Recursos próprios médios	519	23,8%	419	365	314	280
ROA (%)	0,24%		0,78%	0,83%	0,82%	0,86%
ROE (%)	3,90%		13,69%	15,31%	13,67%	13,49%
Eficiência operativa (Cost to income) (%)	44,6%		47,8%	44,8%	50,3%	49,0%
(sem amortizações) (%)	40,2%		42,4%	39,5%	44,1%	43,1%
Dados por acção						
Número final de acções (milhões)	376,0	113,6%	176,0	176,0	176,0	175,9
Número médio de acções (milhões)	176,0	0,0%	176,0	176,0	176,0	175,9
Valor contabilístico da acção (€)	1,915	-31,5%	2,795	2,476	2,070	1,827
Resultado por acção (€)	0,115	-64,7%	0,326	0,318	0,244	0,215
Outros dados						
Número de empregados	1 276	2,8%	1 241	1 185	1 186	1 181
Número de agências	232	6,4%	218	200	167	137
Empregados por agência	5,5	-3,5%	5,7	5,9	7,1	8,6
Número de caixas automáticas (ATM)	326	3,5%	315	309	251	219

(a) Depois da aplicação dos resultados de cada exercício

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO

O Banco Popular Portugal, S.A. é a matriz de um grupo financeiro que, no final de 2008, tinha 720 milhões de euros de capitais próprios, uma rede de 232 agências e um quadro de pessoal de 1.276 empregados. Contava com 297 mil clientes e fazia a gestão de 9.722 milhões de euros de activos totais, incluindo 3.091 milhões de euros de recursos de clientes. O seu activo líquido ascendia a 9.008 milhões de euros. Em 2008, o Banco Popular Portugal obteve um resultado consolidado de 20,2 milhões de euros, o qual se traduz numa rentabilidade dos capitais próprios de 3,90%.

A actividade do Banco tem sido desenvolvida com o apoio das seguintes sociedades financeiras que permitem disponibilizar aos clientes um leque completo de produtos e serviços:

- Gerfundos, SA, detida a 100% pelo Banco Popular Portugal, é uma sociedade gestora de fundos de investimento que administra os fundos de investimento mobiliário comercializados pelo Banco Popular;
- Predifundos, SA, detida, igualmente, a 100% pelo Banco Popular Portugal, é uma sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário que administra os fundos de investimento imobiliário comercializados pelo Banco;
- Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA, participada em cerca de 61 % pelo Banco Popular Portugal, é uma companhia de seguros de vida que disponibiliza e gere seguros de vida, reforma e investimento, designadamente os comercializados aos balcões do Banco.
- Popular Seguros - Companhia de Seguros, SA, participada indirectamente pelo Banco Popular através da Eurovida que detém a totalidade do seu capital, é uma companhia de seguros dos ramos não vida que disponibiliza seguros através dos balcões do Banco.
- Popular Factoring, SA, participada em cerca de 50% pelo Banco Popular Portugal, tendo o Banco Popular Español uma participação semelhante, é uma instituição de crédito que disponibiliza toda a gama de produtos de factoring.

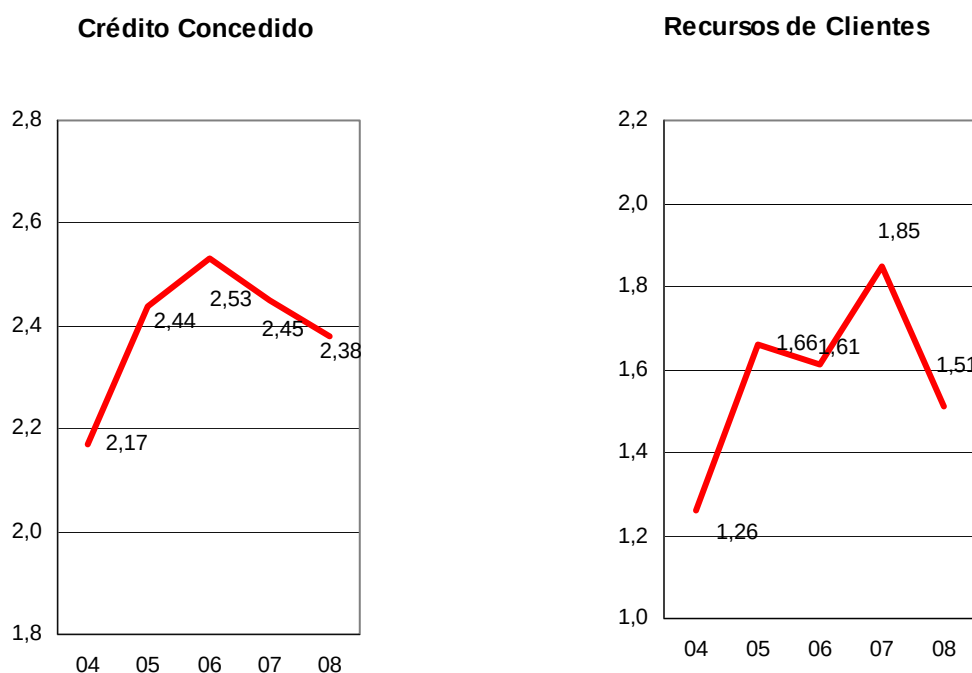
O Banco participa ainda noutras sociedades de carácter instrumental que permitem o desenvolvimento da sua actividade operacional.

Posição do Banco Popular Portugal no sector bancário português

O desempenho que o Banco Popular tem registado na sua actividade tem-lhe permitido, numa perspectiva de médio prazo, uma melhoria da sua posição no conjunto da banca portuguesa, nomeadamente, no que respeita ao nível de actividade, da eficiência e da rentabilidade.

A evolução da **quota de mercado** nos últimos cinco anos tem sido globalmente positiva, apesar de, em termos absolutos, ser ainda reduzida. No crédito concedido, atingiu 2,38%, em Junho de 2008, derivado da redução da exposição do Banco a alguns segmentos com características mais cíclicas. Nos recursos de balanço de clientes, depois de um significativo aumento em 2007, verificou-se uma redução, em Junho de 2008, em resultado da opção pelo recurso a fontes de financiamento mais favoráveis em termos de custo. Mesmo assim, a quota de mercado dos recursos de clientes registou um aumento de 1,26%, em 2004, para 1,51%, em Junho de 2008.

Fig. 1 – Quotas de mercado do Banco Popular* (%)



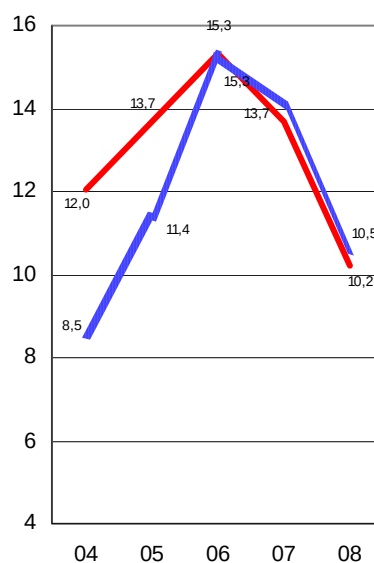
A evolução positiva da **rentabilidade dos capitais próprios**, com o ROE (resultado líquido/capitais próprios médios) atingiu 13,69%, em 2007, permitiu que o Banco Popular Portugal tenha apresentado um valor próximo ao da média do sector bancário. A crise financeira internacional iniciada em 2007 e agravada de forma muito significativa em 2008, teve um efeito muito negativo nas condições de exploração de todo o sector bancário, com o

consequente reflexo nos seus resultados, o que provocou uma generalizada redução da rentabilidade dos capitais próprios conforme se verifica na figura 2 referente a Junho de 2008. O Banco Popular registou uma rentabilidade dos capitais próprios de 10,22%, em Junho, e de 3,90%, no final de 2008.

Fig. 2 – ROE – Comparação com o sector bancário português*

(resultado líquido/capitais próprios médios)

(%)

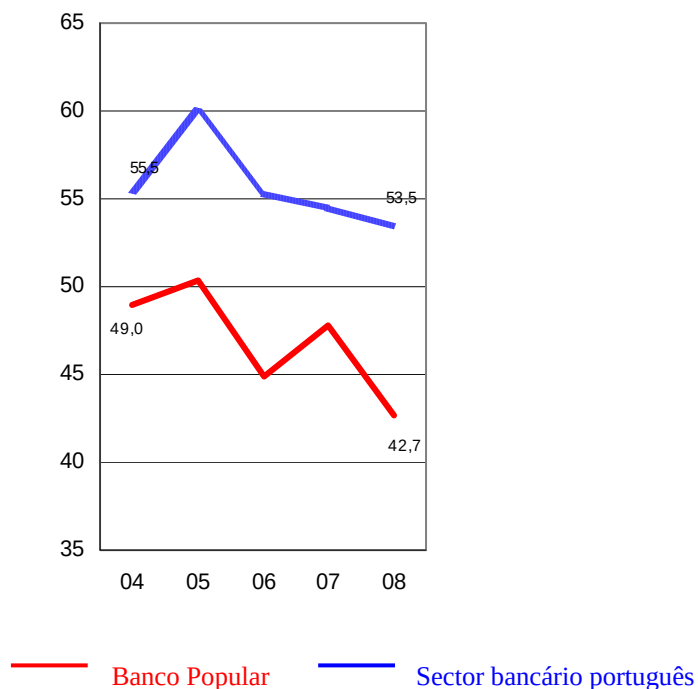


— Banco Popular
— Sector bancário português

A **eficiência operativa**, que relaciona os custos operativos (custos de funcionamento mais amortizações) com o produto bancário, tem continuado a manter uma evolução muito positiva no Banco Popular, o que lhe permite apresentar uma posição de clara vantagem no total do sector bancário. Esta melhoria traduziu-se numa redução de cerca de mais de 4 pontos percentuais nos últimos cinco anos, passando de 49%, em 2004, para 44,6%, no final de 2008. Em Junho, este rácio fixou-se em 42,7% contra 53,5% da média do sector bancário.

* - A informação sobre o total do sector bancário foi obtida a partir das respectivas demonstrações financeiras publicadas pela Associação Portuguesa de Bancos desde 2004 até Junho de 2008, última informação disponível.

Fig. 3 – Eficiência operativa
Comparação com o sector bancário português
(custos de transformação/produto da actividade)
(%)



A orientação estratégica prosseguida pelo Banco Popular tem-lhe proporcionado uma progressiva afirmação no mercado, reflectida na melhoria gradual da eficiência, variável em que se situa a um nível mais favorável que a média do sector, e com um nível de rentabilidade que tem acompanhado a média do sector, pese embora a quebra verificada no último ano.

Estratégia comercial

O ano de 2008 foi sem dúvida um ano diferente para o sector financeiro internacional e português. Pela primeira vez a percepção de solidez do sector foi afectada gerando-se uma crise de desconfiança sem precedentes, que, associada à deterioração da economia mundial e à falta de liquidez, condicionaram a actividade bancária, em especial no último trimestre.

Neste ano complexo, o Banco consolidou a sua política de expansão, deu início ao processo de migração para a plataforma do Grupo Banco Popular, procedeu à reestruturação dos departamentos comerciais com o alargamento das áreas comerciais e a nomeação de responsáveis de negócio de particulares e empresas, procedeu à reestruturação do Departamento de Marketing e Dinamização Comercial, implementou o Modelo de Gestão de

Risco e Crédito Vencido e fez a primeira campanha institucional sob o lema: “O Banco da sua vida”.

A actividade de particulares centrou-se numa oferta segmentada, orientada para diferentes públicos-alvo, ajustada às necessidades percepcionadas dos clientes. O número de clientes registou um aumento superior a 10%. Os recursos evoluíram negativamente devido em particular aos produtos de investimento, que reflectiram o comportamento negativo do mercado de capitais. Ao nível do crédito, verificou-se um crescimento de dois dígitos, quer no crédito à habitação, quer no crédito pessoal. Efectuaram-se, em média, 200 novos contratos, por mês, de crédito à habitação e 330 de crédito pessoal, registando-se, neste último caso, um crescimento de 20% relativamente ao ano anterior. A colocação de seguros registou, igualmente, uma evolução positiva tendo, nos seguros de vida, o número de novos contratos aumentado cerca de 28%, o que corresponde, em média a mais de 1.000 contratos por mês. Quanto aos seguros não vida contrataram-se, em média, cerca de 320 contratos/mês.

Ao nível das empresas o negócio dirigiu-se essencialmente às PME's, segmento estratégico no modelo de negócio do Banco Popular. Para apoiar esta opção estratégica e desenvolver a actividade de forma mais especializada, foi criada a Direcção de Grandes Empresas e Institucionais que concentra e estrutura o desenvolvimento da actividade comercial específica destes dois segmentos, os quais têm necessidades distintas das PME's. Com esta nova estrutura, a rede comercial centrou-se no retalho, permitindo um maior enfoque no alargamento da base de clientes, incremento na diversificação da carteira de negócio e no aumento do produto bancário.

O número de empresas clientes aumentou 9%, resultante de uma estratégia de segmentação e de desenvolvimento e ajustamento da oferta de produtos e serviços específica para cada segmento, complementada por uma acção comercial orientada para a expansão em sectores de actividade com maior atractividade, permitindo, desta forma, renovar e diversificar a carteira de riscos.

A adesão ao programa de linhas de crédito bonificadas, designadamente as PME Investe e as linhas disponibilizadas pelo IFAP, bem como o Sistema de Garantia Mútua, permitiram reforçar o financiamento às empresas também através destes instrumentos complementares.

Em Dezembro de 2008 o Banco finalizou a comercialização de uma linha de crédito co-financiada pelo BEI, com um valor global de 50 milhões de euros, a qual foi totalmente utilizada, tendo apoiado projectos com um valor global de financiamentos superior a 100 milhões de euros.

Tendo como objectivo o desenvolvimento da actividade gerada pela área de meios de pagamento, foi dado seguimento a um conjunto de alterações que se traduziram já em resultados positivos, particularmente ao nível dos terminais de pagamento automático cujo número registou um crescimento de 25% na sequência de acções de dinamização e de colocação de novos equipamentos.

Tendo iniciado a sua actividade em Setembro de 2008, a área de gestão de parcerias contava, no final do ano, com um total de 1.564 parceiros. A captação de negócio por esta via representou 15% do total de crédito contratado. Nos recursos, na vertente específica dos promotores, através da dinamização efectuada, encerrou-se o ano com uma carteira de 15 milhões de euros. Por último, na vertente da formação, durante o quadrimestre em causa, formaram-se cerca de 400 colaboradores que desempenham actividade nos parceiros, aspecto fundamental para o alinhamento dos mesmos com a estratégia comercial e de risco do Banco.

Perspectivas para 2009

O ano de 2009 será marcado por um contexto de grande complexidade e exigência, tanto ao nível económico, como ao nível da actividade bancária. A degradação da actividade económica, com as consequentes implicações no aumento do desemprego e da redução do consumo das famílias, associada à crise de liquidez e de crédito, deixam antever um ano difícil, onde a segurança, a solvência e a solidez das instituições bancárias terá um peso importante na escolha dos clientes.

Neste contexto, a actividade do Banco irá centrar-se numa estratégia de crescimento da sua carteira de negócio, com uma aposta clara no aumento do número de clientes em segmentos e nichos claramente identificados, de fidelização dos clientes, de aumento da captação de recursos, particularmente de médio e longo prazo, e de melhoria da qualidade do serviço ao cliente. Uma oferta segmentada e adaptada às necessidades dos clientes é ainda mais relevante num contexto em que a segurança, a confiança e a simplicidade são fundamentais.

A gestão do risco continuará a seguir critérios de rigor e prudência, numa oferta de crédito que deverá ser flexível, ajustando-se às necessidades dos clientes e permitindo gerir adequadamente os níveis de riscos admitidos. A prevenção e o seguimento constante são bases importantes no acompanhamento dos riscos da actividade.

Em 2009, a par da continuação da descida dos principais indexantes das taxas de juro, prevê-se que, a nível do sector bancário, se venha a observar, ainda, um aumento dos prémios de risco, como consequência do contexto económico negativo e da manutenção de condições mais exigentes na obtenção de recursos para financiar a expansão da actividade.

Ao nível dos recursos, a oferta deverá ser garantida, simples, e com liquidez. A este nível, o acompanhamento da concorrência terá um destaque especial, uma vez que, devido à crise de liquidez, manter-se-á uma tendência de oferta agressiva ao nível das taxas de juro. Os produtos de poupança serão um factor de destaque uma vez que as incertezas quanto ao futuro estarão cada vez mais presentes na mente das famílias.

A actualização da plataforma tecnológica do Banco, iniciada em 2008, permitirá continuar o programa de incremento das funcionalidades e dos ganhos operativos, com reflexo directo na oferta mais alargada e mais adequada de produtos e serviços disponibilizados aos clientes.

Análise da actividade do Banco

Em consequência da crise financeira norte americana do “subprime” no final de 2007, as perspectivas para 2008 de evolução da economia internacional não eram as melhores dada a elevada probabilidade do alastramento desta crise ao mercado europeu e a todos os mercados mundiais. No entanto, a realidade veio a superar largamente as previsões mais pessimistas convertendo-se num dos ciclos económicos mais negativos dos últimos 50 anos.

Com efeito, em resultado da globalização da economia em geral e dos mercados financeiros em particular, a crise norte americana agudizou-se e alastrou rapidamente à Europa e ao resto do mundo, tendo consequências muito negativas no sector financeiro, gerando sérios problemas de insolvência e liquidez, obrigando os governos a intervir, de uma forma concertada, através de enormes reforços do capital das instituições menos solventes e de financiamento dos sistemas.

Esta situação gerou um clima de desconfiança nos mercados financeiros internacionais de que resultou uma falta de liquidez nos sistemas bancários, a qual se veio a propagar à economia real com as inevitáveis restrições ao crédito às empresas e famílias.

A nível europeu, esta falta de liquidez reflectiu-se numa brutal subida das taxas de juro, com as Euribor a atingir os valores mais altos de sempre, o que veio trazer grandes dificuldades de financiamento do sistema bancário, com repercussão nas limitações e no custo do crédito a criar dificuldades ao desenvolvimento da actividade económica.

Em Portugal, a falta de liquidez e o aumento dos custos de financiamento, geraram falências em empresas com menos capacidade financeira, com o consequente aumento do desemprego, e o inevitável crescimento dos incumprimentos do crédito, tanto por parte das empresas como das famílias. Estes factos implicaram a degradação das condições de exploração do sector bancário, com a quebra das margens e o reconhecimento do aumento das imparidades dos activos, o que levou a reduções significativas dos resultados apresentados.

O Banco Popular não foi excepção a este quadro de crise financeira e económica, sendo reflexo disso o aumento do crédito vencido e a redução do resultado do exercício, como

corolário da perda de margem financeira e do aumento das dotações para imparidades de crédito e de outros activos.

Recursos e aplicações

Activos totais

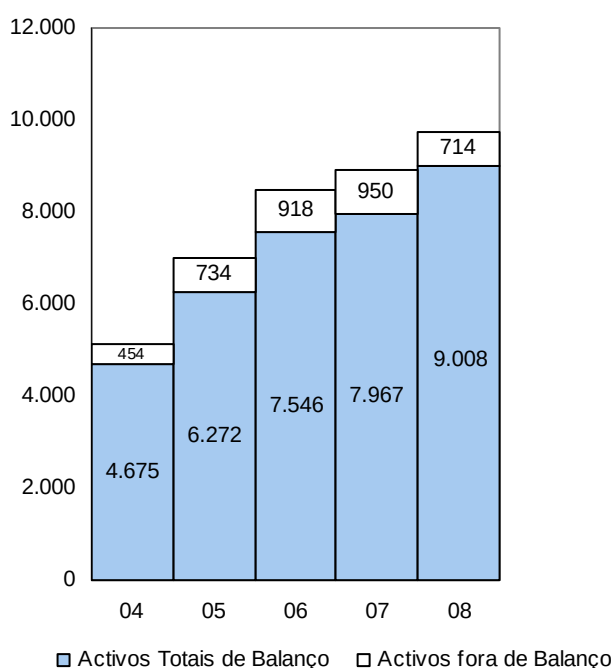
Os balanços consolidados relativos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são apresentados resumidamente no quadro 1. No capítulo Contas Anuais, os mesmos são apresentados de acordo com o modelo definido pelo Banco de Portugal.

No final de 2008, o activo líquido consolidado do Banco Popular ascendeu a 9.008 milhões de euros, com um aumento anual de 1.041 milhões de euros, equivalente a um crescimento de 13,1%. Em saldos médios, o valor do activo atingiu 8.307 milhões de euros, mais 12,6% que no ano anterior.

O Banco faz também a gestão de outros recursos de clientes aplicados em instrumentos de investimento, poupança e reforma, fora de balanço, cujo montante ascendia, no final do ano, a 714 milhões de euros, os quais registaram um decréscimo de 24,8%, em relação ao ano anterior.

Fig. 4 – Activos totais sob gestão

(milhões de euros)



Deste modo, os activos totais geridos pelo Banco atingiram, no final de 2008, um montante de 9.722 milhões de euros, registando um crescimento de 9,1%, relativamente ao ano transacto.

Quadro 1 . Balanço consolidado

(milhares de euros)

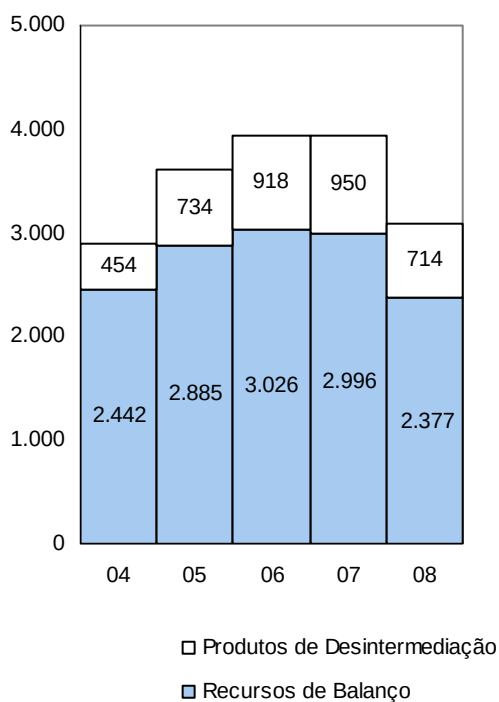
	2008	2007	Variação	
			Valor	%
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	110 909	97 081	13 828	14,2
Disponibilidades em outras instituições de crédito	105 889	117 707	- 11 818	-10,0
Aplicações em instituições de crédito	1 030 388	411 577	618 811	150,4
Crédito a clientes	6 696 043	6 262 287	433 756	6,9
(-) Imparidade	- 163 617	- 92 453	- 71 164	77,0
Activos financeiros	548 860	803 679	- 254 819	-31,7
Propriedades de investimento	2 159	2 353	- 194	-8,2
Imobilizado Total	130 197	133 547	- 3 350	-2,5
Activos por impostos	42 609	25 444	17 165	67,5
Provisões técnicas de resseguro cedido	3 021	1 605	1 416	88,2
Activos recebidos por recuperação de crédito	271 466	144 444	127 022	87,9
Outros Activos	230 125	59 581	170 544	286,2
Total de Activo.....	9 008 049	7 966 852	1 041 197	13,1
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	4 917 057	3 325 311	1 591 746	47,9
Recursos de clientes	2 377 007	2 995 529	- 618 522	-20,6
Responsabilidades representadas por títulos	46 766	16 281	30 485	187,2
Passivos financeiros	550 614	142 204	408 410	287,2
Passivos subordinados	100 574	286 950	- 186 376	-65,0
Provisões	3 279	2 357	922	39,1
Provisões técnicas	116 801	603 543	- 486 742	-80,6
Passivos por impostos	9 083	27 299	- 18 216	-66,7
Outros passivos	166 906	75 516	91 390	121,0
Total de Passivo.....	8 288 087	7 474 990	813 097	10,9
Capital				
Capital	376 000	176 000	200 000	113,6
Prémios de emissão	10 109	10 109	0	0,0
Acções próprias	- 1	0	- 1	
Reservas de reavaliação	1 573	5 094	- 3 521	-69,1
Outras reservas e resultados transitados	281 476	221 849	59 628	26,9
Lucro consolidado do exercício	20 238	57 416	- 37 178	-64,8
Interesses minoritários	30 567	21 394	9 173	42,9
Total de Capital.....	719 962	491 862	228 100	46,4
Total de Passivo + Capital	9 008 049	7 966 852	1 041 197	13,1

Recursos de clientes

O montante global de recursos de clientes dentro e fora de balanço atingiu 3.091 milhões de euros no final de 2008, menos 21,7% que no ano anterior. A figura 5 apresenta a evolução dos recursos totais de clientes nos últimos 5 anos.

Os recursos de balanço, essencialmente, depósitos de clientes, atingiram um total de 2.377 milhões de euros, tendo-se verificado um decréscimo de 20,6%, relativamente ao ano anterior. Em saldos médios anuais, os recursos de clientes registaram igualmente uma redução de 23,5%, passando de 3.161 milhões de euros, em 2007, para 2.414 milhões de euros, em 2008. Esta evolução verificou-se, fundamentalmente, nos depósitos de institucionais e resultou de uma política de contenção do aumento do custo dos recursos captados.

Fig. 5 – Recursos de clientes
(milhões de euros)



Quadro 2 . Recursos de clientes

(milhares de euros)

	2 008	2 007	Variação Valor	%
Recursos de balanço				
Depósitos	2 326 664	2 965 339	- 638 675	-21,5
Depósitos à ordem	579 083	634 149	- 55 066	-8,7
Depósitos a prazo	1 698 820	2 251 776	- 552 956	-24,6
Depósitos poupança	48 761	79 414	- 30 653	-38,6
Cheques e ordens a pagar	28 188	13 890	14 298	102,9
Juros a pagar e outros recursos	22 155	16 300	5 855	35,9
RECURSOS DE BALANÇO (a)	2 377 007	2 995 529	- 618 522	-20,6
Recursos de desintermediação				
Fundos de investimento	194 387	339 317	- 144 930	-42,7
Seguros de investimento e capitalização	267 665	280 487	- 12 822	-4,6
Seguros de reforma	105 561	116 587	- 11 026	-9,5
Gestão de carteiras	146 552	213 514	- 66 962	-31,4
RECURSOS FORA DE BALANÇO (b)	714 165	949 905	- 235 740	-24,8
RECURSOS TOTAIS (a + b)	3 091 172	3 945 434	- 854 262	-21,7

A redução dos depósitos de clientes deveu-se, essencialmente, ao decréscimo, de 24,6%, dos depósitos a prazo o que implicou um aumento do peso relativo dos depósitos à ordem no total, o qual se fixou em 24,9 % no final de 2008.

Os recursos intermediados fora de balanço, que incluem as aplicações em fundos de investimento, os planos de poupança-reforma, os recursos captados através de produtos de seguros de investimento e os patrimónios geridos através do *private banking*, registaram um decréscimo de 24,8%, atingindo cerca de 714 milhões de euros no final do ano, em resultado da crise financeira que se fez sentir, a qual motivou uma perda de valor destes activos e um volume de resgates superior ao volume de novas subscrições. A evolução destes recursos é apresentada no final do quadro 2.

O Banco Popular, através da Gerfundos e Predifundos, administra um total de 20 fundos, cuja carteira total ascende a 212 milhões de euros, menos 40,8% do que o valor no final de 2007. No quadro 3, é apresentada a evolução dos patrimónios dos fundos de investimento geridos. Salienta-se a variação negativa, superior a 50%, da generalidade dos fundos de

investimento mobiliário em resultado da perda de valor e, essencialmente, dos resgates verificados. Em sentido inverso merecem especial destaque os novos fundos, que atingiram globalmente cerca de 29 milhões de euros.

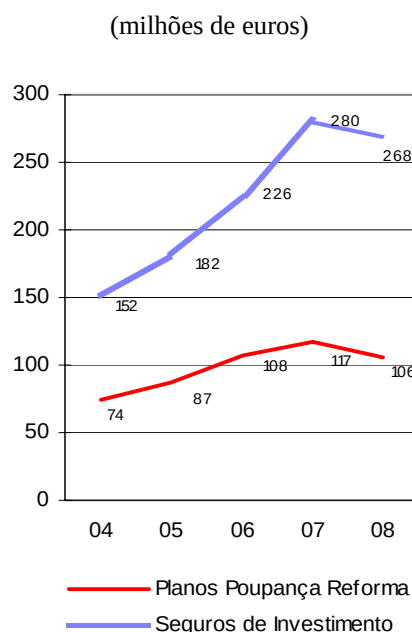
Quadro 3 . Carteira dos fundos de investimento

(em milhares de euros)

Fundos	2 008	2 007	Varição Valor	%
Rendimento	5 733	17 412	- 11 679	-67,1
Valor	8 514	27 907	- 19 393	-69,5
Acções	3 912	11 067	- 7 155	-64,7
Euro Taxa Fixa	1 969	2 927	- 958	-32,7
Poupança Acções	405	1 216	- 811	-66,7
Global 25	16 357	50 684	- 34 327	-67,7
Global 50	6 766	17 989	- 11 223	-62,4
Global 75	3 438	8 475	- 5 037	-59,4
Oportunidades Globais	0	6 364	- 6 364	-100,0
Tesouraria	8 627	19 290	- 10 663	-55,3
Cabaz Mundial	4 803	5 309	- 506	-9,5
Popular Imobiliário FEI	38 045	73 526	- 35 481	-48,3
Eurovalor Protegido	0	13 208	- 13 208	-100,0
Rendimento Protegido	0	13 346	- 13 346	-100,0
Popular Eurodividendo Protegido	13 684	13 541	143	1,1
Popular Refúgio Ouro	2 489	2 579	- 90	-3,5
Aquaagrícola	6 976	0	6 976	>
Oportunidades Globais II	10 698	0	10 698	>
Fundurbe	10 965	0	10 965	>
Imourbe	13 218	14 242	- 1 024	-7,2
Imopopular	5 258	5 061	197	3,9
Imoportugal	28 829	28 369	460	1,6
Predifundo	21 156	25 387	- 4 231	-16,7
Total	211 842	357 901	- 146 059	-40,8

O Banco Popular comercializa planos de poupança-reforma e os seguros de investimento da Eurovida, da qual detém a maioria do capital. A captação de recursos de clientes através destes produtos registou igualmente uma pequena quebra em 2008, com um decréscimo de 4,6%, nos seguros de investimento e capitalização, e de 9,5%, nos planos de poupança-reforma, conforme se pode verificar na parte final do quadro 2. Esta evolução deveu-se essencialmente a um volume de resgates em seguros em unidades de conta (unit-linked) superior ao volume de novas subscrições.

A gestão de patrimónios está essencialmente direccionada para o segmento de clientes private. No final de 2008, o Banco tinha sob gestão uma carteira total de cerca de 147 milhões de euros, valor sensivelmente menor que o atingido no ano anterior.

Fig. 6 – Fundos de investimento**Fig. 7 – Seguros de reforma e de investimento**

Crédito concedido

O crédito concedido a clientes representa a componente de maior peso no activo do Banco, correspondendo a 74,3% do total do activo. O quadro 4 apresenta a composição do crédito concedido a clientes nos finais de 2008 e 2007

Quadro 4 . Crédito sobre clientes

(milhares de euros)

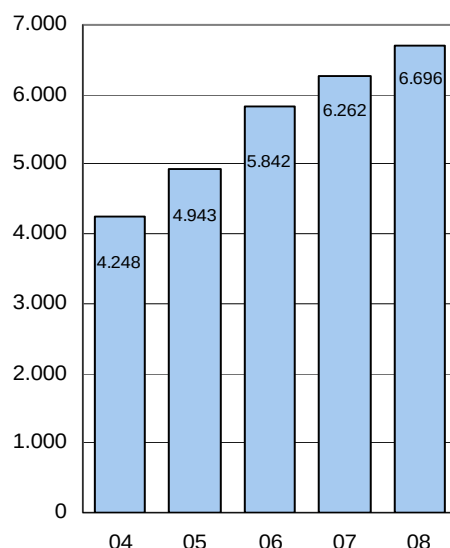
	2 008	2 007	Variação	
			Valor	%
Crédito concedido (a)				
Empresas e Administrações Públicas	4 569 154	4 681 881	- 112 727	-2,4
Particulares	1 455 067	1 293 469	161 598	12,5
Habitação	963 436	873 955	89 481	10,2
Consumo	113 548	147 758	- 34 210	-23,2
Outras finalidades	378 083	271 756	106 327	39,1
Total (a)	6 024 221	5 975 350	48 871	0,8
Outros créditos (Titulados) (b)	318 089	140 200	177 889	126,9
Juros e comissões a receber (c)	21 799	23 618	- 1 819	-7,7
Crédito e juros vencidos (d)				
Até 90 dias	112 521	26 179	86 342	329,8
Mais de 90 dias	219 414	96 940	122 474	126,3
Total (d)	331 934	123 119	208 815	169,6
Total (a + b + c + d)	6 696 043	6 262 287	433 756	6,9
Menos: (e)				
Imparidade de crédito	161 763	92 453	69 310	75,0
Total (a + b + c + d - e)	6 534 280	6 169 834	364 446	5,9

O saldo de crédito concedido ascendeu a 6.696 milhões de euros no final de 2008, registando um aumento de 434 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 6,9%, relativamente ao ano anterior. Em saldos médios, o total de crédito a clientes foi de 6.458 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 7,7%. O crédito financiado por recursos de clientes representa 35,5% do total.

O crédito a empresas e administrações públicas representa 77,1% do total, enquanto o crédito a particulares corresponde a 22,9% do total. No crédito a particulares, destaca-se o crédito à habitação, que atingiu 963 milhões de euros, e representa 66,2% deste crédito e 15,1% do total.

Fig. 8 – Crédito sobre clientes

(milhões de euros)



O quadro 5 apresenta a distribuição e a evolução do crédito a clientes segundo o respectivo prazo de vencimento. No final de 2008, o crédito contratado a mais de um ano representava 53,7% do total, tendo registado um decréscimo do seu peso relativo no total.

Quadro 5 - Carteira de crédito sobre clientes por prazos de vencimento

(milhares de euros)

	2 008	2 007	2 006	2 005	2 004
Até 3 meses	2 419 285	2 119 448	1 066 181	968 070	984 537
De 3 meses a 1 ano	519 793	551 560	1 219 495	1 109 452	943 565
De 1 a 5 anos	1 522 471	1 520 355	1 685 358	1 571 685	1 373 397
Mais de 5 anos	1 880 760	1 924 187	1 744 559	1 196 889	893 197
Duração indeterminada (vencidos)	331 934	123 119	105 075	87 148	43 201
Juros e comissões a receber	21 799	23 618	21 261	9 737	10 373
Total	6 696 043	6 262 287	5 841 928	4 942 981	4 248 270

Resultados e rentabilidade

Contas de resultados

As contas de resultados consolidados são apresentadas, de forma sintética, no quadro 6. Nas Contas Anuais, são apresentadas as demonstrações de resultados individuais e consolidados nos dois últimos anos, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal.

Quadro 6 - Contas de resultados

(milhares de euros)

	2008	2007	variação	
			valor	%
1 Juros e rendimentos similares	460 963	406 523	54 440	13,4
2 Juros e encargos similares	296 606	234 792	61 814	26,3
3 Margem financeira (1-2)	164 357	171 731	- 7 374	-4,3
4 Rendimento de instrumentos de capital	4 997	58	4 939	>
5 Comissões líquidas	46 102	42 074	4 028	9,6
6 Resultados de activos financeiros	- 21 431	5 654	- 27 085	-479,0
7 Resultados da actividade de seguros (líq.)	3 335	- 6 747	10 082	149,4
8 Outros resultados de exploração	50 070	- 988	51 058	>
9 Produto da actividade (3+4+5)	247 430	211 783	35 648	16,8
7 Custos com pessoal	60 511	54 806	5 705	10,4
8 Gastos gerais administrativos	39 029	35 085	3 944	11,2
9 Amortizações	10 708	11 232	- 524	-4,7
10 Margem de exploração (6-7-8-9)	137 182	110 660	26 523	24,0
11 Imparidade do crédito	87 369	25 130	62 239	247,7
12 Imparidade de outros activos	12 912	6 283	6 629	105,5
13 Provisões	1 197	1 530	- 333	-21,8
14 Diferenças de consolidação	0	33	- 33	0,0
15 Resultados de associadas	369	136	233	0,0
15 Resultado antes de impostos (10-11-12-13+14)	36 073	77 886	- 41 813	-53,7
16 Impostos	14 458	18 633	- 4 175	-22,4
17 Resultado após impostos (15-16)	21 615	59 252	- 37 637	-63,5
18 Interesses minoritários	1 377	1 836	- 459	0,0
19 Resultado líquido do exercício (17-18)	20 238	57 416	- 37 178	-64,8

Em 2008, a margem financeira ascendeu a 164,4 milhões de euros, evidenciando um decréscimo de 4,3%, ou seja, menos 7,4 milhões de euros que no ano anterior. Esta redução da margem financeira ficou a dever-se ao aumento do custo médio dos recursos, que não foi compensado totalmente pelo aumento do volume da actividade comercial.

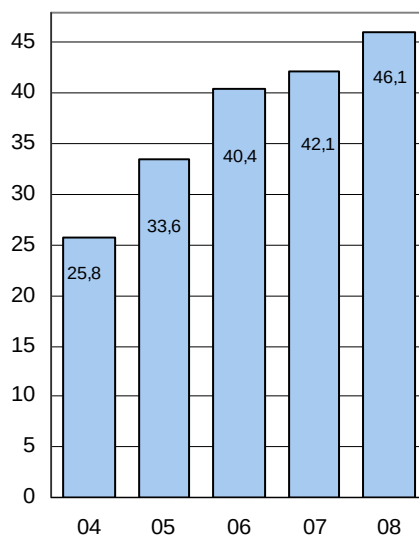
Quadro 7 - Variação da margem financeira - Análise causal

(milhares de euros)

Variação em:	Por variação do volume de actividade	Por variação nas taxas de juro	Variação total
Crédito concedido	29 267	10 951	40 218
Aplicações em instituições de crédito	6 864	454	7 318
Activos financeiros	3 350	3 022	6 372
Outros activos	1 000	- 468	532
Total de aplicações	40 481	13 959	54 440
Depósitos de clientes	- 28 409	11 627	- 16 782
Recursos de instituições de crédito	66 906	9 293	76 199
Passivos subordinados	130	2 041	2 171
Recursos próprios	-	-	-
Outros passivos	3	223	226
Total de recursos	38 630	23 184	61 814
Margem financeira	1 852	- 9 225	- 7 374

As comissões líquidas cobradas aos clientes pela colocação de produtos e prestação de serviços atingiram 46,1 milhões de euros, ou seja, mais 9,6% que no ano anterior. Este valor confirma a tendência de crescimento que se tem verificado nos últimos anos, conforme o demonstra a figura 9.

Fig. 9 – Comissões líquidas
(milhões de euros)



O quadro 8 mostra que o aumento verificado em 2008 se deveu, principalmente, às comissões geradas pela actividade de seguros, cujo aumento se deveu, em parte, a uma alteração dos critérios da contabilização dos proveitos da actividade em resultado da entrada em vigor de um novo plano de contas, uma vez que as comissões geradas pela actividade bancária

registaram globalmente um decréscimo de 2,9%, com destaque para as comissões de operações de crédito e de gestão de activos.

Quadro 8 - Comissões líquidas

(milhares de euros)

	2 008	2 007	variação %
Comissões de operações de crédito	4 435	7 822	-43,3
Comissões de garantias	5 289	5 205	1,6
Comissões de meios de cobrança e pagamento	18 433	20 040	-8,0
Comissões de gestão de activos	8 804	11 538	-23,7
Comissões de venda de seguros	9 556	84	>
Comissões de manutenção de contas	2 177	1 902	14,5
Comissões de processamento	1 075	1 024	5,0
Outras	2 995	2 448	22,3
Comissões pagas	- 6 662	- 7 988	-16,6
Total	46 102	42 074	9,6

Os resultados negativos de operações financeiras, no valor de -21,4 milhões de euros, deveram-se, essencialmente, à flutuação negativa de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os outros resultados de exploração, que registaram um valor de 50,1 milhões de euros, resultam das mais valias obtidas com a venda de cerca de 39% do capital da companhia de seguros Eurovida.

O produto da actividade, soma da margem financeira e das comissões e outros proveitos de exploração, elevou-se a 247,4 milhões, o que corresponde a um crescimento anual de 16,8%.

Os custos operativos, que englobam os custos com pessoal, os gastos gerais administrativos e as amortizações do exercício, totalizaram 110,2 milhões de euros, registando um incremento de 9%. O quadro 9 apresenta os custos operacionais dos dois últimos anos nas suas diversas componentes.

Os custos com pessoal ascenderam a 60,5 milhões de euros, apresentando um crescimento de 10,4% decorrente do aumento do quadro de pessoal em 35 elementos, colocados essencialmente nos 14 balcões abertos durante o ano.

O total dos gastos gerais administrativos fixou-se em 39 milhões de euros, com um acréscimo de 11,2%, face ao ano anterior. Este crescimento deveu-se, essencialmente, ao crescimento da actividade e da rede de agências, estando ainda influenciado por custos decorrentes da integração do Banco na plataforma tecnológica do Grupo Banco Popular. Nos serviços especializados, destacam-se os custos com serviços de informática, com 4 milhões de euros e um crescimento de 6,2%, e os custos com outros serviços contratados em outsourcing, com cerca de 3,1 milhões de euros e um crescimento anual de 73%

Quadro 9 - Custos operativos

(milhares de euros)

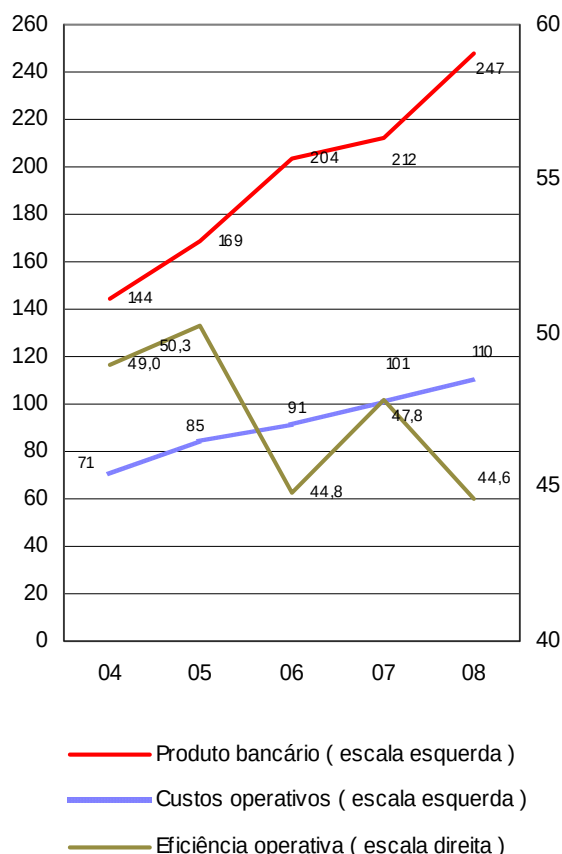
	2 008	2 007	variação %
Custos com pessoal (a)	60 511	54 806	10,4
Remunerações	44 169	39 968	10,5
Encargos sociais	6 625	7 044	-5,9
Fundo de pensões	6 868	6 964	-1,4
Outros custos	2 848	830	243,1
Gastos gerais administrativos (b)	39 029	35 085	11,2
Fornecimentos de terceiros	2 731	3 196	-14,5
Rendas e alugueres	4 389	3 818	15,0
Comunicações e desp. de expedição	3 820	3 668	4,1
Deslocações, est. e representação	1 588	1 632	-2,7
Publicidade e ed. de publicações	1 297	1 623	-20,1
Conservação e reparação	4 504	3 755	19,9
Transportes	1 609	1 622	-0,8
Formação de Pessoal	351	470	-25,3
Seguros	704	521	35,1
Serviços especializados	16 482	14 318	15,1
Outros serviços	1 554	462	236,4
Custos de funcionamento (c=a+b)	99 539	89 891	10,7
Amortizações do exercício (d)	10 708	11 232	-4,7
Total (c+d)	110 247	101 123	9,0

As dotações para amortizações do imobilizado atingiram 10,7 milhões de euros, menos 4,7% que em 2007, redução esta decorrente do menor investimento efectuado na abertura de novas agências.

O rácio de eficiência operativa, que corresponde à parte do produto bancário consumida pelos custos operativos, fixou-se, em 2008, em 44,6%, valor significativamente inferior ao do ano anterior. Apesar deste indicador estar influenciado pelo crescimento do produto da actividade

em resultado da mais-valia obtida na venda de parte do capital da Eurovida, deve salientar-se que a sua evolução nos últimos 5 anos tem sido muito positiva como pode ser observado na figura 10. Não considerando as amortizações do exercício, este rácio baixa para 40,2%, valor igualmente inferior ao registado no ano anterior.

Fig. 10 – Eficiência operativa



O peso dos custos com pessoal no produto da actividade fixou-se em 24,5% no final de 2008, valor inferior aos 25,9% verificados no ano anterior.

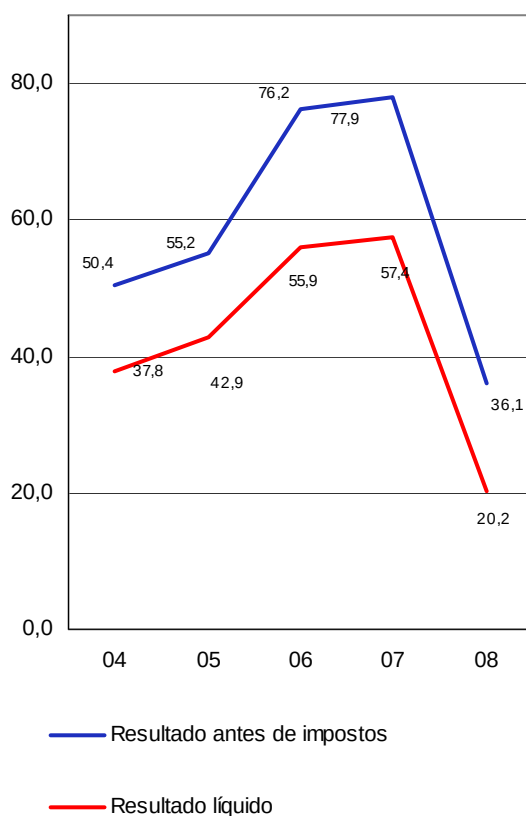
A margem de exploração, que resulta da diferença entre o produto da actividade e os custos operativos, ascendeu, em 2008, a 137,2 milhões de euros, valor que corresponde a um aumento de 24% relativamente ao ano anterior.

O resultado bruto obtido (antes de deduzir os impostos sobre os lucros) fixou-se, no final de 2008, em 36,1 milhões de euros, registando, em relação ao ano anterior, uma redução de 53,7%. A este montante deve ser deduzido o imposto sobre os lucros, no valor de 14,5 milhões de euros, e os interesses minoritários, no valor de 1,4 milhões de euros, chegando-se

a um resultado líquido de 20,2 milhões de euros, o que equivale a uma redução de 64,8%, relativamente ao ano anterior. Este valor corresponde a 0,115 euros por acção, comparado com 0,326 euros por acção em 2007. A figura 11 mostra a evolução, nos últimos cinco anos, do resultado antes de impostos e do resultado líquido.

Fig. 11 – Evolução dos resultados

(milhões de euros)



Rentabilidade

A análise conjunta da conta de resultados e do balanço permite avaliar a rentabilidade da actividade financeira do Banco Popular Portugal, comparando os proveitos e custos e respectivas margens com as aplicações e os recursos que lhes dão origem.

Verifica-se no quadro 10 que o crédito concedido a clientes continuou a ser a principal componente do activo médio do Banco, representando 78% do total. O activo foi financiado em 29% por recursos de clientes e em 51% por recursos de instituições de crédito, principalmente recursos do Grupo Banco Popular. Este quadro fornece, ainda, informação

sobre as taxas médias anuais das aplicações e recursos, bem como as margens com clientes e financeira.

Quadro 10 - Capitais e taxa médias anuais. Margens

(milhares de euros e %)

	2008				2007			
	Saldo Médio	Dist. (%)	Proveitos ou custos	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Dist. (%)	Proveitos ou custos	Taxa Média (%)
Crédito concedido (a)	6 457 506	78	409 044	6,33	5 991 895	81	368 826	6,16
Aplicações em Instituições de crédito	632 555	8	24 235	3,83	453 102	6	16 917	3,73
Activos financeiros	716 608	9	23 618	3,30	607 799	8	17 246	2,84
Outros activos	500 622	6	4 066	0,81	327 567	4	3 534	1,08
Total do Activo (b)	8 307 290	100	460 963	5,55	7 380 363	100	406 523	5,51
Recursos de clientes (c)	2 414 413	29	86 588	3,59	3 160 970	43	103 370	3,27
Recursos de Instituições de crédito	4 271 638	51	195 442	4,58	2 797 046	38	119 243	4,26
Passivos subordinados	272 823	3	14 337	5,26	269 971	4	12 166	4,51
Contas de capital	519 446	6			468 410	6		
Outros passivos	828 970	10	239	0,03	683 966	9	13	0,00
Total do Passivo e Capitais Próprios (d)	8 307 290	100	296 606	3,57	7 380 363	100	234 792	3,18
<i>Margem com clientes (a - c)</i>				2,75				2,89
<i>Margem financeira (b - d)</i>				1,98				2,33

Em 2008, o activo líquido médio atingiu 8.307 milhões de euros, fixando-se a sua rentabilidade global em 5,55%, mais 4 pontos base que no ano anterior. Por outro lado, o custo médio do total dos recursos afectos ao financiamento do activo registou um aumento de 39 pontos base, atingindo 3,57%. Esta evolução implicou uma redução de 35 pontos base da margem financeira anual, a qual se fixou em 1,98%. O significativo aumento das taxas médias dos recursos é o corolário da evolução ascendente da Euribor, verificada durante quase todo o ano de 2008, e da crise de liquidez nos mercados interbancários que fez, igualmente, disparar a remuneração dos depósitos de clientes.

Por sua vez, o crédito a clientes registou um aumento de 17 pontos base na sua taxa média, passando de 6,16%, em 2007, para 6,33%, em 2008, enquanto que o custo médio dos recursos de clientes se fixou em 3,59%, valor muito superior aos 3,27% verificados no ano anterior. O maior aumento nos recursos de clientes implicou uma redução de 14 pontos base na margem com clientes, a qual se fixou em 2,75%.

Pela análise da figura 12, verifica-se que a evolução da margem com clientes nos últimos cinco anos se tem pautado por uma ligeira tendência de redução, registando uma evolução de 3,14%, em 2004, para 2,75%, em 2008. Quanto à margem financeira, a sua evolução nos últimos cinco anos tem sido caracterizada por reduzidas quebras anuais com mais significado, sendo a última de 35 pontos base, em 2008. Conforme reflectido na figura 13, a margem financeira passou de 2,70%, em 2004, para 1,98%, no último ano.

Fig.12 – Margem com clientes

(%)

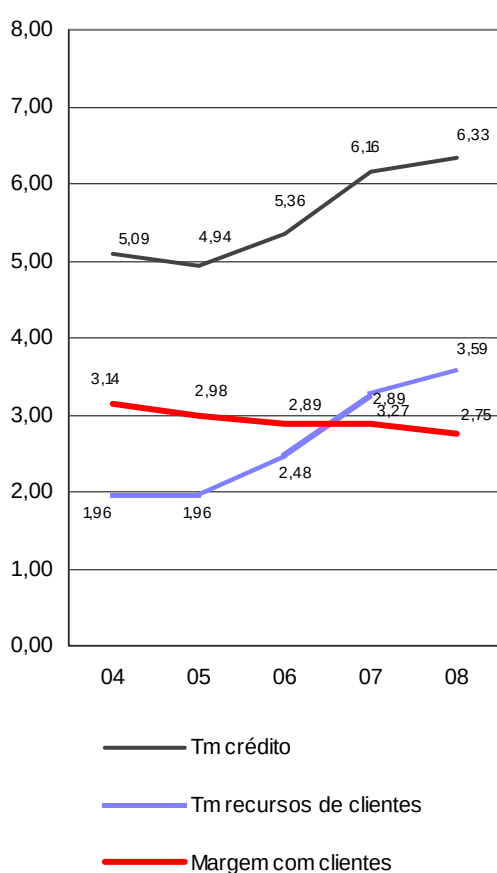
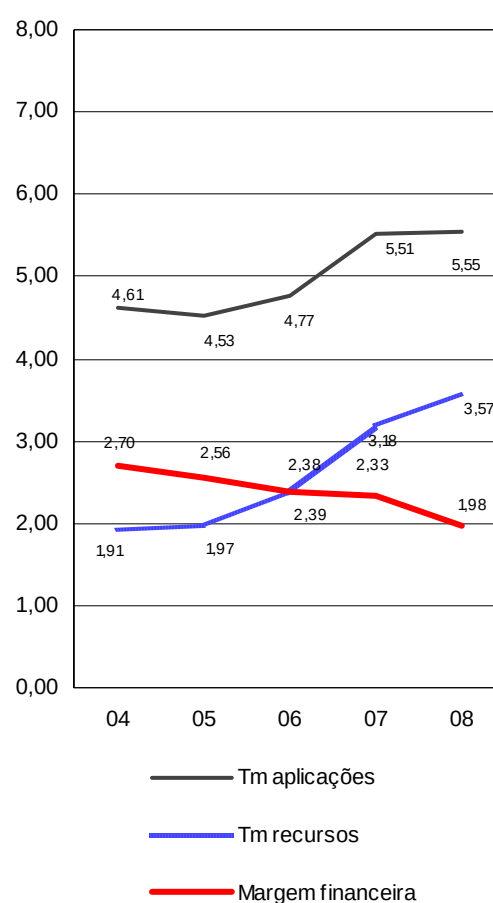


Fig. 13 - Margem financeira

(%)



No quadro 11 são apresentadas as contas de resultados dos anos de 2008 e 2007 com indicação das suas componentes em percentagem do activo médio total.

Quadro 11 - Rentabilidade total

(valores em milhares de euros e em % dos activo líquido médio)

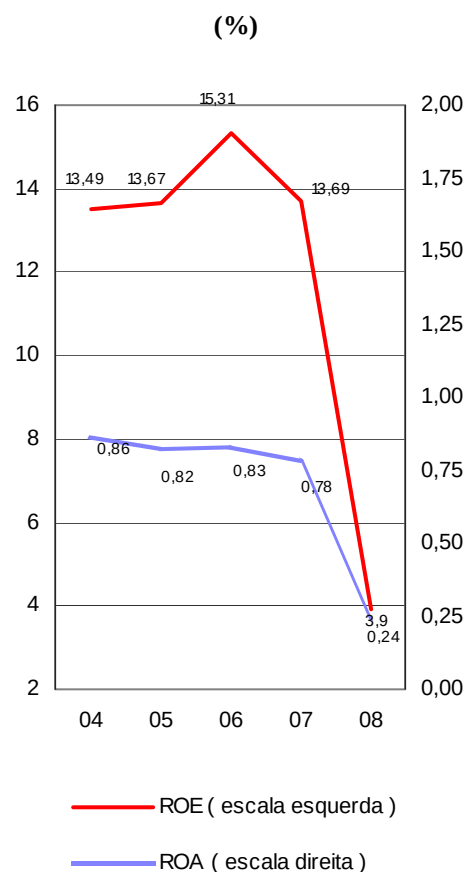
	2008		2007		Variação	
	valores	%	valores	%	em valor	%
Proveitos das aplicações	460 963	5,55	406 523	5,51	54 440	0,04
Custos dos recursos	296 606	3,57	234 792	3,18	61 814	0,39
Margem financeira	164 357	1,98	171 731	2,33	- 7 374	-0,35
Comissões líquidas	46 102	0,55	42 074	0,57	4 028	-0,02
Outros resultados de exploração	36 971	0,45	- 2 022	-0,03	38 993	0,47
Produto da actividade	247 430	2,98	211 783	2,87	35 647	0,11
Custos com pessoal	60 511	0,73	54 806	0,74	5 705	-0,01
Gastos gerais administrativos	39 029	0,47	35 085	0,48	3 944	-0,01
Amortizações	10 708	0,13	11 232	0,15	- 524	-0,02
Rentabilidade de exploração	137 182	1,65	110 660	1,50	26 522	0,15
Imparidade do crédito	87 369	1,05	25 130	0,34	62 239	0,71
Imparidade de outros activos	12 912	0,16	6 283	0,09	6 629	0,07
Provisões	1 197	0,01	1 530	0,02	- 333	-0,01
Diferenças de consolidação	0	0,00	33	0,00	- 33	0,00
Resultados de associadas	369		136	0,00	233	
Rentabilidade antes de impostos	36 073	0,43	77 886	1,06	- 41 813	-0,62
Impostos	14 458	0,17	18 633	0,25	- 4 175	-0,08
Rentabilidade após impostos	21 615	0,26	59 253	0,80	- 37 638	-0,54
Interesses minoritários	1 377	0,02	1 836	0,02	- 459	-0,01
Rentabilidade líquida final (ROA)	20 238	0,24	57 416	0,78	- 37 178	-0,53
Por memória:						
Activo líquido médio (€ milhões)	8 307		7 380		927	12,6
Recursos próprios médios (€ milhões)	519		419		100	24,0
Rentabilidade líquida dos capitais próprios - ROE (%)	3,90		13,69			-9,79
(resultado líquido/capitais próprios médios)						
Rentabilidade bruta dos capitais próprios (%)	6,94		18,59			-11,64
(resultado antes de impostos/capitais próprios médios)						
Cost to income (%)	40,2		42,4			-2,17

A rentabilidade de exploração atingiu, em 2008, 1,65%, mais 15 pontos base que no ano anterior. Esta melhoria deveu-se ao efeito da mais valia obtida na venda de cerca de 39% do capital da Eurovida.

A rentabilidade do activo (ROA), definida como a relação do resultado líquido com o activo líquido médio, fixou-se em 0,24%, abaixo do valor de 0,78% obtido no ano anterior.

Como corolário da redução do resultado líquido, a rentabilidade final dos recursos próprios (ROE), definida como a relação entre o resultado líquido e os recursos próprios médios, passou de 13,69%, em 2007, para 3,90%, em 2008. A figura 14, evidencia a evolução destes indicadores de rentabilidade nos últimos cinco anos.

Fig. 14 – ROA e ROE



Gestão do risco

A gestão do risco de crédito inerente à actividade do Banco Popular assenta fundamentalmente na análise da natureza e composição dos riscos e das garantias estabelecidas e nos mecanismos de controlo nas suas diversas fases: análise das novas operações, seguimento dos riscos assumidos e gestão dos riscos em dificuldade. Dado que o crédito representa, em termos médios, cerca de 80% do activo, o risco do crédito é aquele que assume uma maior importância na gestão do risco. Outros riscos assumidos igualmente pelo Banco no decorrer da sua actividade, nomeadamente, os riscos de mercado, taxa de juro, liquidez e operacionais, são tratados nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade de efectivo incumprimento da contraparte, traduzido pelo não reembolso atempado, parcial ou total, de importâncias mutuadas a clientes (crédito por desembolso) ou na necessidade de assumir compromissos não cumpridos por

clientes junto de terceiros e garantidos pelo Banco (crédito por assinatura) continua a ser o risco mais relevante de toda a actividade do Banco Popular.

Na gestão deste risco o Banco utiliza um sistema de gestão e de controlo que assenta num conjunto de princípios que têm como referencial as internacionalmente designadas como “boas práticas” do sector.

Os princípios básicos da política creditícia apontam para:

- a separação entre as áreas originadoras de negócio e as áreas de controlo e de decisão, admitindo-se a decisão partilhada entre as áreas comerciais e as áreas especializadas na análise de risco;
- a prioridade em relação a políticas que visem garantir a estabilidade do Banco, assegurar a viabilidade a curto, médio e longo prazos, e a maximização da relação rendibilidade-risco, em linha com as políticas do Grupo Banco Popular;
- o cumprimento escrupuloso da legalidade vigente, em todos os seus aspectos;
- a adopção gradual do Método de Notações Internas, do Novo Acordo de Basileia, como política de riscos. Tal supõe a introdução gradual de alterações muito significativas e sensíveis nos sistemas de informação do Banco, sendo de destacar a adopção em Junho de 2008 em Portugal, da plataforma informática utilizada pelos vários Bancos do Grupo em Espanha, a qual suporta a gestão do risco de crédito em ambiente Basileia II, utilizando para o risco de crédito o modelo *IRB Advanced*;
- rapidez na resposta sem menosprezo da eficácia das decisões;
- a busca do máximo equilíbrio entre os investimentos e os recursos;
- a diversificação do risco de crédito;
- o crescimento rentável e de qualidade;
- a solução de acordo com as necessidades dos clientes, em função da sua vinculação ao Banco, do risco que se assume e da rendibilidade obtida.

A aprovação específica dos créditos enquadra-se em preceitos e procedimentos estabelecidos na regulamentação em vigor no Banco.

Estão claramente definidos os níveis hierárquicos competentes para a aprovação de créditos de acordo com as suas características próprias, com a preocupação da salvaguarda das necessárias independência, colegialidade e descentralização das decisões, capazes de garantir

a celeridade e a eficácia de todo o processo. Sempre que possível, as operações de crédito realizadas, devem enquadrar-se em limites previamente estabelecidos e deverão sempre garantir os pretendidos níveis de rendibilidade, segurança e liquidez dos capitais utilizados.

Os critérios utilizados para definir os níveis hierárquicos competentes para a decisão são o tipo de crédito, o montante, o prazo, o preço, o tipo de contra garantia, assim como a notação do cliente ou da operação.

No domínio do suporte à decisão de crédito, o Banco conta com aplicações integradas em suporte electrónico, que incluem a informação relevante acerca da qualidade do risco, que abrangem a posição actual e histórica da relação com o Banco e com o sistema financeiro, e da relação com outras entidades, e um sistema de propostas electrónicas que cobre a quase totalidade dos produtos.

Decorrem, de momento, trabalhos que visam dotar o Banco de instrumentos de gestão adicionais nesta matéria, sendo previsível introduzir o processo de decisão de crédito em regime de *scoring* nas principais linhas de negócio denominadas de *retail business*, no decorrer do ano de 2009 e início de 2010.

O sistema de gestão de crédito do Banco contempla vários órgãos que actuam consoante o estágio do ciclo de vida dos créditos.

Assim, dispõe de um órgão especializado na análise do risco de crédito que actua antes da decisão colaborando com a Administração na definição, transmissão e acompanhamento das políticas de assumpção de risco adoptadas e decide sobre as operações ou analisa, informa, veicula e apresenta aquelas que são decididas ao nível da Administração.

Conta também com um órgão vocacionado para a análise, prevenção e acompanhamento do risco de crédito que gere a manutenção de mecanismos de seguimento e de detecção atempada de sinais de erosão da qualidade dos créditos, e a participação activa nas decisões que envolvem clientes em lista de acompanhamento especial.

Ocorrendo uma efectiva degradação da qualidade dos créditos, o Banco Popular conta com cinco órgãos de estrutura, que actuam de forma activa e integrada no acompanhamento e recuperação do crédito vencido em estreita articulação com a rede de balcões. Uma área que

acompanha os clientes com crédito vencido há menos de 90 dias, outra que inicia as suas funções quando o crédito excede 90 dias de vencimento e onde se desenvolvem as operações de reestruturação de crédito, uma área especializada na gestão do crédito à construção (criada em 2008) que foi dotada de quadros com elevado nível de especialização e que protagonizam um seguimento dos processos que estão ou em fase de utilização de verbas ou em fase de carência e/ou amortização de capital, uma área de desinvestimento de activos recebidos em liquidação de crédito, e por último, uma área de contencioso onde são geridos todos os processos de cobrança coerciva.

No decorrer de 2008, foi criado um novo órgão denominado de Área de Gestão de Risco, o qual tem por missão, assegurar a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos do Banco de uma forma independente. Este departamento é também responsável pela realização dos relatórios de *stress test* sobre risco de taxa de juro e de risco de crédito, e pelo modelo de cálculo de imparidade do Banco.

O modelo de imparidade é o meio através do qual o Banco avalia e mede o risco de crédito existente por segmentos da sua carteira. Sendo um modelo de perda esperada (severidade ou *estimated loss*), suporta-se nos conceitos de PD (*probability of default*) e LGD (*loss given default*) em conformidade com os preceitos definidos pelas normas internacionais de contabilidade e em linha com a filosofia de gestão do novo acordo de Basileia II.

O montante do crédito e juros vencidos atingiu, no final de 2008, um total de 331,9 milhões de euros, a que corresponde um crescimento de 169,6%, relativamente ao ano anterior. De acordo com o observado no quadro 12, este crédito representava 4,96% do crédito total (1,97% em 2007). Considerando apenas o crédito vencido há menos de 90 dias, este indicador reduz para 3,28% (1,55% em 2007).

Quadro 12 - Crédito vencido e Crédito em incumprimento

(milhares de euros)

	2 008	2 007	Variação	
			valor	%
Crédito e juros vencidos	331 934	123 119	208 815	169,6
Crédito vencido há mais de 90 dias (a)	219 414	96 940	122 474	126,3
Crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido (b)	11 800	26 634	-14 834	-55,7
Crédito em incumprimento (a+b)	231 214	123 574	107 640	87,1
Crédito vencido / crédito total (%)	4,96	1,97		
Crédito vencido há mais de 90 dias / crédito total (%)	3,28	1,55		
Crédito em incumprimento / crédito total (%)	3,45	1,97		
Crédito em incumprimento, líquido / crédito total, líquido (%)	1,33	0,71		
Imparidade sobre crédito a clientes	163 617	92 453	71 164	77,0
por memória:				
Crédito total	6 696 043	6 262 287	433 756	6,9

O Banco de Portugal define o conceito de crédito em incumprimento para avaliar a qualidade do crédito das instituições de crédito, correspondendo este à soma do crédito vencido há mais de noventa dias com o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento (aplicação da alínea a) do nº1 do nº4 do Aviso nº 3/95). Este crédito corresponde às prestações vincendas de uma mesma operação em que se verifique, relativamente às respectivas prestações vencidas de capital e juros, pelo menos uma das condições: (i) excedam 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos; (ii) estejam em incumprimento há mais de 6 meses, nas operações com prazo inferior a 5 anos, 12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos, e 24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Conforme apresentado no quadro 12, o total do crédito em incumprimento do Banco Popular ascendia, no final de 2008, a 231,2 milhões de euros, representando 3,45% do crédito total.

Em termos consolidados, o valor da imparidade sobre crédito a clientes ascendia, no final de 2008, a 161,8 milhões de euros, mais 75% que no ano anterior.

Em termos individuais, o Banco constitui provisões de acordo com as normas do Banco de Portugal para fazer face aos riscos do crédito. No final de 2008, estas provisões ascendiam a 208,5 milhões de euros, garantindo uma cobertura de 62,8% do crédito vencido total e de 90,2% do crédito em incumprimento.

Sociedades participadas

O Grupo Banco Popular Portugal inclui outras sociedades especializadas que cobrem muitos dos serviços financeiros não desenvolvidos directamente pelo Banco.

Nas áreas dos seguros de vida e planos de reforma, o Banco Popular Portugal detém cerca de 61% do capital da Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA, sendo o principal canal de distribuição dos seus produtos através da rede de agências. Esta seguradora detém, por sua vez, a totalidade do capital da Popular Seguros - Companhia de Seguros, SA que actua na área dos seguros não vida.

Na gestão de fundos de investimento, o Banco actua através da Gerfundos e da Predifundos, sociedades gestoras de fundos de investimento onde detém a totalidade do capital.

Na área do factoring, o Banco intervém através da Popular Factoring, SA, sociedade que já integrava o Grupo Banco Popular e da qual o Banco Popular Portugal adquiriu, em Dezembro de 2006, cerca de 50% do capital.

Nos quadros seguintes são apresentados os balanços e contas de resultados destas sociedades relativos aos dois últimos anos.

Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A.

(milhares de euros)

Balanco		Conta de Exploracao			
	31.12.08	31.12.07		31.12.08	31.12.07
Activo					
Imobilizacoes	372	396	Prémios líquidos de resseguro	17 701	175 913
Activos financeiros	353 455	638 384	+ Outros proveitos financeiros (líquidos)	0	21 068
Provisões técnicas resseguro cedido	2 447	1 511	- Custos com sinistros líq. de resseguro	10 718	95 727
Contas a receber e outros devedores	113 891	2 810	- Provisões técnicas (variação)	2 786	86 809
Depósitos em bancos e caixas	108 473	0	* Comissões e outros portes (líquidos)	3 087	4 028
Outros activos	11 251	3 612	- Gastos administrativos	3 503	2 610
Total do Activo	589 888	646 714	= Resultado da Conta Técnica	3 781	7 808
			+ Resultados de investimentos	4 993	671
Passivo + Capital			+ Outros proveitos (líquidos)	1 729	- 3
Provisões técnicas	115 544	603 275	- Perdas de imparidade	3 807	0
Passivos financeiros	435 672	0	+ Resultados extraordinários	0	142
Outros passivos	7 209	15 532	= Resultado antes de impostos	6 696	8 618
Passivos subordinados	4 000	4 000	- Imposto sobre lucros	1 800	2 664
Recursos próprios	22 566	17 953	= Resultado Líquido	4 896	5 955
Resultado do exercício	4 896	5 955			
Total do Passivo + Capital	589 888	646 714			

Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A.

(milhares de euros)

Balanco			Conta de Exploracao		
	31.12.08	31.12.07		31.12.08	31.12.07
Activo					
Imobilizações	147	146	Prémios líquidos de resseguro	- 234	130
Activos financeiros	4 114	7 767	+ Outros proveitos financeiros (líquidos)	0	2
Provisões técnicas resseguro cedido	574	94	- Custos com sinistros líq. de resseguro	52	19
Contas a receber e outros devedores	3 909	45	- Provisões técnicas (variação)	0	7
Depósitos em bancos e caixas	1 065	0	+ Comissões e outros portes (líquidos)	437	73
Outros activos	50	74	- Gastos administrativos	266	118
Total do Activo	9 859	8 126	= Resultado da Conta Técnica	- 116	- 85
Passivo + Capital			+ Resultados de investimentos	242	325
Provisões técnicas	1 257	268	+ Outros proveitos (líquidos)	6	- 35
Outros passivos	876	221	+ Resultados extraordinários	0	- 18
Passivos subordinados	0	0	= Resultado antes de impostos	132	186
Recursos próprios	7 500	7 500	- Imposto sobre lucros	27	43
Reservas e resultados transitados	121	- 5	= Resultado Líquido	104	143
Resultado do exercício	104	143			
Total do Passivo + Capital	9 859	8 126			

Popular Factoring, SA

(milhares de euros)

Balanço			Conta de Exploração		
Activo	31.12.08	31.12.07		31.12.08	31.12.07
Caixa e disponibilidades s/ inst. crédito	0	0	+ Juros e proveitos equiparados	13 341	12 571
Outro créditos s/ instituições de crédito	0	0	- Juros e custos equiparados	6 326	5 906
Crédito a clientes	190 337	194 556	= Margem Financeira	7 014	6 665
Imobilizado	314	347	+ Comissões e out. result. expl. líq.	- 302	- 182
Outros activos	249	349	= Produto Bancário	6 712	6 482
Total do Activo	190 900	195 252	- Custos com pessoal	1 761	1 774
			- Gastos gerais administrativos	785	617
			- Amortizações	56	132
Passivo + Capital			= Margem de Exploração	4 110	3 959
Recursos de instituições de crédito	104 662	136 823	- Provisões e correcções de valor	13	197
Outros passivos	42 735	16 453	= Resultados antes de Impostos	4 097	3 762
Provisões	1 353	1 410	- Impostos s/lucros	1 003	748
Capital subscrito	12 813	12 813	= Resultado Líquido	3 094	3 014
Reservas e resultados transitados	26 243	24 739			
Lucro do exercício	3 094	3 014			
Total do Passivo + Capital	190 900	195 252			

Gerfundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA

(milhares de euros)

Balanço			Conta de Exploração		
Activo	31.12.08	31.12.07		31.12.08	31.12.07
Caixa e disponibilidades s/ inst. crédito	1 557	2 092	+ Juros e proveitos equiparados	74	85
Outro créditos s/ instituições de crédito	0	0	- Juros e custos equiparados	0	0
Outros activos	634	1 000	= Margem Financeira	74	85
Total do Activo	2 191	3 092	+ Comissões e out. result. expl. líq.	1 674	2 582
			= Produto Bancário	1 748	2 667
Passivo + Capital			- Custos operacionais	209	159
Outros passivos	1	202	= Margem de Exploração	1 540	2 508
Contas de regularização	0	0	+ Resultados extraordinários	0	0
Capital subscrito	300	300	= Resultados ant. de Impostos	1 540	2 508
Reservas e resultados transitados	758	747	- Impostos s/lucros	408	664
Lucro do exercício	1 132	1 843	= Resultado Líquido	1 132	1 843
Total do Passivo + Capital	2 191	3 092			
<i>Patrimónios sob gestão</i>	<i>132 416</i>	<i>284 841</i>			

Predifundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA

(milhares euros)

Balanço			Conta de Exploração		
Activo	31.12.08	31.12.07		31.12.08	31.12.07
Caixa e disponibilidades s/ inst. crédito	1 484	1 498	+ Juros e proveitos equiparados	61	45
Outro créditos s/ instituições de crédito	0	0	- Juros e custos equiparados	0	0
Outros activos	45	44	= Margem Financeira	61	45
Contas de regularização	0	0	+ Comissões e out. result. expl. líq.	553	481
Total do Activo	1 529	1 542	= Produto Bancário	615	526
			- Custos operacionais	132	15
Passivo + Capital			= Margem de Exploração	483	511
Outros passivos	32	64	+ Resultados extraordinários	0	0
Capital subscrito	375	375	= Resultados ant. de Impostos	483	511
Reservas e resultados transitados	767	727	- Impostos s/lucros	128	135
Lucro do exercício	355	375	= Resultado Líquido	355	375
Total do Passivo + Capital	1 529	1 542			
<i>Patrimónios sob gestão</i>	<i>79 426</i>	<i>73 060</i>			

Proposta de aplicação dos resultados

Em conformidade com o Artigo 24º dos Estatutos e tendo em consideração a conveniência de maximizar o autofinanciamento dos capitais próprios, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2008 do Banco Popular Portugal, S.A., no montante de Euros 26.249.836,21, tenha a seguinte aplicação:

- Para Reserva Legal	euros	2.625.000,00
- Para Outras Reservas	euros	23.624.836,21

Nota final

Em Assembleia Geral realizada em 20 de Abril de 2008, foram eleitos os órgãos sociais do Banco para o quadriénio 2008-2011. Para o Conselho de Administração foram eleitos Rui Manuel Morganho Semedo, como presidente, Amadeo Pérez Urcola, Carlos Miguel de Paula Martins Roballo, José Maria Lucía Aguirre e Ángel Rivera Congosto.

Em Assembleia Geral realizada em 29 de Dezembro de 2008, foi deliberado proceder a um aumento do capital para 376 milhões de euros. Este aumento, no valor de 200 milhões de euros, correspondente à emissão de 200 milhões de novas acções com o valor nominal de 1 euro, foi integralmente subscrito pelo Banco Popular Español, tendo sido concretizado em 31 de Dezembro de 2008.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento às autoridades monetárias e de supervisão, ao accionista Banco Popular Español e ao Conselho Fiscal, pela valiosa cooperação no acompanhamento da actividade do Banco Popular Portugal.

O Conselho manifesta igualmente o seu agradecimento aos clientes pela confiança depositada e o seu apreço aos colaboradores pelo empenhamento profissional no exercício das suas funções e contribuição para o desenvolvimento do Banco.

Lisboa, 25 de Maio de 2009

O Conselho de Administração

Posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

(Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Nada a reportar

Participações qualificadas

(Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas	Nº Acções	Participação no Capital social %	Direitos de voto %
Banco Popular Español, SA	376 000 000	100%	100%

Balanço Individual NCA em 31 DE DEZEMBRO de 2008

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	110 908		110 908	97 081
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	98 774		98 774	108 727
Activos financeiros detidos para negociação	19	14 586		14 586	7 498
Outros activos financ. justo valor através de resultados	20	31 568		31 568	30 851
Activos financeiros disponíveis para venda	21	149 727		149 727	152 800
Aplicações em instituições de crédito	22	1 128 582		1 128 582	528 653
Crédito a clientes	23	6 388 296	144 331	6 243 965	5 919 819
Outros activos tangíveis	24	182 010	72 467	109 543	110 269
Activos intangíveis	25	19 641	18 084	1 557	1 134
Investimento em filiais e associadas	26	50 652	899	49 753	55 338
Activos por impostos correntes		3 932		3 932	0
Activos por impostos diferidos	27	35 972		35 972	22 228
Outros activos	28	427 112	25 552	401 560	151 029
Total de Activo		8 641 760	261 333	8 380 427	7 185 427
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	19	9 533		9 533	3 426
Outros activos financ. justo valor através de resultados	20	105 408		105 408	138 778
Recursos de outras instituições de crédito	29	4 917 050		4 917 050	3 313 474
Recursos de clientes	30	2 479 740		2 479 740	3 007 904
Responsabilidades representadas por títulos	31	46 766		46 766	16 281
Provisões	32	64 214		64 214	53 464
Passivos por impostos correntes		0		0	17 340
Passivos por impostos diferidos	27	3 821		3 821	4 077
Outros passivos subordinados	33	0		0	170 285
Outros passivos	34	119 285		119 285	46 750
Total de Passivo		7 745 817	0	7 745 817	6 771 779
Capital					
Capital	37	376 000		376 000	176 000
Prémios de emissão	37	10 109		10 109	10 109
Reservas de reavaliação	38	1 060		1 060	3 477
Outras reservas e resultados transitados	39	221 191		221 191	173 990
Resultado do exercício		26 250		26 250	50 072
Total de capital		634 610	0	634 610	413 648
Total de Passivo + Capital		8 380 427	0	8 380 427	7 185 427

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração de Resultados Individual NCA em 31 DE DEZEMBRO de 2008

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	6	423 199	365 472
Juros e encargos similares	6	292 196	228 551
Margem financeira		131 003	136 921
Rendimento de instrumentos de capital	7	3 121	2 732
Rendimentos de serviços e comissões	8	57 112	58 808
Encargos com serviços e comissões	8	- 6 079	- 6 811
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	- 8 827	- 745
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		0	0
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	10	3 115	1 779
Resultados de alienação de outros activos	26	56 801	- 49
Outros resultados de exploração		- 1 818	378
Produto bancário		234 428	193 013
Custos com pessoal	14/40	55 972	50 084
Gastos gerais administrativos	14	36 156	32 451
Depreciações e amortizações	24/25	7 977	9 620
Provisões líquidas de reposições e anulações	32	10 750	4 462
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líq. de reposições e anulações)	23	80 825	25 645
Imparidade outros activos financ. líquida de reversões e recuperações		0	0
Imparidades de outros activos líquida de reversões e recuperações	28	7 013	6 964
Resultado antes de impostos		35 735	63 787
Impostos		9 485	13 715
Correntes	15	22 614	29 003
Diferidos	15	- 13 129	- 15 288
Resultado após impostos		26 250	50 072
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
Resultado líquido do exercício		26 250	50 072
Resultado por acção (euro)		0,15	0,28

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(em milhares de euros)

	Notas	2008	2007
Actividades Operacionais			
Juros e comissões recebidos		466 133	419 804
Juros e comissões pagos		- 246 468	- 219 800
Recuperação de crédito e juros vencidos		8 024	5 542
Pagamento a empregados e fornecedores		- 76 023	- 73 706
Contribuições para o fundo de pensões	35	- 10 218	- 10 067
<i>Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais</i>		<u>141 448</u>	<u>121 773</u>
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais			
Créditos sobre instituições de crédito		- 729 061	1 022
Depósitos em bancos centrais		- 4 751	10 965
Crédito sobre clientes		- 507 398	- 471 665
Activos financeiros		- 5 831	3 027
Outros activos operacionais		- 102 695	1 694
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais			
Débitos para com instituições de crédito		1 563 439	227 051
Débitos para com clientes		- 530 864	- 62 632
Débitos representados por títulos		- 425	- 5 357
Passivos financeiros		- 34 361	97 638
Outros passivos operacionais		- 1 014	3 859
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre lucros</i>		<u>- 211 513</u>	<u>- 72 625</u>
Impostos pagos sobre lucros		- 43 886	- 20 597
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		<u>- 255 399</u>	<u>- 93 222</u>
Actividades de Investimento			
Dividendos recebidos		3 535	3 713
Compra de participações em empresas filiais		- 312	- 145
Venda de empresas filiais		62 239	0
Activos financeiros disponíveis para venda		7 353	- 137 957
Vendas de activos não correntes detidos para venda		2 045	8 608
Compra de imobilizações		- 7 769	- 13 415
Valores recebidos na venda de imobilizações		163	170
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		<u>67 254</u>	<u>- 139 026</u>
Actividades de Financiamento			
Emissão de dívida obrigacionista	31	44 150	50 000
Juros e amortizações de dívida obrigacionista	31	- 13 472	- 568
Juros e amortizações de dívida subordinada	33	- 179 190	- 17 436
Aumento do capital social	37	200 000	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		<u>51 488</u>	<u>31 996</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		<u>143</u>	<u>1 229</u>
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		<u>- 136 514</u>	<u>- 199 023</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	42	677 518	876 541
Caixa e seus equivalentes no fim do período	42	<u>541 004</u>	<u>677 518</u>
		<u>- 136 514</u>	<u>- 199 023</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração Individual dos movimentos nas contas de Capital Próprio

(milhares de euros)

	Capital Social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Balço em 01 de Janeiro de 2007	176 000	10 109	155 263	- 20 533	46 429	367 288
Transferência para resultados transitados				46 429	- 46 429	0
Responsabilidades pensões de reforma(Transição IFRS)				- 2 872		- 2 872
Vaiacões em investimentos disponíveis p/ venda, liq de imposto			- 840			- 840
Transferência para reserva legal			4 643	- 4 643		0
Transferência para outras reservas			41 785	- 41 785		0
Resultado líquido do exercício					50 072	50 072
Sólido a 31 de Dezembro de 2007	176 000	10 109	200 861	- 23 384	50 072	413 648
Transferência para resultados transitados				50 072	- 50 072	0
Responsabilidades pensões de reforma(Transição IFRS)				- 2 871		- 2 871
Vaiacões em investimentos disponíveis p/ venda, liq de imposto			- 2 417			- 2 417
Transferência para reserva legal			5 008	- 5 008		0
Transferência para outras reservas			45 064	- 45 064		0
Aumento do capital social	200 000					200 000
Resultado líquido do exercício					26 250	26 250
Sólido em 31 de Dezembro de 2008	376 000	10 109	248 506	- 26 255	26 250	634 610

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Balanço Consolidado NIC/NIRF em 31 de DEZEMBRO de 2008

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		A. Perímetro consolidação NIC/NIRF			Perímetro consolidação NIC/NIRF
		1 Valores antes de impairidade e amortizações	2 Impairidade e amortizações	3 = 1 - 2 Valor líquido	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	110 909		110 909	97 081
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	105 889		105 889	117 707
Activos financeiros detidos para negociação	19	23 007		23 007	60 124
Outros activos financ. justo valor através de resultados	20	339 890		339 890	463 013
Activos financeiros disponíveis para venda	21	185 963		185 963	280 542
Aplicações em instituições de crédito	22	1 030 388		1 030 388	411 577
Crédito a clientes	23	6 696 043	163 617	6 532 426	6 169 834
Propriedades de investimento		2 159		2 159	2 353
Outros activos tangíveis	24	196 125	74 325	121 800	122 954
Activos intangíveis	25	32 363	23 966	8 397	10 593
Investimento em filiais e associadas	26	347		347	288
Activos por impostos correntes		5 973		5 973	1 166
Activos por impostos diferidos	27	36 636		36 636	24 278
Provisões técnicas de resseguro cedido		3 021		3 021	1 605
Outros activos	28	532 020	30 776	501 244	203 737
Devedores por seguro directo e resseguro		2 299		2 299	1 689
Outros		529 721	30 776	498 945	202 048
Total de Activo		9 300 733	292 684	9 008 049	7 966 852
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	19	9 533		9 533	3 426
Outros passivos financ. justo valor através de resultados	20	541 081		541 081	138 778
Recursos de outras instituições de crédito	29	4 917 057		4 917 057	3 325 311
Recursos de clientes	30	2 377 007		2 377 007	2 995 529
Responsabilidades representadas por títulos	31	46 766		46 766	16 281
Provisões	32	3 279		3 279	2 357
Provisões técnicas	32	116 801		116 801	603 543
Passivos por impostos correntes		2 268		2 268	20 413
Passivos por impostos diferidos	27	6 815		6 815	6 886
Outros passivos subordinados	33	100 574		100 574	286 950
Outros passivos	34	166 906		166 906	75 516
Credores por seguro directo e resseguro		2 668		2 668	1 094
Outros passivos		164 238		164 238	74 422
Total de Passivo		8 288 087	0	8 288 087	7 474 990
Capital					
Capital	37	376 000		376 000	176 000
Prémios de emissão	37	10 109		10 109	10 109
Ações Próprias		- 1		- 1	0
Reservas de reavaliação	38	1 573		1 573	5 094
Outras reservas e resultados transitados	39	281 476		281 476	221 849
Resultado do exercício		20 238		20 238	57 416
Interesses minoritários		30 567		30 567	21 394
Total de capital		719 962	0	719 962	491 862
Total de Passivo + Capital		9 008 049	0	9 008 049	7 966 852

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração Consolidada de Resultados NIC/NIRF em 31 de DEZEMBRO de 2008

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
		Perímetro consolidação NIC/NIRF	Perímetro consolidação NIC/NIRF
Juros e rendimentos similares	6	460 963	406 523
Juros e encargos similares	6	296 606	234 792
Margem financeira		164 357	171 731
Rendimento de instrumentos de capital	7	4 997	58
Rendimentos de serviços e comissões	8	52 764	50 063
Encargos com serviços e comissões	8	- 6 662	- 7 988
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	- 25 403	3 161
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		517	642
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	10	3 455	1 851
Resultados de alienação de outros activos		164	- 44
Prémios líquidos de resseguro	11	18 330	176 183
Custos com sinistros líquidos de resseguro	12	- 10 311	- 93 128
Varição das provisões técnicas líquidas de resseguro	13	- 4 684	- 89 802
Outros resultados de exploração	26	49 906	- 944
Produto da actividade		247 430	211 783
Custos com pessoal	14/40	60 511	54 806
Gastos gerais administrativos	14	39 029	35 085
Depreciações e amortizações	24/25	10 708	11 232
Provisões líquidas de reposições e anulações	32	1 197	1 530
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	87 369	25 130
Imparidade outros activos financ. líquida de reversões e recuperações		3 531	0
Imparidades de outros activos líquida de reversões e recuperações	28	9 381	6 283
Diferenças de consolidação negativas		0	33
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos		369	136
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		36 073	77 886
Impostos		14 458	18 633
Correntes	15	26 207	33 270
Diferidos	15	- 11 749	- 14 637
Resultado após impostos antes de interesses minoritários		21 615	59 253
Interesses minoritários		1 377	1 837
Resultado consolidado do exercício		20 238	57 416
Resultado por acção (euro)		0,11	0,33

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(em milhares de euros)

	Notas	2008	2007
Actividades Operacionais			
Juros e comissões recebidos		489 120	437 069
Juros e comissões pagos		- 246 153	- 222 182
Recuperação de crédito e juros vencidos		8 026	5 551
Pagamento a empregados e fornecedores		- 81 582	- 81 550
Contribuições para o fundo de pensões	35	- 10 231	- 10 067
Prémios líquidos da actividade seguradora		- 54 197	83 438
<i>Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais</i>		<u>104 983</u>	<u>212 259</u>
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais			
Créditos sobre instituições de crédito		- 729 511	1 022
Depósitos em bancos centrais		- 4 751	10 965
Crédito sobre clientes		- 596 534	- 517 612
Activos financeiros		146 424	- 125 445
Outros activos operacionais		- 83 689	9 879
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais			
Débitos para com instituições de crédito		1 551 730	160 875
Débitos para com clientes		- 621 220	- 13 528
Débitos representados por títulos		- 425	- 5 357
Passivos financeiros		- 19 002	85 919
Outros passivos operacionais		- 1 248	19 650
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre lucros</i>		<u>- 253 243</u>	<u>- 161 373</u>
Impostos pagos sobre lucros		- 49 159	- 24 248
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		<u>- 302 402</u>	<u>- 185 621</u>
Actividades de Investimento			
Dívidos recebidos		4 997	58
Compra de participações em empresas filiais		- 1	0
Venda de participações em empresas filiais		61 932	0
Activos financeiros		92 408	- 135 747
Vendas de activos não correntes detidos para venda		3 176	9 005
Compra de imobilizações		- 8 067	- 13 653
Valores recebidos na venda de imobilizações		778	445
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		<u>155 223</u>	<u>- 139 892</u>
Actividades de Financiamento			
Emissão de dívida obrigacionista	31	44 150	50 000
Juros e amortizações de dívida obrigacionista	31	- 13 472	- 568
Juros e amortizações de dívida subordinada	33	- 200 713	- 45 530
Aumento do capital social	37	200 000	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		<u>29 965</u>	<u>3 902</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		<u>528</u>	<u>1 301</u>
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		<u>- 116 686</u>	<u>- 320 310</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	42	569 916	890 226
Caixa e seus equivalentes no fim do período	42	<u>453 230</u>	<u>569 916</u>
		<u>- 116 686</u>	<u>- 320 310</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração Consolidada dos movimentos nas contas de Capital Próprio

(milhares de euros)

	Capital Social	Prêmio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Interesses minoritários	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2007	176 000	10 109	161 895	12 183	55 916	19 609	435 712
Transferência para resultados transitados				55 916	- 55 916		0
Transferência para reserva legal			5 214	- 5 214			0
Transferência para outras reservas			41 785	- 41 785			0
Dif. critérios contabilização (IFRS)				5			5
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, liq. de imposto			- 3 154				- 3 154
Ativos próprios de uso próprio ao justo valor			98				98
Resultado líquido Consolidado					57 416		57 416
Interesses minoritários						1 785	1 785
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	176 000	10 109	205 838	21 105	57 416	21 394	491 662
Transferência para resultados transitados				57 416	- 57 416		0
Transferência para reserva legal			5 815	- 5 815			0
Transferência para outras reservas			44 672	- 44 672			0
Dif. critérios contabilização (IFRS)				2 212			2 212
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, liq. de imposto			- 3 522				- 3 522
Ativos próprios de uso próprio ao justo valor	- 1		0				- 1
Aumento do capital social	200 000						200 000
Resultado líquido Consolidado					20 238		20 238
Interesses minoritários						9 173	9 173
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	375 999	10 109	252 803	30 246	20 238	30 567	719 962

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (em euros)

Natureza e espécie	Categoria de Activo Instrução nº 23/2004	Tipo de emissor	País do emissor	Cotado/ Não cotado	Mercado organizado relevante	Cotação	Quantidade	Valor Nominal
Instrumentos de dívida								
<i>Dívida pública</i>								
OT Junho 2003/2014	Activos fin. justo valor através de result.	IC	Portugal	S	Portugal	7.296.986,50	702.500,000	7.025.000,00
<i>De outros emissores</i>								
<i>Outros</i>								
Dívida não subordinada								
Martins Ferreira - Comércio de Produtos Siderúrgicos, SA-3ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
P.C. - Chamatin Imobiliária 8ª emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		300	15.000.000,00
Tecem - Trefilado centro, SA - 6ª emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00
Tecem - Trefilado centro, SA - 7ª emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Inferchapa - Indústria de Ferroe Chapa, SA - 6ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00
Inferchapa - Indústria de Ferroe Chapa, SA - 7ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
3Marcos - Industrias Metalicas, SA- 4ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Metalúrgica Ideal do Mondego, SA-5ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		16	800.000,00
Pedrade, SA-3ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00
Graphicsleader packaging - 3ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		25	1.250.000,00
SPdi-Serviços Portugueses de Handling, SA- 1ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00
SPdi-Serviços Portugueses de Handling, SA- 2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		80	4.000.000,00
CPWAY- Engenharia, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00
Irappa- Investimentos, Participações e Gestão, SA- 3ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00
Barraqueiro, SGPS, SA- 5ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00
Mestre Maco - 3ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00
Estrusa- Companhia Portuguesa de Extrusão, SA - 5ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Estrusa- Companhia Portuguesa de Extrusão, SA - 6ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Lanidor - Comércio de Pronto-a-Vestir, S.A. 4ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00
Lusaveiro - Imp. Exp. Máquinas e Acessórios Industriais	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
Lusavoga- Máquinas e Acessórios Industriais, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
Ferrod - Máquinas e Artigos para Indústria Alimentar, Lda	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Móveis Viriato, SA- 5ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00
Móveis Viriato, SA- 4ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00
Arcol-ARodrigues Correia Lopes, Bebidas e Alimentação- 2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		60	3.000.000,00
Fernando Oliveira Cortiças, LDA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00
Riberalves - 15ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		140	7.000.000,00
Ork Supply Portugal, SA - 3ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Vishbeira Imobiliária, SGPS, SA-2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		80	4.000.000,00
Grupo Vishbeira, SGPS-2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00
B-Sique, SA- 2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00
CME - Construções e Manutenção Elec., SA - 10ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		58	2.650.000,00
CME - Construções e Manutenção Elec., SA - 11ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		47	2.350.000,00
Jodima - Indústria de Móveis, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
Epedit - Indústria de Componentes Metálicas, SA.	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Sogavinus Fine Wines, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		110	5.500.000,00
Recol - Sistemas de Fixação, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
Amorim Turismo, SGPS, SA- 28ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		168	8.400.000,00
Amorim Turismo, SGPS, SA- 29ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		32	1.600.000,00
Nordesfer, SA-21ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Oliveira & Irmãos, SA- 2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
Sardinha & Leite, SA - 9ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		50	2.500.000,00
Relvas II - Rolhas de Champagne, SA- 2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
F Ramada - Aços e Indústria, SA - 13ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00
Salfina - Soc. Industrial de Alcatrãs, Lda - 4ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		17	850.000,00
Oszacer - Oskar Rola, Lda - 6ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Rodrigues de Amorim & Irmãos, Lda - 8ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00
Rodrigues de Amorim & Irmãos, Lda - 9ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00
Mundodétil - Industrias Têxteis, SA - 25ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		70	3.500.000,00
Antero & Companhia, SA - 28ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00
Antero & Companhia, SA - 29ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		10	500.000,00
Antero & Companhia, SA - 30ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		5	250.000,00
Cob Fapri-Indústrias Metalúrgicas, SA- 1ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Recol - Sistemas de Fixação, SA- 3ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
Acal - Indústria e Comércio de Ferro e Aços, SA-2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00
Acal Gás, SA- 2ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		40	2.000.000,00
Sonae Indústria, SGPS, SA-238ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00
Ramos Catarino - 3ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		30	1.500.000,00
Qway - Engenharia, SA - 4ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		60	3.000.000,00
Sag Gest - Soluções Automóveis Globais, SGPS, SA- 1ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00
Edifer, SA- 11ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		100	5.000.000,00
Sempea-Soc. Investimentos e Gestão, SGPS, SA - 4ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.050.000,00
Sempea-Soc. Investimentos e Gestão, SGPS, SA - 45ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
Galp Energia, SGPS, SA - 27ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		1.000	50.000.000,00
Global Dis - Distribuição Global Materiais, SA- 139ª	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal		20	1.000.000,00
BFAIM Cédulas G.B.P. 4,2502/14	Activos fin. justo valor através de result.	OIF	Espanha	S	Espanha	23.193.096,00	240	24.000.000,00
IMGBP Empresas 2FT	Activos fin. disponíveis para venda	OIF	Espanha	S	Espanha	140.000.000,00	1.400	140.000.000,00
<i>Dívida Subordinada</i>								
Banco Finaria 2001/2012 - Obrig. Subordinadas	Activos fin. disponíveis para venda	IC	Portugal	N	Portugal		200.000	10.000.000,00
Total								

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (em euros)

Critério Valorimétrico	Valor de balanço	Valias (+/-)	Correcções de valor		% de participação	
			Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto
Justo valor	7.463.152,01	444.744,55	0,00	166.565,51		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	800.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.250.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.650.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.350.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	5.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	8.400.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	850.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	250.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
Justo valor	24.105.377,91	-586.128,88	0,00	912.281,91		
Justo valor	140.636.132,76	0,00	0,00	636.132,76		
Justo valor	7.385.470,82	-2.896.000,00	0,00	281.470,72		
	384.290.133,50					

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (em euros) - Continuação

Natureza e espécie	Categoria de Activo Instrução nº 29/2004	Tipo de emissor	País do emissor	Cotado/ Não cotado	Mercado organizado relevante	Cotação	Quantidade	Valor Nominal
Instrumentos de Capital								
Finagessie - Emp. Fin. Gestão e Desenv., SA	Activos fin. disponíveis para venda	QIF	Portugal	N	Portugal		100	500,00
SIs - Soc. Intab. de Serviços, SA	Activos fin. disponíveis para venda	QIF	Portugal	N	Portugal		25,680	128.400,00
Unicre - Cartão Intern. de Crédito, SA	Activos fin. disponíveis para venda	QIF	Portugal	N	Portugal		5,882	29.410,00
Visa Europe Limited	Activos fin. disponíveis para venda	QIF	Reino Unido	N	Reino Unido		1	10,00
Visa Inc. Class series I Common Stock							1,854	USD 0,1854
Garfundos - S.G.F.I., SA	Investimentos em filiais	QIF	Portugal	N	Portugal		60,000	
Prefundos - S.G.F.I., SA	Investimentos em filiais	QIF	Portugal	N	Portugal		75,000	
Populargest - Gestão de Imóveis, Soc. Unipessoal, LDA	Investimentos em filiais	Outras	Portugal	N	Portugal		1	
Eurovida - Comp. de Seguros de Vida, SA	Investimentos em filiais	S	Portugal	N	Portugal		914,022	4570.110,00
Popular Factoring, SA	Investimentos em filiais	QIF	Portugal	N	Portugal		1.314,112	5,00
Class D Note Purchase Agreement	Investimentos em filiais	QIF	Irlanda	N	Irlanda		1	4630.000,00
Total								
Outros								
Popular Predifundo	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	2.498.277,42	225.704,45	4,99
Popular Euro Taxa Fixa - Fundo Invest. Mobiliário	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	81.976,81	14066,14	5,00
Popular Ações - Fundo de Investimento Mobiliário	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	78.826,38	30586,74	5,00
Popular Global 25 - Fundo de Fundos	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	840.143,03	180563,31	5,00
Popular Global 50 - Fundo de Fundos	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	234.888,25	66287,98	5,00
Popular Global 75 - Fundo de Fundos	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	306.941,25	112544,00	5,00
Popular Cabaz Mundial	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	1.704.981,80	162.422,41	10,00
Popular Refúgio Ouro	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	6.699,60	670,00	10,00
Popular Oportunidades Globais II	Activos fin. detidos para negociação	QIF	Portugal	S	Portugal	31.412,83	3520,00	10,00
Total								

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (em euros) - Continuação

Critério Valorimétrico	Valor de balanço	Valias (+/-)	Correcções de valor		% de participação	
			Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto
Justo valor	396,70	-1.598,49			0,002%	0,002%
Justo valor	1.175.116,80	-46.020,71			0,521%	0,521%
Justo valor	484.323,88	110.225,46			0,290%	0,290%
Justo valor	10,00				0,00%	0,00%
Justo valor	45.953,90				0,00%	0,00%
Custo Histórico	300.000,00				100,00%	100,00%
Custo Histórico	375.000,00				100,00%	100,00%
Custo Histórico	12.295.175,35		899.001,68		100,00%	100,00%
Custo Histórico	8.226.198,00				60,93%	60,93%
Custo Histórico	24.177.303,00				51,28%	50,06%
Custo Histórico	4.380.000,00				100,00%	100,00%
	51.459.477,63					
Justo valor	2.498.277,42	155.848,92				
Justo valor	81.976,81	1.998,78				
Justo valor	78.826,38	-52.485,65				
Justo valor	840.143,03	-57.437,19				
Justo valor	234.838,25	-91.464,09				
Justo valor	306.941,25	-227.721,53				
Justo valor	1.704.931,80	16.908,17				
Justo valor	6.659,60	-40,40				
Justo valor	31.412,83	-3.786,73				
	5.784.007,37					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 de DEZEMBRO de 2008 e 2007

(Valores expressos em milhares de euros)

1. GRUPO FINANCEIRO

1.1 Actividade

O Banco, sob a designação de BNC – Banco Nacional de Crédito Imobiliário, foi constituído em 2 de Julho de 1991, na sequência de autorização concedida pela Portaria do Ministério das Finanças n.º 155/91, de 26 de Abril. Em 12 de Setembro de 2005, alterou a sua designação para Banco Popular Portugal, S.A..

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

A empresa mãe do Grupo é o Banco Popular Español, S.A., com sede em Madrid, na Calle Velázquez nº 34, Espanha.

O Banco não está cotado em bolsa.

1.2 Estrutura do Grupo

O Banco detém participações em empresas coligadas (filiais), cujas aquisições foram efectuadas com intenção de intervenção na gestão das empresas, quer pela existência de ligações quer pela complementaridade com a sua actividade.

São consideradas filiais as participações de capital superiores a 50%, e/ou em que seja exercido controlo pelo Banco.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, a estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação efectiva de controlo é a seguinte:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	% de participação efectiva	% de participação directa
Predifundos-SGFI, SA	Lisboa	375 000	EUR	Gestão de Fundos Imobiliários	100	100
Gerfundos-SGFI, SA	Lisboa	300 000	EUR	Gestão de Fundos Imobiliários	100	100
Popular Gest, Gestão de Imóveis, Lda	Lisboa	12 000 000	EUR	Serviços auxiliares	100	100
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA	Lisboa	7 500 000	EUR	Seguros	60,93	60,93
Popular Seguros, Companhia de Seguros, SA	Lisboa	7 500 000	EUR	Seguros	60,93	0
Popular Factoring, SA (ex-Heller Factoring)	Lisboa	12 812 500	EUR	Factoring	50,06	5128

As subsidiárias acima são apresentadas nas contas consolidadas do Banco pelo método de consolidação integral.

2. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos aplicados na preparação destas demonstrações financeiras são indicados abaixo. Estas políticas foram aplicadas, consistentemente, a todas os anos apresentados, excepto nos casos devidamente assinalados.

2.1 Bases de apresentação

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais do Banco Popular Portugal foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e definidas nas instruções nº 9/2005 e nº 23/2004.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia (EU) no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, excepto quanto às seguintes matérias:

- Valorimetria dos créditos a clientes e outros valores a receber – Na data do reconhecimento inicial são registados pelo valor nominal, sendo a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes reconhecida segundo a regra de “*pró rata temporis*”, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- Provisionamento de créditos a clientes e outros valores a receber – As provisões para esta classe de activos financeiros encontram-se sujeitas a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.
- Activos tangíveis – Na data do reconhecimento inicial são registados ao custo de aquisição, mantendo-se subsequentemente ao custo histórico, salvo quando se verifiquem reavaliações legalmente autorizadas; e,
- o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005, poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente.

As IFRS são as normas e interpretações adoptadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standard Interpretation Committee (SIC).

Normas contabilísticas, alterações e interpretações com aplicação obrigatória em 2008 mas não relevantes para o Banco:

As seguintes normas, alterações e interpretações são obrigatórias para períodos contabilísticos com início a partir de 1 de Janeiro de 2008 mas que não são relevantes para a actividade do Banco:

IFRIC 11, IFRS 2 – Transacções de acções próprias e do grupo;
IFRIC 12, Acordos de concessão de serviços;
IFRIC 13, Programas de fidelidade de Clientes;
IFRS 2 (Alterações) – Pagamento com base em acções.

Normas contabilísticas, alterações e interpretações emitidas, mas sem aplicação obrigatória no exercício de 2008:

O Banco optou por não aplicar as normas contabilísticas, alterações e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória no exercício de 2008:

IAS 1 (Alterações) – Apresentação de demonstrações financeiras;
IAS 1 (Revisão) – Apresentação de demonstrações financeiras;
IAS 19 (Alterações) – Benefícios dos empregados;
IAS 23 (Alterações) – Custos de empréstimos obtidos;
IAS 27 (Revisão) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
IAS 28 (Alterações) – Investimentos em associadas;
IAS 32 (Alterações) – Instrumentos financeiros: Apresentação;
IAS 36 (Alterações) – Imparidade de activos;
IAS 38 (Alterações) – Activos intangíveis;
IAS 39 (Alterações) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração;
IFRS 1 (Alterações) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro;
IFRS 3 (Revisão) – Concentrações de actividades empresariais;
IFRS 5 (Alterações) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas;
IFRS 8 – Segmentos operacionais;
IFRIC 16 – Coberturas de investimento líquido em moeda estrangeira.

A aplicação destas novas normas e interpretações não terão um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Popular Portugal foram preparadas em conformidade com as IFRS adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002, de 19 de Julho, transposto para o normativo nacional através do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige o uso de estimativas e pressupostos contabilísticos. Exige de igual modo que a gestão utilize o seu juízo e conhecimento profissional no processo de aplicação das políticas contabilísticas da instituição. As áreas que envolvem um grau de complexidade ou julgamento superior, ou aquelas em que as assumpções e estimativas assumidas são relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, são divulgadas na Nota 4.

Comparabilidade da informação

Com a entrada em vigor do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES) em 2008, de base IFRS, e com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, apresentamos nas notas 11 - Prémios líquidos de resseguro, 12 - Custos com sinistros líquidos de resseguro e 13 -

Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro as principais reclassificações decorrentes da introdução do PCES no exercício de 2007.

2.2 Consolidação

a) Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo Entidades de finalidade especial “ SPE “), onde o Grupo, directa ou indirectamente, tem poder para deliberar sobre as políticas financeiras e operacionais, sendo geralmente acompanhadas por uma participação que lhe dá direito a mais de metade dos direitos de voto. As filiais são consolidadas pelo método integral desde a data de transferência de controlo para o Grupo e deixam de o ser a partir da data em que este controlo cesse.

O método da compra é usado para contabilizar as aquisições de filiais pelo Grupo. O custo de aquisição é dado pelo justo valor dos activos entregues, acções emitidas ou passivos incorridos ou assumidos até à data de aquisição, acrescido de custos directamente associados à aquisição. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data da aquisição, sem consideração pela extensão de quaisquer interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição sobre a participação do Grupo no justo valor do património líquido das adquiridas é reconhecido como Goodwill (ver Nota 2.10). Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do património líquido da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração de resultados.

O reconhecimento inicial do método de compra de uma filial pode ser determinado provisoriamente no final do exercício em que a aquisição ocorreu. O Banco terá um período de até doze meses após a data de aquisição para reconhecer qualquer tratamento a esses valores provisórios, conforme previsto na IFRS 3.

Os proveitos e custos das filiais são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco desde a data da sua aquisição, conforme o definido na IFRS 3.

Transacções intra-grupo, saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do grupo, são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, a não ser que a transacção apresente evidência que o activo transferido se encontrava em imparidade.

Quando necessário, as políticas contabilísticas das filiais são alteradas de modo a assegurar a consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

b) Associadas

Associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não de controlo e geralmente detém uma participação que lhe dá direito a deter entre 20 e 50% dos direitos de voto. O investimento em associadas é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial e é reconhecido inicialmente ao custo.

A percentagem de ganhos e perdas, pós-aquisição, equivalente às participações detidas pelo Grupo nas associadas, é reconhecida na demonstração de resultados, da mesma forma, os movimentos pós-aquisição nas reservas, são reconhecidos em reservas. Os movimentos acumulados, pós-aquisição, são ajustados por contrapartida do valor de balanço do investimento. Quando a percentagem das perdas, equivalente à participação do Grupo na associada igualar ou exceder o investimento na associada, o Grupo não reconhece mais perdas, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou feito pagamentos em nome da associada.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações utilizados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos. Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.4 Operações em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico primário em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

b) Transacções e Saldos

Transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio indicativas à data das transacções. Ganhos e perdas resultantes da conversão de transacções em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e da conversão de activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à taxa de câmbio do final de cada exercício, são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando façam parte de relações de cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em moeda estrangeira, que são diferidas em capital.

As diferenças de conversão em itens não monetários, tais como instrumentos de capital mensurados ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, são registadas como ganhos e perdas de justo valor. Em itens não monetários como sejam instrumentos de capital, classificados como disponíveis para venda, as diferenças de conversão são registadas em capital, na reserva de justo valor.

2.5 Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Grupo negocia os contratos e subsequentemente são remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercados cotados em mercado activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo só possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.6 Reconhecimento de juros e rendimentos similares e juros e encargos similares

Os proveitos e custos relacionados com juros são reconhecidos na demonstração de resultados para todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado, de acordo com o princípio dos acréscimos, utilizando o método da taxa efectiva ou pela regra *pro rata temporis*, consoante sejam demonstrações financeiras consolidadas ou individuais.

O método da taxa de juro efectiva é um método de cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de acrescentar os proveitos ou custos com juros aos respectivos períodos relevantes. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta, de forma exacta, os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período menor para o valor líquido de balanço do activo ou passivo financeiro. Quando calcula a taxa efectiva, o Grupo estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo tendo em conta cláusulas de reembolso antecipado), ignorando perdas de crédito futuras. Este cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas por ambas as partes envolvidas nos contratos, que sejam uma parte integral do método de taxa efectiva e ainda custos de transacção e outros prémios ou descontos.

Quando for identificada imparidade num activo ou num conjunto de activos financeiros, os juros recebidos desse activo, ou conjunto de activos, devem ser reconhecidos usando a taxa de juro utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, aquando da mensuração da perda de imparidade.

2.7 Proveitos com comissões

As comissões são geralmente reconhecidas de acordo com o princípio dos acréscimos, à medida em que os serviços vão sendo prestados. As comissões das linhas de crédito concedidas, em que é provável que o crédito seja originado, são diferidas (conjuntamente com quaisquer custos directamente relacionados) e reconhecidas como um ajustamento à taxa de juro efectiva. As comissões resultantes de negociações, ou participações na negociação de uma transacção por uma terceira parte – tais como a compra de acções ou venda ou compra de um negócio – são reconhecidas quando a transacção subjacente se encontra finalizada. As comissões de gestão de carteiras e outros aconselhamentos de gestão são reconhecidas de acordo com os serviços contratados – normalmente são reconhecidas numa base proporcional de acordo com o tempo decorrido. As comissões de gestão de activos relacionados com os fundos e investimento são especializados durante o período em que o serviço é prestado.

2.8 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Grupo se compromete a adquirir ou a alienar o activo. No momento inicial, os activos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, o Grupo tem o direito a compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de liquidar pelo valor líquido.

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

a) Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria está subdividida em duas categorias: Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão. Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria, como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

Apenas podem ser considerados na opção de justo valor, os Activos e Passivos financeiros que cumpram um dos seguintes requisitos:

- Permite a redução de inconsistências significativas na mensuração, no caso em que derivados associados fossem tratados como detidos para negociação e os instrumentos financeiros subjacentes estiverem ao custo amortizado, tal como empréstimos e adiantamentos de clientes ou bancos e títulos de dívida;
- Alguns investimentos, tais como investimentos de capital, que são geridos e avaliados ao justo valor de acordo com a gestão do risco ou a estratégia de investimento e são reportados à gestão nessa base; e
- Instrumentos financeiros, como títulos de dívida detidos, contendo um ou mais derivados embutidos que modificam significativamente os fluxos de caixa, são designados pelo justo valor através de resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente ou em cada data de reporte, com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante de juros corridos e não pagos.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e o recebimento de dividendos para os activos de negociação e para os passivos ao justo valor. Os rendimentos de juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados estão registados na margem financeira.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor dos derivados que são geridos em conjunto com os activos e passivos financeiros designados são incluídos na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

b) Créditos e contas a receber

O crédito e valores a receber abrange os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito, operações de locação financeira, operações de factoring, participações em empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por Empresas) que não sejam transaccionadas num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

Os empréstimos e créditos titulados transaccionados num mercado activo são classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam, no máximo, trinta dias após o seu vencimento. Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões (de acordo com as NCA), estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, e imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate.

Factoring

O crédito a clientes inclui os adiantamentos efectuados nas operações de *factoring* com recurso e o valor das facturas cedidas para cobrança sem recurso, cuja intenção não é a venda no curto prazo, sendo registado na data de aceitação das facturas cedidas pelos Aderentes.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança sem recurso bem como a parte adiantada das facturas tomadas com recurso, são registadas no activo, na rubrica de Créditos sobre clientes. Como contrapartida, é movimentada a rubrica de Outros passivos.

As tomadas de facturas com recurso em que o adiantamento de fundos por conta dos respectivos contratos ainda não se verificou, são registadas nas contas extrapatrimoniais pelo valor das facturas tomadas. A conta extrapatrimonial vai sendo regularizada à medida que o adiantamento das facturas for realizado.

Os compromissos resultantes de linhas de créditos concedidas a aderentes e ainda não utilizadas são registados nas contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco nas contas consolidadas não desreconhece do activo os créditos vendidos na operação de titularização, dado que:

- Mantém o controlo sobre as operações;
- Continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- Mantém parte substancial do risco sobre os créditos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela operação de titularização são registados, na data de liquidação, na rubrica de “ganhos em investimentos em filiais”. Os juros e comissões associadas a este passivo são periodificadas com base na remuneração cedida pelo Banco e de acordo com o período correspondente à vida média da operação de titularização à data do seu lançamento.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações. Estas operações são sujeitas a testes de imparidade.

c) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Esta rubrica inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado ou estimado, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, no momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados, de acordo com o método da taxa efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso de acções) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são registadas em reservas de justo valor. As variações cambiais dos restantes títulos são registadas em resultados.

2.9 Imparidade de activos financeiros

a) *Activos mensurados ao custo amortizado*

O Grupo avalia a cada data de balanço, se existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros. Um activo ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade e as perdas de imparidade já foram incorridas, se e só se, existir evidência objectiva de imparidade em resultado de um ou mais eventos ocorridos após a mensuração inicial do activo, e esse evento (ou eventos) tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo ou grupo de activos financeiros e estes podem ser estimados com fiabilidade. Evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade, inclui dados observáveis, que o Grupo tenha conhecimento, sobre os seguintes eventos de perda:

- (i) dificuldades financeiras significativas do emitente;
- (ii) incumprimento do contrato, como por exemplo atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- (iii) facilidades concedidas ao devedor decorrentes das suas dificuldades financeiras, que não existiriam noutras circunstâncias;
- (iv) probabilidade elevada de falência ou de reorganização financeira do devedor;
- (v) desaparecimento de mercado activo para um activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- (vi) informação indicativa que ocorrerá uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um conjunto de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora essa diminuição não seja ainda identificável individualmente nos activos do grupo, incluindo:
 - alterações adversas nas condições e/ou capacidade de pagamentos do grupo;
 - as condições económicas nacionais ou locais correlacionáveis com o incumprimento de activos de um grupo.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe evidência objectiva de imparidade, para activos financeiros que individualmente sejam significativos, e individualmente ou em grupo para activos financeiros que não são individualmente significativos. Se o Grupo determinar que não existe evidência objectiva de imparidade para um activo financeiro analisado individualmente, seja este significativo ou não, inclui esse activo num grupo de activos financeiros com risco de crédito similar e analisa em grupo a existência de imparidade.

Se existir evidência objectiva de que o Grupo incorreu numa perda de imparidade em créditos e contas a receber, ou investimentos detidos até à maturidade, o montante das perdas é determinado através da diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras que ainda não tenham sido incorridas), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. O valor de balanço do activo é reduzido através da utilização de uma conta de provisões e o montante da perda é reconhecido na demonstração de resultados. O Grupo pode ainda determinar as perdas de imparidade, através do justo valor dos instrumentos, recorrendo a preços de mercado observáveis.

Na análise da existência de imparidade em base de portfólio, o Grupo estima a probabilidade de uma operação ou cliente em situação regular entrar em incumprimento durante o período emergente (período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação). Em geral, o período emergente utilizado pelo Grupo é de cerca de 12 meses.

Para a análise de existência de imparidade em grupos de activos, os activos financeiros são agrupados tendo por base características de risco de crédito similares (ie, tendo por base o processo de classificação do Grupo que considera o tipo de activos, localização geográfica, tipo de garantia recebida, incumprimento e outros factores considerados relevantes). Essas características são relevantes para a estimativa dos fluxos de caixa futuros de grupos de activos financeiros, uma vez que são indicativos da capacidade do devedor fazer face aos montantes a pagar, de acordo com os termos contratuais dos activos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, avaliados em conjunto para efeitos de imparidade, são estimados tendo por base os fluxos de caixa contratuais dos activos do grupo e dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Os dados históricos são ajustados tendo por base dados correntes observáveis, afim destes reflectirem os efeitos das condições correntes que não afectaram o período em que os dados históricos foram recolhidos e para remover os efeitos de condições que existiam quando os dados históricos foram recolhidos, mas que não existem correntemente.

Se, num período subsequente, o montante das perdas de imparidade diminuir e essa diminuição possa ser atribuída a um evento que tenha ocorrido depois de ter sido registada a imparidade (como por exemplo uma melhoria no rating de crédito do devedor), o montante previamente reconhecido é revertido através do ajustamento da conta de provisões. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

b) Activos mensurados ao justo valor

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos está em imparidade. No caso dos investimentos em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um declínio no justo valor, abaixo do seu custo de aquisição, significativo ou prolongado é tido em consideração para determinar se os mesmos se encontram em imparidade. Se existir evidência de imparidade em activos classificados como disponíveis para venda, as perdas acumuladas – determinadas através da diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, menos qualquer perda de imparidade nesse activo financeiro, que tenha sido reconhecida anteriormente em resultados – é transferida de capitais próprios para a demonstração de resultados.

Perdas de imparidade em instrumentos de capital próprio, que tenham sido reconhecidas na demonstração de resultados, não são reversíveis. Se num período posterior, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda, aumentar e esse acréscimo estiver objectivamente relacionado com um evento ocorrido depois da perda de imparidade ter sido reconhecida em resultados, a perda de imparidade é revertida através do seu registo na demonstração de resultados.

2.10 Activos intangíveis

a) Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de uma aquisição acima do justo valor da participação adquirida pelo Grupo nos activos líquidos da subsidiária, à data de aquisição. O goodwill na aquisição de subsidiárias é registado no balanço como um activo intangível. O goodwill é mensurado ao custo menos perdas de imparidade, sendo os testes de imparidade efectuados anualmente. Os ganhos e perdas na venda de uma entidade incluem os valores de balanço do goodwill relativo à entidade vendida.

b) Software informático

As licenças de software adquiridas são capitalizadas de acordo com os custos incorridos para a sua aquisição e para a sua entrada em funcionamento. Estes custos são amortizados segundo a vida útil esperada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como custos do exercício quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de produtos de software únicos e identificáveis, controlados pelo Grupo e que provavelmente irão gerar benefícios económicos futuros, por mais de um ano e que excedem os custos, são reconhecidos como activos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil, utilizando o método das quotas constantes.

2.11 Activos tangíveis

Os imóveis são compostos essencialmente por escritórios e balcões do Grupo. Todos os activos tangíveis são mensurados ao custo histórico menos amortizações. O custo histórico inclui despesas directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor de balanço do activo ou reconhecidos como outro activo, apenas se for provável que associado à detenção desse activo, o Grupo tenha benefícios económicos futuros e ainda que o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os restantes custos associados a operações de manutenção e reparação são imputados à demonstração de resultados, no período em que são incorridos.

Os terrenos não são amortizados. A amortização dos restantes activos tangíveis é calculada seguindo o método das quotas constantes, durante a sua vida útil estimada, de modo a reduzir o seu custo até ao seu valor residual, como segue:

	Anos de vida útil
Edifícios de uso próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10, ou durante o período de arrendamento se este for inferior a 10 anos
Mobiliário e material	5 a 8
Equipamento informático	3 e 4
Equipamento de transporte	4
Outro equipamento	4 a 10

Os activos tangíveis sujeitos a amortização são submetidos a testes de imparidade sempre que eventos ou alterações em certas circunstâncias indiquem que o seu valor de balanço poderá não ser recuperável. O valor de balanço de um activo é imediatamente ajustado para o seu valor recuperável, se o seu valor de balanço for superior ao valor estimado de recuperação. O montante recuperável é o maior entre o valor de uso e o justo valor do activo, menos os custos de venda.

Os ganhos e perdas resultantes de alienações resultam da comparação do valor de realização e o valor de balanço. Estes ganhos e perdas são registados na demonstração de resultados.

2.12 Activos não correntes para venda

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de operações de crédito são registados na rubrica “Activos tangíveis detidos para venda” pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação.

A política do Grupo para este tipo de activos é de proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados (ver nota 28).

As mais-valias potenciais em activos não correntes detidos para venda não são reconhecidas no balanço.

2.13 Locações

a) Como locatário

As locações efectuadas pelo Grupo são essencialmente realizadas sobre equipamentos de transporte, sendo que existem contratos classificados como locações financeiras e outros como locações operacionais.

Os pagamentos efectuados nas locações operacionais são registados na demonstração de resultados.

Quando uma locação operacional é cessada antes que o período de locação tenha expirado, qualquer pagamento requerido pelo locador, a título de indemnização, é reconhecido como um custo no período em que a operação seja cessada.

Os contratos de locação financeira são registados nas datas do seu início, na respectiva rubrica de activos tangíveis ou intangíveis, por contrapartida da rubrica de Outros passivos, pelo mínimo entre (i) o justo valor do activo e (ii) valor actual dos pagamentos mínimos da locação financeira. Os custos incrementais pagos na locação são adicionados ao activo reconhecido. Os activos tangíveis são amortizados de acordo com o definido na Nota 2.11. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica Outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. No entanto, se não houver certeza razoável de que o Grupo obterá a posse no fim do prazo da locação, o activo deve ser totalmente depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

b) Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados como créditos concedidos, pelo valor actual dos pagamentos a efectuar na locação. A diferença entre o valor bruto a receber e o valor actual do saldo a receber é reconhecido como um proveito financeiro a receber.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14 Provisões

Provisões para outros riscos e encargos

As provisões para custos de reestruturação e processos legais, são reconhecidas sempre que: o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva resultante de acontecimentos passados; sempre que for mais provável existir uma saída de recursos (do que não existir essa saída de recursos), para liquidar uma obrigação; e o montante possa ser estimado com fiabilidade.

Provisões para riscos específicos e gerais de crédito

Nas demonstrações financeiras individuais, a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, nomeadamente para:

- crédito vencido e crédito de cobrança duvidosa;
- riscos gerais de crédito; e
- risco-país.

Estas provisões incluem:

(i) uma provisão específica para crédito e juros vencidos apresentada no activo como dedução à rubrica Créditos a clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias (ver nota 23);

(ii) uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa, apresentada no activo a deduzir à rubrica Créditos a clientes, que corresponde à aplicação das taxas previstas para as classes de incumprimento, às prestações reclassificadas como vencidas de uma mesma operação de crédito, assim como a aplicação, aos créditos vincendos de um mesmo cliente em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos, de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos (ver nota 23);

(iii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica provisões para riscos e encargos, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito não vencido pelo Banco, incluindo o representado por garantias e avals prestados, excepto para o crédito ao consumo em que a taxa de provisão ascende a um mínimo de 1,5% do referido crédito e para o crédito garantido por hipoteca sobre imóvel destinado à habitação do mutuário, em que se aplica a taxa mínima de 0,5% (ver nota 32); e

(iv) uma provisão para risco-país, constituída para fazer face ao risco imputado aos activos financeiro e elementos extra patrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, conforme Instrução do Banco de Portugal nº 94/96 (ver nota 23 e 32).

2.15 Benefícios a empregados

a) Responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo constituiu um Fundo de Pensões destinado a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, relativamente à totalidade do pessoal, calculadas em função dos salários projectados do pessoal no activo. O fundo de pensões é suportado através de contribuições efectuadas, com base nos montantes determinados por cálculos actuariais periódicos. Um plano de pensões de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de

benefícios com pensões que um empregado irá receber quando se reformar, estando normalmente dependente de um ou mais factores nomeadamente, idade, anos de serviço e compensações.

O Banco determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados através de cálculos actuariais pelo método “Projected Unit Credit” para as responsabilidades com serviços passados por velhice e método de “Prémios Únicos Sucessivos” para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

O Banco reconhece o valor acumulado líquido (após 1 de Janeiro de 2004) dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, na rubrica “Outros activos ou Outros passivos – Desvios actuariais”.

São enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas actuariais acumuladas que não excedam 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do fundo de pensões, dos dois o maior. Os valores que excedam o corredor são amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de trabalhadores à situação de reforma antecipada são integralmente reconhecidos como custo nos resultados do exercício em que se verificam.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período que decorre até os benefícios se tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica de “Outros activos”.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por um fundo de pensões. O valor dos fundos de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo fundo de pensões está definido no Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, que determina:

- a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;
- o estabelecimento de um período transitório para o financiamento do acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação da IAS 19 em 31 de Dezembro de 2004. Este acréscimo de responsabilidades pode ser financiado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes, até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade, para as quais o plano de financiamento poderá ir até 31 de Dezembro de 2011.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma, líquido do valor do fundo de pensões, está registado na rubrica “Outros passivos”.

Os resultados consolidados do Grupo incluem os seguintes custos relativos a pensões de reforma e sobrevivência:

- custo do serviço corrente;
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado dos fundos de pensões;
- custos com acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas;
- amortização de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor;
- custos (ou amortização) resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Na data da transição, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção designada por *reset*). Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos registados nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003, foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados na data da transição – 1 de Janeiro de 2004.

b) Prémios de antiguidade

O Banco ao aderir ao Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário Português assume o compromisso de atribuir aos trabalhadores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva no ano da atribuição.

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos”.

Os resultados do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros;
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.16 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são registados utilizando o método da dívida de balanço, baseado nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para preparação de demonstrações financeiras e os montantes apurados para tributação. Os impostos diferidos são calculados utilizando a taxa efectiva de imposto sobre os lucros apurada à data de balanço e que é expectável que venha a ser aplicada quando os referidos impostos diferidos activos sejam realizados ou os impostos diferidos passivos sejam liquidados.

São reconhecidos impostos diferidos activos, se for provável que no futuro existam impostos sobre lucros suficientes para que possam ser utilizados.

Os impostos sobre os lucros, baseados na aplicação das taxas legais em cada jurisdição são reconhecidos como custo no período em que os lucros sejam originados. Os efeitos fiscais dos prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como um activo quando é provável que os futuros lucros tributáveis sejam suficientes para que os prejuízos fiscais reportáveis sejam utilizados.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de um investimento disponível para venda, que é debitado ou creditado directamente em capital próprio, também são creditados ou debitados directamente em capital próprio e subsequentemente são reconhecidos na demonstração de resultados juntamente com os ganhos ou perdas diferidos.

2.17 Passivos financeiros

O grupo classifica os seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros detidos para negociação, outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados, recursos de outras instituições de crédito, recurso de clientes e responsabilidades representadas por títulos. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

a) Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui essencialmente depósitos com rendimento indexado a cabazes de acções ou índices. A avaliação destes passivos é efectuada com base no justo valor. O valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não pagos.

b) Recursos de outras instituições de crédito e de clientes

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de clientes e de instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

c) Responsabilidades representadas por títulos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo este o seu montante de emissão líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e qualquer diferença entre o montante líquido recebido na transacção e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados durante o período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Se o Grupo adquirir a sua própria dívida, esse montante é retirado ao valor do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o montante dispendido na aquisição é registado em resultados.

2.18 Contratos de Seguro

Sempre que um contrato efectuado inclua um risco de seguro significativo, aceitando compensar o beneficiário no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como contrato de seguro. Também foram classificados como contratos de seguros, contratos financeiros, que têm característica de participação discricionária nos resultados.

Todos os outros contratos são classificados como contratos de investimento uma vez que não envolvem risco de seguro, isto é, a seguradora não suporta qualquer risco de mortalidade significativo.

Os activos financeiros detidos para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do grupo.

Prémios – Contratos de seguro

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Comissões recebidas – Contratos de investimento

A remuneração da companhia relativa a contratos de investimento, nomeadamente comissões de subscrição, de gestão e de resgate, é contabilizada em conta de proveitos específica.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão é determinada como segue:

- i) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade restante nessa data; e
- ii) a partir da análise do histórico do peso dos sinistros não declarados sobre os declarados, é apurada a taxa a aplicar, aos sinistros declarados no ano, por forma a fazer face a responsabilidades com sinistros declarados após o fecho do exercício.

Provisão para riscos e encargos

A provisão para riscos e encargos corresponde ao montante estimado para cobrir responsabilidades associadas a riscos de natureza específica e provável a suportar após o termo do exercício.

Provisão Matemática do ramo Vida e Provisão para participação nos resultados

A provisão matemática para o ramo vida tem como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras relativamente às apólices emitidas classificadas como contratos de seguro e é calculada mediante tabelas e fórmulas actuariais enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

Provisão para participação nos resultados

A Provisão para participação nos resultados tem como objectivo registar a especialização da Participação nos Resultados e encontra-se subdividida em:

Provisão para participação nos resultados a atribuir:

Corresponde ao valor existente no Fundo para Dotações Futuras na data de transição, corrigido dos ajustamentos decorrentes da nova classificação dos investimentos e respectiva valorização, em conformidade com o definido no novo Plano de Contas das Empresas de Seguros.

Provisão para participação nos resultados atribuída:

Corresponde à parte dos resultados técnicos e financeiros apurados na gestão das carteiras dos seguros com participação nos resultados para ser distribuída no futuro.

Ajustamento para recibos por cobrar

O ajustamento para recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização.

O cálculo deste ajustamento é efectuado com base na probabilidade de cobrança de recibos de prémios por cobrar dos produtos de risco no final do exercício, enquadrado nos critérios estabelecidos pelo normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

3. Gestão do risco financeiro

3.1 Estratégia usada em instrumentos financeiros

Face à actividade que desenvolve, o Banco capta recursos essencialmente através de depósitos de clientes e de operações de mercado monetário indexadas à taxa Euribor.

Para além da actividade de concessão de crédito, o Banco aplica ainda os recursos captados em investimentos financeiros, em particular, num conjunto de instrumentos que compõem a actual carteira de títulos do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de títulos do Banco era composta essencialmente por obrigações de taxa variável e taxa fixa e por cédulas hipotecárias. Para fazer face ao risco de taxa de juro, o Banco efectuou operações de *swap* de taxa de juro e operações de mercado monetário, procurando assim controlar a variabilidade dos fluxos gerados por estes activos.

a) Cobertura do justo valor

Como referido anteriormente, o Banco cobre parte do seu risco de taxa de juro, resultante de qualquer potencial decréscimo no justo valor de activos de taxa de juro fixa, usando *swaps* de taxa de juro. O justo valor destes *swaps* a 31 de Dezembro de 2008 era negativo, no montante de 365 milhares de euros.

b) Cobertura de cash flow

O Banco possui algum risco de *cash-flow* no que se refere a posições em aberto em moeda estrangeira. No entanto, face à escassa materialidade da posição global normalmente existente, não são efectuadas quaisquer operações de cobertura da mesma.

3.2 Justo valor de activos e passivos financeiros

A Administração do Banco considera que à data de 31 de Dezembro de 2008, o justo valor dos activos e passivos financeiros ao custo amortizado não difere significativamente do correspondente valor de balanço.

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco, que se encontram reconhecidos ao custo amortizado, era o seguinte:

	Individual			
	Valor de Balanço		Justo Valor	
	2008	2007	2008	2007
Activos				
Disponib. em outras inst. De crédito	98 774	108 727	98 774	108 727
Aplicações em instituições de crédito	1 128 582	528 653	1 128 582	528 653
Crédito a clientes	6 243 965	5 919 819	6 401 910	6 178 370
	7 471 321	6 557 199	7 629 266	6 815 750
Passivos				
Recursos de outras instit. de crédito	4 917 050	3 313 474	4 917 050	3 313 474
Recursos de clientes	2 479 740	3 007 904	2 460 958	2 989 479
Responsabilidades representadas por títulos	46 766	16 281	44 700	16 044
Passivos subordinados	0	170 285	0	165 681
	7 443 556	6 507 944	7 422 708	6 484 678

Para alguns tipos de derivados mais complexos são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado, para os quais o Grupo utiliza estimativas e pressupostos internos. A rubrica de resultados financeiros líquidos – valorização ao justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como de cobertura, inclui um valor de -8 641 milhares de euros (2007: 2 121 milhares de euros), de derivados para os quais o justo valor é determinado tendo em conta alguns dados ou pressupostos não observáveis no mercado.

Assim, a variação de justo valor reconhecida em resultados no período analisa-se como segue:

	Individual			
	2008		2007	
	Justo Valor	Variação	Justo Valor	Variação
Activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Derivados de negociação				
Swaps de taxa de juro	4 864	4 786	1 255	1 470
Swaps de cotações	735	735	-	-
Opções	727	- 514	472	- 1 548
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de dívida emitidos por residentes	7 385	-	9 726	-
Instrumentos de dívida emitidos por não residentes	140 636	-	-	-
Instrumentos de capital emitidos por residentes	1 660	-	2 572	-
Instrumentos de capital emitidos por não residentes	46	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Derivados de negociação				
Swaps de taxa de juro	5 229	- 5 471	1 006	- 948
Swaps de cotações	1 065	- 1 031	-	-
Swaps outros	-	- 132	-	-
Opções	777	42	-	-
Depósitos estruturados	91 396	- 6 326	112 001	3 030
Títulos de dívida emitidos	14 013	- 730	26 777	117
		- 8 641		2 121

3.3 Risco de crédito

O Grupo assume exposições de risco de crédito, que é o risco de uma contraparte não ser capaz de pagar a totalidade dos montantes quando devidos. O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários e a segmentos geográficos e industriais.

A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade de mutuários e potenciais mutuários de satisfazer obrigações de pagamento de capital e juros, e por alterar estes limites de empréstimos quando apropriado. Exposições a risco de crédito são também geridas em parte pela obtenção de colaterais e garantias pessoais ou empresariais.

- Colaterais

O grupo utiliza uma diversidade de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias colaterais aquando do adiantamento de fundos. O Grupo implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colateral ou de mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de colateral para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhores de aplicações efectuadas no Banco;
- Penhor de activos como instalações, inventários e contas a receber;
- Penhor sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida e acções.

Financiamentos de longo prazo a entidades empresariais e individuais, são geralmente garantidos; créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia. Adicionalmente, com o intuito de minimizar a perda, no momento em que existem indicadores de imparidade para os créditos e valores a receber, o Grupo procura colaterais adicionais das contrapartes relevantes.

O colateral detido para activos financeiros, que não empréstimos e adiantamentos, é determinado pela natureza do instrumento. Instrumentos de dívida, tesouro e outros títulos geralmente não se encontram colaterizados.

- Compromissos de concessão de crédito

O objectivo principal destes instrumentos é assegurar que os fundos são disponibilizados a um cliente à medida que este os requirir. Compromissos de extensão de crédito representam partes não utilizadas de autorizações para estender o crédito na forma de empréstimos, garantias ou letras de crédito. Relativamente ao risco de crédito em compromissos de extensão de crédito, o Grupo está potencialmente exposto a uma perda no montante igual ao total dos seus compromissos não utilizados. Contudo, o montante provável de perda é muito menor que a soma dos compromissos não utilizados em virtude dos compromissos de extensão de crédito serem revogáveis e estarem dependentes dos clientes manterem uma qualidade de crédito específica. O Grupo monitoriza o prazo de vencimento de compromissos de crédito pois os compromissos de longo-prazo têm geralmente um maior grau de risco de crédito do que compromissos a curto-prazo.

- Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Balanço				
Disponib. em outras instit. de crédito	98 774	108 727	105 888	117 707
Activos financeiros detidos para negociação	14 586	7 498	23 007	60 124
Outros activos fin. justo valor através resultados	31 568	30 851	339 890	463 013
Activos financeiros disponíveis para venda	149 727	152 800	185 963	280 542
Aplicações em instituições de crédito	1 128 582	528 653	1 030 388	411 577
Crédito a clientes	6 264 583	5 940 636	6 556 448	6 192 309
Outros activos	144 902	31 585	147 220	28 144
	7 832 722	6 800 750	8 388 804	7 553 416
Fora de Balanço				
Garantias financeiras	388 008	324 313	388 004	324 309
Outras garantias	47 846	42 437	47 846	42 437
Compromissos de concessão de crédito	1 166 023	1 758 802	1 293 005	1 957 333
Créditos documentários	17 897	32 044	17 897	32 044
Outros	0	5	0	5
	1 619 774	2 157 601	1 746 752	2 356 128
Total	9 452 496	8 958 351	10 135 556	9 909 544

O quadro acima representa o pior cenário a nível de exposição do Grupo a risco de crédito a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição acima é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Tal como se pode ver no quadro, 78,6% do total da exposição máxima, em base individual, resulta de crédito a clientes (2007: 85,9%).

A gestão está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter uma exposição mínima ao risco de crédito do Grupo, que resulta maioritariamente da sua carteira de a clientes, baseando-se no seguinte:

- 50,9% do montante de crédito a clientes têm garantias reais (2007: 63,4%);
- 95,2% do portfólio de crédito a clientes não se encontra vencido (2007: 98,3%).

- Concentração por sector de actividade de activos financeiros com risco de crédito

Os quadros abaixo apresentam a exposição do Banco e do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos, discriminados por sector de actividade:

Individual - 2008	Instituições	Sector	Construção	Outras	Particulares	
	Financeiras	Público	e Act. Imob.	Indústrias	Serviços	Habitação O. Créditos
Disponib. em outras instit. de crédito	98 774					
Activos financeiros detidos p/ negociação	14 586					
Out. act. fin. justo valor através resultados	24 105	7 463				
Activos financeiros disponíveis para venda	149 727					
Aplicações em instituições de crédito	1 128 582					
Crédito a clientes	57 699	2	2 760 618	708 100	1 395 343	886 014 556 033
Outros activos	905	42 386			27 053	
	1 474 378	49 851	2 760 618	708 100	1 422 396	886 014 556 033

Individual - 2007	Instituições	Sector	Construção	Outras	Serviços	Particulares	
	Financeiras	Público	e Act. Imob.	Indústrias		Habitação	O. Créditos
Disponib. em outras instit. de crédito	108 727						
Activos financeiros detidos para negociação	7 498						
Out. act. fin. justo valor através resultados	24 155	6 696					
Activos financeiros disponíveis para venda	152 800						
Aplicações em instituições de crédito	528 653						
Crédito a clientes	45 549	403	2 801 612	806 404	1 120 750	767 909	431 251
Outros activos	1 605	24 235					5 745
	868 987	31 334	2 801 612	806 404	1 120 750	767 909	436 996

Consolidado - 2008	Instituições	Sector	Construção	Outras	Serviços	Particulares		Actividade
	Financeiras	Público	e Act. Imob.	Indústrias		Habitação	O. Créditos	Seguradora
Disponib. em outras instit. de crédito	105 889							
Activos financeiros detidos p/ negociação	14 711							8 296
Out. act. fin. justo valor através resultados	24 105	7 463						308 322
Activos financeiros disponíveis para venda	149 727							36 235
Aplicações em instituições de crédito	1 030 388							
Crédito a clientes	110 201	47 733	2 809 501	777 067	1 383 161	900 153	556 427	
Outros activos	905	45 091			28 598			
	1 435 926	100 287	2 809 501	777 067	1 411 759	900 153	556 427	352 853

Consolidado - 2007	Instituições	Sector	Construção	Outras	Serviços	Particulares		Actividade
	Financeiras	Público	e Act. Imob.	Indústrias		Habitação	O. Créditos	Seguradora
Disponib. em outras instit. de crédito	117 707							
Activos financeiros detidos p/ negociação	7 680							52 443
Out. act. fin. justo valor através resultados	24 155	6 696						432 162
Activos financeiros disponíveis para venda	152 800							127 742
Aplicações em instituições de crédito	411 577							
Crédito a clientes	45 549	36 978	2 842 908	862 769	1 130 040	888 769	431 655	
Outros activos	1 605	24 235					5 745	
	761 073	67 909	2 842 908	862 769	1 130 040	888 769	437 400	612 347

3.4 Segmentação geográfica de activos, passivos e extra patrimoniais

O Grupo opera na sua quase totalidade no mercado nacional, não sendo relevante a apresentação por segmento geográfico, visto que não existe uma componente identificável dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos ou benefícios diferenciáveis de outros.

3.5 Risco de mercado

No seguimento da estratégia do Grupo Banco Popular, de concentrar o risco de mercado na casa-mãe, a carteira de títulos do Banco Popular Portugal, no montante de 442 Milhões de euros, é essencialmente composta: (i) em 37% por obrigações titularizadas com rating AAA, cuja emissão é integralmente detida pelo Grupo Banco Popular, para efeitos de operações de tesouraria, (ii) em 46% por papel comercial, que não se encontra cotado em bolsa, e cerca de 12% em participações financeiras de empresas, também, não cotadas em bolsa.

Assim, cerca de 42% da carteira encontra-se investida em valores mobiliários mais expostos a variação de preços, em particular cerca de 93% em obrigações de longo prazo, dos quais 18% têm cobertura de risco de taxa de juro através de swaps.

- Análise de sensibilidade

O Banco não tem acções na carteira de negociação, tendo apenas um montante reduzido de unidades de participação de fundos de investimento mais expostos aos mercados bolsistas, que no final de 2008 ascendiam a cerca de 3,3 milhões de euros.

Do referido valor, 840 milhares de euros encontra-se investido num fundo que apenas investe em acções até ao montante máximo de 25% do seu património, 234 mil euros num fundo que apenas investe em acções até 50% e 307 mil euros num fundo que investe até 75% do seu património em acções. Adicionalmente, os referidos fundos investem em diferentes áreas geográficas e em diferentes sectores, o que permite a diversificação do risco.

Assim, num cenário de variação dos mercados accionistas em 10%, o impacto nos resultados antes de impostos do Banco será em torno de 1%.

3.6 Risco de taxa de câmbio

O contravalor, em milhares de euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira decompõe-se como segue:

31 de Dezembro de 2008	Individual				Consolidado			
	USD	GBP	CHF	Outros	USD	GBP	CHF	Outros
Activos								
Caixa	-	1	1	3	-	1	1	3
Disponib. em O.I.C.'s	15 756	1 083	205	200	15 756	1 083	205	200
Outros activos financ. ao justo valor	-	-	-	-	1 298	-	-	-
Aplicações em instit. de crédito	20 827	340	-	82	20 827	340	-	82
Crédito a clientes	10 799	6	1 857	68	10 799	6	1 857	113
Outros activos	2 909	14	26	29	2 697	14	56	27
	<u>50 291</u>	<u>1 444</u>	<u>2 089</u>	<u>382</u>	<u>51 377</u>	<u>1 444</u>	<u>2 119</u>	<u>425</u>
Passivos								
Recursos de O.I.C.'s	18 479	-	2 043	131	18 479	-	2 043	131
Recursos de clientes	30 242	2 780	7	241	30 242	2 780	7	241
Outros passivos	4 832	44	68	47	4 832	13	68	7
	<u>53 553</u>	<u>2 824</u>	<u>2 118</u>	<u>419</u>	<u>53 553</u>	<u>2 793</u>	<u>2 118</u>	<u>379</u>
Posições de balanço líquidas	<u>- 3 262</u>	<u>- 1 380</u>	<u>- 29</u>	<u>- 37</u>	<u>- 2 176</u>	<u>- 1 349</u>	<u>1</u>	<u>46</u>
Operações cambiais a prazo	224	-	-	-	224	-	-	-
Posições líquidas	<u><u>- 3 038</u></u>	<u><u>- 1 380</u></u>	<u><u>- 29</u></u>	<u><u>- 37</u></u>	<u><u>- 1 952</u></u>	<u><u>- 1 349</u></u>	<u><u>1</u></u>	<u><u>46</u></u>
31 de Dezembro de 2007								
Total de activos	48 192	3 548	635	2 520	51 282	7 247	635	2 522
Total de passivos	86 190	3 154	431	3 024	86 190	3 154	431	3 024
Posições de balanço líquidas	<u>- 37 998</u>	<u>394</u>	<u>204</u>	<u>- 504</u>	<u>- 34 908</u>	<u>4 093</u>	<u>204</u>	<u>- 502</u>
Operações cambiais a prazo	37 832	-	-	-	37 428	-	-	-
Posições líquidas	<u><u>- 166</u></u>	<u><u>394</u></u>	<u><u>204</u></u>	<u><u>- 504</u></u>	<u><u>2 520</u></u>	<u><u>4 093</u></u>	<u><u>204</u></u>	<u><u>- 502</u></u>

- Análise de sensibilidade

A actividade do Banco Popular Portugal em moeda estrangeira consiste em efectuar transacções tendo por base operações com clientes. Neste quadro, a posição cambial global do Banco é tendencialmente nula.

Assim, como se pode constatar, qualquer que seja o impacto em termos cambiais nos preços das moedas, o impacto em termos de resultados para o Banco é financeiramente imaterial.

3.7 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa, é o risco de alterações nos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros devido a variações no justo valor de um instrumento financeiro decorrentes de variações nas taxas de juro do mercado. O grupo encontra-se exposto ao risco de flutuações das taxas de juro de mercado para os riscos de fluxos de caixa e justo valor.

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido por um modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos susceptíveis a variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa os activos e passivos sensíveis a variações em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada), a partir dos quais se calcula um impacto potencial sobre a margem de intermediação.

No Quadro seguinte apresenta-se o balanço consolidado da Actividade Bancária do Grupo, em 31 de Dezembro de 2008, agrupado por prazos e respectivos *gaps*, da Actividade Bancária do Grupo:

Gap de vencimentos e reapreciações da Actividade bancária do Grupo em 31 de Dezembro de 2008

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	Insensível	Total
Caixa e disponib. em bancos centrais	57 844				53 065	110 909
Disponib. em outras instit. de crédito	100 828					100 828
Activos financeiros	7 385	25 105	147 136		16 380	196 006
Aplicações em instit. de crédito	277 223	16 345	731 440			1 025 008
Crédito a clientes	1 566 193	2 213 240	2 288 513	186 157	168 623	6 422 726
Outros activos					667 447	667 447
Total do Activo	2 009 473	2 254 690	3 167 089	186 157	905 515	8 522 924
Passivos financeiros	93 000		13 501			106 501
Recursos de outras instit. de crédito	1 051 524	1 898 937	1 562 595	404 000		4 917 056
Recursos de clientes e outros	578 124	472 604	860 809	505 750	105 958	2 523 245
Passivos subordinados		100 574				100 574
Outros passivos					179 631	179 631
Total do Passivo	1 722 648	2 472 115	2 436 905	909 750	285 589	7 827 007
Gap	286 825	- 217 425	730 184	- 723 593	619 926	
Gap Acumulado	286 825	69 400	799 584	75 991		
<i>Gap de vencimentos e reapreciações em 31 de Dezembro de 2007</i>						
Gap	246 914	-833 780	1128 722	65 937	-607 793	
Gap Acumulado	246 914	- 586 866	541 856	607 793		

- Análise de sensibilidade

No Banco, o risco de taxa de juro do balanço é medido por um modelo que considera os activos e passivos susceptíveis de variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa aqueles activos e passivos em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando indexada), a partir dos quais calcula um impacto potencial sobre a margem financeira.

No quadro abaixo, este modelo considera um cenário em que existe um impacto imediato de 1% nas taxas de juro, pelo que, na data de revisão das taxas de juro, quer das operações activas quer das operações passivas, as novas taxas passam a incorporar este efeito.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Mais de 12 meses	Insensível	Total
Caixa e Dep. à ordem no BdP	57 844				53 064	110 908
Aplicações em instit. de crédito	378 051	16 345	731 440		0	1 125 836
Activos financeiros	7 385	25 105	147 136		16 380	196 006
Crédito	1 566 193	2 213 240	2 288 513	186 157	168 623	6 422 726
Outros activos					680 060	680 060
Total do Activo	2 009 473	2 254 690	3 167 089	186 157	918 127	8 535 536
Passivos financeiros	93 000		13 501			106 501
Recursos de inst. de crédito	1 051 524	1 898 937	1 562 595	404 000		4 917 056
Depósitos de clientes	578 124	472 604	860 809	505 750	105 958	2 523 245
Emissão de títulos	0	100 574		0		100 574
Outros passivos	0			0	179 631	179 631
Total do Passivo	1 722 648	2 472 115	2 436 905	909 750	285 589	7 827 007
Gap	286 825	- 217 425	730 184	- 723 593	632 538	
Gap acumulado	286 825	69 400	799 584	75 991		
Impacto com Aumento de 1%	240	- 87	6 074			
Impacto Acumulado	412	153	6 227			
Efeito Acumulado	6.227					
Margem Financeira	147 408					
Gap Acumulado	4,22%					

3.8 Risco de liquidez

Este conceito pressupõe a possibilidade de uma instituição de crédito dispor de fundos líquidos para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento. O Grupo está exposto a pedidos diários de recursos monetários disponíveis de contas correntes, empréstimos e garantias, necessidades de contas margem e outras relacionadas com derivados liquidados em dinheiro. O Grupo não detém recursos monetários para satisfazer todas estas necessidades, pois a sua experiência revela que a proporção de fundos que irão ser reinvestidos na maturidade pode ser previsto com um elevado nível de certeza. A Gestão define limites para a proporção mínima de fundos disponíveis para satisfazer os pedidos e para o nível mínimo de facilidades interbancárias e outros empréstimos que devem estar disponíveis para cobrir os levantamentos e níveis inesperados de procura.

O processo de gestão de liquidez, como efectuado no Banco, inclui:

- As necessidades de funding diárias que são geridas pela monitorização dos fluxos de caixa futuros de modo a garantir que os requisitos são cumpridos. Isto inclui reposição de fundos à medida que maturam ou são emprestados a clientes;
- Manutenção de uma carteira de activos com elevada liquidez que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista de fluxos de caixa;
- Monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos externos e internos;
- Gestão da concentração e perfil das maturidades da dívida, recorrendo ao Gap de liquidez.

A monitorização e relato assumem a forma de mensuração de fluxos de caixa e projecções para o dia, semana e mês seguinte, uma vez que estes são períodos importantes na gestão de liquidez. O ponto

de partida para estas projecções é uma análise da maturidade contratual dos passivos financeiros e da data expectável dos fluxos de caixa dos activos. A tesouraria também monitoriza o grau de compromissos de concessão de crédito não utilizados, o uso de facilidades de descoberto e o impacto de passivos contingentes como cartas de crédito e garantias.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, nos termos da instrução nº 19/2005, o Banco ainda recorre ao conceito de *Gap* de liquidez, ou seja, a partir do balanço do Banco, em 31 de Dezembro de 2008, tendo por base os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se um diferencial entre os vencimentos referidos (positivo ou negativo) segundo os prazos residuais de vencimento das operações que se denominam *GAP's* de Liquidez.

Os Quadros seguintes apresentam o balanço individual e consolidado, no final do mês de Dezembro de 2008, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento:

Gap de liquidez do Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2008

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e saldos em bancos centrais	110 908	-	-	-	-
Disponibilidades em outras I.C.'s	98 769	-	-	-	-
Activos financeiros detidos p/ negociação	6 675	341	211	2 957	4 081
Outros activos fin.ao justo valor	-	-	1 327	37 662	-
Activos financeiros disponíveis para venda	314	-	6 369	26 448	143 150
Aplicações em I.C.'s	381 731	12 056	737 440	-	1 100
Crédito a clientes	2 104 483	238 094	510 550	1 440 045	1 764 261
Outros activos	323	-	1 776	-	-
Total do Activo	2 703 203	250 491	1 257 673	1 507 112	1 912 592
Passivos financeiros detidos p/ negociação	-	228	814	4 920	3 738
Outros passivos fin.ao justo valor	91 396	-	14 013	-	-
Recursos de outras I.C.'s	294 912	245 642	1 993 649	2 546 915	71 377
Recursos de clientes	1 321 271	421 401	704 989	64 154	-
Responsabilidades represent. por títulos	-	-	1 335	47 786	-
Passivos Subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	132	818	3 136	-	-
Total do Passivo	1 707 711	668 089	2 717 936	2 663 775	75 115
Gap	995 492	- 417 598	-1 460 263	-1 156 663	1 837 477
Gap Acumulado	995 492	577 894	- 882 369	-2 039 032	- 201 555
Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2007					
Gap	1 090 050	- 1 049 345	- 955 139	202 424	2 099 018
Gap Acumulado	1 090 050	40 705	- 914 434	- 712 010	1 387 008

Gap de liquidez do Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2008

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e saldos em bancos centrais	110 909	-	-	-	-
Disponibilidades em outras I.C.'s	105 889	-	-	-	-
Activos financeiros detidos p/ negociação	7 145	341	246	2 957	4 080
Outros activos fin.ao justo valor	126 969	4 734	17 776	174 411	23 376
Activos financeiros disponíveis para venda	24 414	386	8 499	35 809	143 408
Aplicações em I.C.'s	283 087	12 057	737 890	-	1 100
Crédito a clientes	2 095 739	313 411	515 277	1 444 436	1 857 668
Outros activos	324	-	3 817	-	-
Total do Activo	2 754 476	330 929	1 283 505	1 657 613	2 029 632
Passivos financeiros detidos p/ negociação	-	488	814	4 920	3 738
Outros passivos fin.ao justo valor	91 396	-	26 177	125 904	297 604
Recursos de outras I.C.'s	294 918	245 642	1 993 649	2 546 915	71 377
Recursos de clientes	1 301 088	421 401	229 432	29 154	-
Responsabilidades represent. por títulos	-	-	1 335	47 786	-
Passivos subordinados	-	1 075	1 014	-	-
Outros passivos	409	818	5 405	-	-
Total do Passivo	1 687 811	669 424	2 257 826	2 754 679	372 719
Gap	1 066 665	- 338 495	- 974 321	-1 097 066	1 656 913
Gap Acumulado	1 066 665	728 170	- 246 151	-1 343 217	313 696
Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2007					
Gap	1 466 550	- 985 399	- 932 474	304 601	2 159 993
Gap Acumulado	1 466 550	481 151	- 451 323	- 146 722	2 013 271

- Exposições fora de Balanço (Risco de liquidez)

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, os prazos dos montantes contratuais dos instrumentos financeiros fora de Balanço do Grupo que o comprometem a estender o crédito a clientes e outras facilidades, analisam-se como segue:

Individual	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos eventuais:					
Garantias e avals	2 682	1 668	36 959	76 614	-
Compromissos:					
Créditos revogáveis	340 119	69 054	381 380	303 371	66 575
Total	342 801	70 722	418 339	379 985	66 575
Consolidado					
Passivos eventuais:					
Garantias e avals	2 682	1 668	36 959	76 614	-
Compromissos:					
Créditos revogáveis	340 119	65 734	381 380	203 190	66 575
Total	342 801	67 402	418 339	279 804	66 575

3.9 Actividades fiduciárias

O Grupo fornece custódias, garantias, serviços de administração empresarial, gestão de investimentos e serviços de aconselhamento a terceiras partes. Estas actividades exigem a alocação de activos e transacções de compra e venda em relação a uma vasta gama de instrumentos financeiros. Esses activos, que são mantidos em capacidade fiduciária, não são incluídos nestas demonstrações financeiras. À data de 31 de Dezembro de 2008, o Grupo mantinha custódia de contas de investimento no montante de 3 812 882 milhares de euros (2007: 4 289 849 milhares de euros) e activos financeiros administrados, estimados em 383 002 milhares de euros (2007: 450 750 milhares de euros).

3.10 Divulgações de capital

O quadro seguinte explicita a composição do capital regulamentar e dos rácios do Banco para os períodos em questão no dia 31 de Dezembro. Durante estes dois períodos, as entidades individuais do grupo e o grupo cumpriram todos os requisitos de capital a que estão sujeitos.

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Tier 1 Capital				
Acções	376.000	176.000	375.999	176.000
Reservas bancárias gerais	203.683	161.490	255.642	205.454
Reserva legal	27.617	22.609	29.173	23.702
Resultado do exercício	26.250	50.072	29.814	57.416
Interesses minoritários	0	0	21.467	21.394
Menos : Reservas negativas	-2.944	-521	-2.944	-521
Menos: Intangíveis	-3.697	-1.133	-7.380	-5.416
Diferenças positivas primeira considação	0	0	-4.608	-4.860
Impacto na transição para as NIC	0	0	0	5.743
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo	-4.982	-2.089	-4.982	-2.070
Anulação excesso provisões vs. imparidade	0	0	-47.541	-40.526
Deduções participações empresas seguros	-6.113	-8.750	-6.113	-8.750
Deduções nos termos da Instrução 120/96	-3.739	-3.670	-4.933	-4.641
Tier 1 Capital total	612.075	394.008	633.594	422.925
Tier 2 Capital				
Ganhos não realizados de invest. disponíveis para venda	50	439	50	439
Provisões para riscos gerais	46.845	40.526	46.845	40.526
Passivos subordinados	0	170.000	0	170.000
Reservas de reavaliação de activos tangíveis	3.143	3.143	4.406	4.406
Deduções participações empresas seguros	-6.113	-8.750	-6.113	-8.750
Tier 2 Capital total	43.925	205.358	45.188	206.621
Fundos próprios elegíveis	656.000	599.366	678.782	629.546
Activos ponderados pelo risco	6.967.149	6.330.536	7.094.290	6.537.334
Rácio de requisitos de fundos próprios (1)	9,4%	9,5%	9,6%	9,6%
Tier I	8,8%	6,2%	8,9%	6,5%
Tier II	0,6%	3,2%	0,6%	3,2%

(1) Calculado de acordo com as regras do Banco de Portugal, com excepção do resultado do próprio exercício que também foi incluído neste cálculo.

4. Estimativas e assumpções na aplicação de políticas contabilísticas

O Grupo efectua estimativas e assumpções que têm impacto nos valores reportados de activos e passivos durante o próximo exercício financeiro. Estas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e concebidos com base em dados históricos e outros factores, como expectativas de eventos futuros.

No cálculo das provisões técnicas do ramo segurador, são efectuadas avaliações técnicas complexas onde são utilizadas, por exemplo, tábuas de mortalidade, taxas de juro, despesas e impostos futuros. A utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das provisões técnicas reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

a) Perdas de imparidade em empréstimos

O Grupo analisa, numa base mensal, a sua carteira de crédito para avaliar eventuais perdas de imparidade. Na determinação do registo, ou não, de perdas de imparidade em resultados, o Grupo analisa dados observáveis que indiquem um decréscimo mensurável nos futuros cash flows estimados quer da carteira de empréstimos, quer individualmente para casos específicos dessa mesma carteira. A análise pode indicar, por exemplo, um evento adverso na capacidade do cliente cumprir o pagamento do empréstimo, ou deterioração das condições e indicadores macroeconómicos correlacionados. A gestão usa estimativas baseadas em dados históricos de activos com riscos de crédito semelhantes e possíveis perdas de imparidade, nesses mesmos activos. A metodologia e assumpções utilizadas nestas estimativas são revistas regularmente para se reduzir quaisquer diferenças entre perdas estimadas e perdas realizadas.

b) Justo valor de derivados e de activos financeiros não cotados

O justo valor dos derivados e activos financeiros não cotados foi determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

c) Imparidade de investimentos em capital na carteira de Activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade em investimentos em capital de activos financeiros disponíveis para venda, quando se tenha verificado um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor, abaixo do seu custo. A quantificação necessária das expressões, significativa e prolongado, exigem juízo profissional. Na realização deste juízo, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal no preço da acção. Em complemento, deve ser considerada imparidade quando se verificarem eventos que evidenciem a deterioração da viabilidade do investimento, a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e cash flows operacionais e financeiros.

d) Titularizações de créditos e Entidades de finalidade especial

O Grupo patrocinou a formação de uma sociedade veículo com a intenção de permitir a manutenção dos investimentos de clientes, para a titularização de activos. O Grupo avalia a sua exposição ao risco e retorno, assim como à capacidade de exercer decisões operacionais na SPE em questão. Quando a conclusão acerca do controlo exercido sobre a SPE for de difícil obtenção, a SPE deve ser consolidada.

e) Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Estes pressupostos são

baseados nas expectativas do Banco para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

f) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na interpretação da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos reconhecidos.

5. Segmentos de negócio

Actualmente o Grupo apresenta a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca de Retalho (Particulares, Empresários em nome individual (ENI) e Pequenos Negócios)
- Banca Comercial (Empresas e Sector Público)
- Carteira Própria (carteira de Títulos)
- Gestão de Activos (Gestão de Fundos e Gestão de Patrimónios)
- Outros (Depósitos e Activos por recuperação de crédito)

A decomposição destes segmentos apresenta-se como segue:

Individual - 2008	Banca de Retalho	Banca Comercial	Carteira Própria	Gestão de Activos	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	74 433	310 828	8 929	-	29 009	423 199
Juros e encargos similares	-	7	9 137	-	283 052	292 196
Rendimentos de serviços e comissões	25 132	9 754	698	10 544	10 984	57 112
Encargos com serviços e comissões	2 463	326	-	1 575	1 715	6 079
Resultados de Op.Financeiras (Líquido)	-	3 115	- 8 827	-	-	- 5 712
Outros Result. de Exploração (Líquido)	- 2	-	- 727	-	- 1 089	- 1 818
Provisões / Imparidade (Líquido)	21 117	70 459	-	-	7 013	98 589
Resultado Líquido do Exercício						26 250
Passivos totais	-	-	161 708	-	7 604 991	7 766 699
Activos totais	1 401 791	4 656 433	401 637	449	1 920 117	8 380 427

Consolidado - 2008	Bancade Retalho	Banca Comercial	Carteira Própria	Gestão de Activos	Seguros	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	79 855	333 109	8 929	-	16 194	22 876	460 963
Juros e encargos similares	-	4	14 569	3	2	282 028	296 606
Rendimentos de serviços e comissões	9 328	12 365	698	12 667	8 879	8 827	52 764
Encargos com serviços e comissões	2 464	326	-	1 575	319	1 978	6 662
Resultados de Op.Financeiras (Líqu.)	-	3 115	- 8 884	-	- 15 662	-	- 21 431
Outros Result. de Exploração (Líqu.)	- 2	-	- 726	-	88	50 546	49 906
Outros Result. da Activ. Seguros (Líqu.)	-	-	-	-	3 335	-	3 335
Provisões / Imparidade (Líq.)	20 886	65 195	-	-	4 214	9 381	99 676
Resultado Líquido do Exercício							20 238
Passivos totais	-	-	262 281	-	560 617	7 486 121	8 309 019
Activos totais	1 493 399	4 640 712	401 637	449	492 714	1 979 137	9 008 048

Individual - 2007	Banca de Retalho	Banca Comercial	Carteira Própria	Gestão de Activos	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	63 609	279 480	2 143	-	20 240	365 472
Juros e encargos similares	-	12	7 434	-	221 105	228 551
Rendimentos de serviços e comissões	9 344	24 999	890	13 633	9 942	58 808
Encargos com serviços e comissões	2 715	383	-	2 708	1 005	6 811
Resultados de Op.Financeiras (Líquido)	-	1 779	- 745	-	-	1 034
Outros Result. de Exploração (Líquido)	-	-	- 672	-	1 129	457
Provisões / Imparidade (Líquido)	6 108	25 094	-	-	5 869	37 071
Resultado Líquido do Exercício						50 072
Passivos totais	-	-	316 769	-	6 455 010	6 771 779
Activos totais	1 135 673	4 781 697	247 386	454	1 020 217	7 185 427

Consolidado - 2007	Banca de Retalho	Banca Comercial	Carteira Própria	Gestão de Activos	Seguros	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	69 569	302 628	2 143	-	15 383	16 800	406 523
Juros e encargos similares	-	13	12 828	-	6	221 945	234 792
Rendimentos de serviços e comissões	9 344	14 255	890	16 712	1 569	7 292	50 062
Encargos com serviços e comissões	2 721	383	-	2 713	744	1 427	7 988
Resultados de Op.Financeiras (Líqu.)	-	1 780	- 604	-	4 479	-	5 655
Outros Result. de Exploração (Líqu.)	-	-	- 672	-	142	- 414	- 944
Outros Result. da Activ. Seguros (Líqu.)	-	-	-	-	6 747	-	6 747
Provisões / Imparidade (Líq.)	5 133	21 087	-	-	440	6 283	32 943
Resultado Líquido do Exercício							59 253
Passivos totais	-	-	433 433	-	619 103	6 422 454	7 474 990
Activos totais	1 250 836	4 757 481	247 750	454	635 845	1 074 486	7 966 852

6. Margem Financeira

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
<i>Juros e rendimentos similares de :</i>				
Disponibilidades	4 021	3 910	4 207	3 985
Aplicações em IC'S	24 987	16 330	20 028	12 932
Crédito a clientes	381 210	339 570	409 044	368 826
Activos detidos para negociação	0	0	0	642
Outros activos fin. ao justo valor	1 360	1 326	9 538	10 415
Outros activos fin. disp.para venda	7 569	817	14 080	6 189
Outros	4 052	3 519	4 066	3 534
	423 199	365 472	460 963	406 523
<i>Juros e encargos similares de :</i>				
Recursos de OIC'S	195 362	116 927	195 442	119 243
Recursos de clientes	87 691	104 178	86 588	102 708
Responsabilidades representadas por títulos	232	662	232	662
Passivos subordinados	8 904	6 771	14 337	12 166
Outros	7	13	7	13
	292 196	228 551	296 606	234 792
Margem Financeira	131 003	136 921	164 357	171 731

7. Rendimento de instrumentos de capital

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Activos financeiros disponíveis para venda	218	58	277	58
Investimentos em filiais	2 903	2 674	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-	4 720	-
	3 121	2 732	4 997	58

8. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Estas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Rendimentos de serviços e Comissões				
Comissões e serviços relac. c/ crédito	17 626	19 326	4 435	7 822
Comissões de garantias e avales	5 289	5 205	5 289	5 205
Comissões de meios de cob. e pagamento	18 463	20 065	18 433	20 040
Comissões de gestão de activos	5 496	8 200	8 804	11 538
Comissões de angariação de seguros	1 835	1 540	9 556	84
Comissões de manutenção de contas	2 177	1 902	2 177	1 902
Comissões de processamento	1 075	1 024	1 075	1 024
Outros	5 151	1 546	2 995	2 448
	57 112	58 808	52 764	50 063
Encargos com serviços e Comissões				
Comissões de meios de cob. e pagamento	2 755	2 368	2 783	2 635
Comissões de gestão de activos	1 575	3 026	1 641	3 146
Comissões a promotores e angariadores	1 394	840	1 394	841
Outros	355	577	844	1 366
	6 079	6 811	6 662	7 988

9. Resultados de activos e passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual			
	31-12-2008		31-12-2007	
	Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Activos e passivos financeiros detidos para negociação				
Títulos de rendimento variável	1 384	1 749	1 747	1 435
Instrumentos financeiros derivados	14 918	16 502	3 767	6 121
	16 302	18 251	5 514	7 556
Activos e passivos financ. ao justo valor através de resultados				
Títulos de rendimento fixo	2 299	2 120	803	1 830
	2 299	2 120	803	1 830
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Depósitos a prazo	655	6 981	4 962	2 755
Obrigações	-	731	737	620
	655	7 712	5 699	3 375
Resultados de activos e passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados	19 256	28 083	12 016	12 761

	Consolidado			
	31-12-2008		31-12-2007	
	Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Activos e passivos financeiros detidos para negociação				
Títulos de rendimento fixo	-	-	62	1 216
Títulos de rendimento variável	1 384	1 749	1 909	1 472
Instrumentos financeiros derivados	16 221	18 003	4 043	6 221
	17 605	19 752	6 014	8 909
Activos e passivos financ. ao justo valor através de resultados				
Títulos de rendimento fixo	31 169	37 955	1 247	8 554
Títulos de rendimento variável	68 209	92 982	19 254	8 172
	99 378	130 937	20 501	16 726
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Depósitos a prazo	655	6 981	4 962	2 755
Obrigações	-	731	737	620
Produtos de seguros	15 359	-	0	43
	16 014	7 712	5 699	3 418
Resultados de activos e passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados	132 997	158 401	32 214	29 053

Ao nível consolidado o grupo não recebeu dividendos de activos financeiros detidos para negociação (2007: 118 milhares de euros). Os dividendos recebidos ao nível consolidado referente a activos financeiros designados ao justo valor através de resultados no ano de 2008 foi 364 milhares de euros (2007: 259 milhares de euros).

Ao nível individual não se registaram quaisquer dividendos nestes activos.

10. Resultados de reavaliação cambial

Estas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Ganhos em diferenças cambiais				
Na posição à vista	6 939	6 464	10 344	6 984
Na posição a prazo	10 370	15 581	10 370	15 581
Lucros em oper. s/ disponibilidade	-	3	-	3
	<u>17 309</u>	<u>22 048</u>	<u>20 714</u>	<u>22 568</u>
Perdas em diferenças cambiais				
Na posição à vista	1 506	1 371	4 571	1 819
Na posição a prazo	12 686	18 898	12 686	18 898
Perdas em oper. s/ disponibilidade	2	-	2	-
	<u>14 194</u>	<u>20 269</u>	<u>17 259</u>	<u>20 717</u>
Resultados de reavaliação cambial (liq.)	<u>3 115</u>	<u>1 779</u>	<u>3 455</u>	<u>1 851</u>

11. Prémios líquidos de resseguro

Esta rubrica é analisada como segue:

	Consolidado		
	31-12-08	31-12-07 [®]	31-12-07
Seguros Não Vida			
Prémios brutos emitidos	2 410	701	701
Prémios de resseguro cedidos	- 1 780	- 431	- 431
	<u>630</u>	<u>270</u>	<u>270</u>
Seguros Vida			
Prémios brutos emitidos	19 697	18 278	177 739
Prémios de resseguro cedidos	- 1 997	- 1 826	- 1 826
	<u>17 700</u>	<u>16 452</u>	<u>175 913</u>
Prémios líquidos de resseguro	<u>18 330</u>	<u>16 722</u>	<u>176 183</u>

® Os prémios brutos emitidos e os prémios de resseguro cedido correspondem aos contratos que foram classificados como contratos de seguro. Em 2008, com a entrada em vigor do novo PCES, as entregas para contratos de investimento, registados no plano anterior na rubrica prémios brutos emitidos, são registados em contas de balanço ficando reflectida na rubrica Comissões recebidas, as comissões que a seguradora ganha com esse negócio.

12. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Esta rubrica é analisada como segue:

	Consolidado		
	31-12-08	31-12-07 [®]	31-12-07
Seguros Não Vida			
Montantes pagos	47	7	-
Parte dos resseguradores	- 20	- 3	-
	<u>27</u>	<u>4</u>	<u>0</u>
Seguros Vida			
Montantes pagos	11 147	9 194	93 987
Parte dos resseguradores	- 863	- 863	- 863
	<u>10 284</u>	<u>8 331</u>	<u>93 124</u>
Total	<u>10 311</u>	<u>8 335</u>	<u>93 124</u>

® Os custos com sinistros, que incluem os montantes pagos e a parte dos resseguradores, correspondem aos contratos que foram classificados como contratos de seguro. Em 2008, com a entrada em vigor do novo PCES, os resgates de apólices classificadas como contratos de investimento, registados no plano anterior na rubrica custos com sinistros, são registados em balanço na rubrica Outros Passivos Financeiros.

13. Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro

Esta rubrica é analisada como segue:

	Consolidado		
	31-12-08	31-12-07 ®	31-12-07
Seguros Não Vida			
Montantes brutos	1 361	257	264
Parte dos resseguradores	- 480	- 86	- 89
	<u>881</u>	<u>171</u>	<u>175</u>
Seguros Vida			
Montantes brutos	4 739	5 909	89 950
Parte dos resseguradores	- 936	116	- 319
	<u>3 803</u>	<u>6 025</u>	<u>89 631</u>
Total	<u>4 684</u>	<u>6 196</u>	<u>89 806</u>

® A variação das provisões técnicas, que incluem a Provisão Matemática e a Provisão para Sinistros deduzido da parte dos resseguradores, correspondem aos contratos que foram classificados como contratos de seguro. Em 2008, com a entrada em vigor do novo PCES, as variações relativas a contratos de investimento estão registadas em balanço na rubrica variação de Passivos Financeiros.

14. Custos com pessoal e gastos gerais administrativos

Esta rubrica é analisada como segue:

CUSTOS COM PESSOAL	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Remunerações	40 435	36 397	44 169	39 968
Encargos sociais obrigatórios:				
- Encargos relativos a remunerações	5 852	5 253	6 625	6 028
- Fundo de Pensões	6 845	6 942	6 868	6 964
- Outros encargos sociais obrigatórios	503	983	552	1 016
Outros custos	2 337	509	2 297	830
	<u>55 972</u>	<u>50 084</u>	<u>60 511</u>	<u>54 806</u>

GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
<i>Com fornecimentos</i>				
Água energia e combustíveis	1 542	1 502	1 591	1 564
Material de consumo corrente	553	919	626	985
Outros fornecimentos	472	622	514	647
	<u>2 567</u>	<u>3 043</u>	<u>2 731</u>	<u>3 196</u>
<i>Com serviços</i>				
Rendas e alugueres	4 208	3 884	4 389	4 080
Comunicações	3 568	3 435	3 820	3 668
Deslocações, estadas e representação	1 331	1 343	1 587	1 632
Publicidade e edição de publicações	1 155	1 494	1 297	1 623
Conservação e reparação	3 585	3 129	4 504	3 755
Transportes	1 609	1 622	1 609	1 622
Formação de Pessoal	323	432	351	470
Seguros	689	501	704	521
Avenças e honorários	856	540	941	600
Judiciais, contencioso e notariado	1 378	1 121	1 471	1 199
Informática	4 032	3 796	4 259	4 077
Segurança e vigilância	912	415	912	415
Limpeza	794	798	806	812
Informações	724	556	740	578
Mão-de-obra eventual	586	460	586	460
Consultores e auditores externos	374	194	614	328
SIBS	1 291	1 191	1 294	1 121
Avaliadores externos	1 794	1 756	1 794	1 756
Outsourcing	2 094	820	2 094	820
Solicitadores	971	948	971	948
Outros serviços	1 315	973	1 555	1 404
	<u>33 589</u>	<u>29 408</u>	<u>36 298</u>	<u>31 889</u>
	<u>36 156</u>	<u>32 451</u>	<u>39 029</u>	<u>35 085</u>

15. Impostos

O cálculo do IRC dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto de 25% calculada sobre a matéria colectável, a que acresce a taxa da derrama de 1,5%, que incide sobre o lucro tributável.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o custo com impostos sobre os lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Impostos correntes sobre os lucros				
Do exercício	16 701	29 841	20.303	34.085
Correcção de exercícios anteriores	5 913	- 838	5.904	-815
	<u>22 614</u>	<u>29 003</u>	<u>26.207</u>	<u>33.270</u>
Impostos diferidos				
Registo e reversão de diferenças temporárias	- 13 129	- 15 288	-11.749	-14.637
Total do imposto registado em resultados	<u>9 485</u>	<u>13 715</u>	<u>14.458</u>	<u>18.633</u>
Resultado antes de impostos	<u>35 735</u>	<u>63 787</u>	<u>45.613</u>	<u>77.886</u>
Carga fiscal	<u>26,5%</u>	<u>21,5%</u>	<u>31,7%</u>	<u>23,9%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal registada nos exercícios de 2008 e 2007, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, após dedução dos impostos diferidos, analisam-se como segue:

	Individual			
	31-12-08		31-12-07	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		35 735		63 787
Imposto calculado à taxa nominal	25,0%	8 934	25,0%	15 947
Derrama após efeito dos impostos diferidos	0,6%	205	1,3%	844
Benefícios Fiscais	-0,7%	- 241	-0,8%	- 485
Contribuições para o Fundo de Pensões	-2,3%	- 816	-1,2%	- 781
Dividendos	-2,1%	- 747	-1,1%	- 676
Efeito das provisões não aceites como custo	3,3%	1 197	0,0%	0
Lucros isentos de imposto (SFE)	-0,2%	- 79	-0,5%	- 314
Mais-valias / Menos valias	0,8%	286	-0,2%	- 132
Outras correcções líquidas	0,2%	58	0,1%	66
Tributações autónomas	0,3%	92	0,1%	84
Impostos de exercícios anteriores	1,7%	596	-1,3%	- 838
	26,5%	9 485	21,5%	13 715

Informação adicional sobre impostos diferidos activos e passivos é apresentada na nota 27.

16. Activos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39

Em 31 de Dezembro de 2008, a classificação dos activos e passivos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39 apresenta a seguinte estrutura:

Individual	Registados a justo valor		Créditos/contas a receber	Act. Financ. dispon. p/ venda	Activos não financeiros	Total
	Negociação	Opção justo valor				
Activos						
Caixa e disponi. em bancos centrais			110 908			110 908
Disponib. em outras inst. de crédito			98 774			98 774
Activos financ. detidos p/ negociação	14 586					14 586
Out. act. fin. justo valor atr. result.		31 568				31 568
Activos financ. Disponíveis p/ venda				149 727		149 727
Aplicações em instit. de crédito			1 128 582			1 128 582
Crédito a clientes			6 243 965			6 243 965
Outros activos			30 080		371.480	401 560
	14 586	31 568	7 612 309	149 727	371 480	8 179 670

Individual	Registados a justo valor		Out. Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
	Negociação	Opção justo valor			
Passivos					
Recursos de outras inst. crédito			4 917 050		4 917 050
Passivos financ. det. p/ negociação	9 533				9 533
Out. passivos fin. justo valor atr. result.		105 408			105 408
Recursos de clientes			2 479 740		2 479 740
Responsabilidades repres. por títulos			46 766		46 766
Outros passivos subordinados					0
Outros passivos			61 791	57 494	119 285
	9 533	105 408	7 505 347	57 494	7 677 782

Consolidado	Registados a justo valor		Créditos/contas a receber	Activos Financ. dispon. p/ venda	Activos não financeiros	Total
	Negociação	Opção justo valor				
Activos						
Caixa e disponi. em bancos centrais			110 909			110 909
Disponib. em outras inst. de crédito			105 889			105 889
Activos financ. detidos p/ negociação	23 007					23 007
Out. act. fin. justo valor através result.		339 890				339 890
Activos financ. disponíveis p/ venda				185 963		185 963
Aplicações em instit. de crédito			1 030 388			1 030 388
Crédito a clientes			6 532 426			6 532 426
Outros activos			32 687		468.557	501 244
	23 007	339 890	7 812 299	185 963	468 557	8 829 711

Consolidado	Registados a justo valor		Out. Passivos Financeiros	Passivos não financeiros	Total
	Negociação	Opção justo valor			
Passivos					
Recursos de outras inst. crédito			4 917 056		4 917 056
Passivos financ. det. p/ negociação	9 533				9 533
Out. passivos fin. justo valor atr. result.		541 081			541 081
Recursos de clientes			2 377 007		2 377 007
Responsabilidades repres. por títulos			46 766		46 766
Outros passivos subordinados			100 574		100 574
Outros passivos			76 474	90 432	166 906
	9 533	541 081	7 517 877	90 432	8 158 923

17. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

O saldo desta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Caixa	53 064	43 989	53 065	43 989
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	57 844	53 092	57 844	53 092
	110 908	97 081	110 909	97 081

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, têm por objectivo satisfazer os requisitos legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

18. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Disponib. sobre instit. de crédito no país				
Depósitos à ordem	382	924	5 449	7 624
Cheques a cobrar	46 308	38 178	46 308	38 178
Outras disponibilidades	1 563	1 156	1 563	1 157
	<u>48 253</u>	<u>40 258</u>	<u>53 320</u>	<u>46 959</u>
Disponib. sobre instit. de crédito no estrang.				
Depósitos à ordem	48 098	68 469	50 146	70 748
Cheques a cobrar	2 418	-	2 418	-
Juros a receber	5	-	5	-
	<u>50 521</u>	<u>68 469</u>	<u>52 569</u>	<u>70 748</u>
	<u>98 774</u>	<u>108 727</u>	<u>105 889</u>	<u>117 707</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

19. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

O Banco utiliza, essencialmente, os seguintes instrumentos derivados:

Forward cambial ou câmbio a prazo representa um contrato realizado entre duas partes para a compra ou venda de uma moeda contra outra, a uma determinada taxa de câmbio estabelecida no momento de realização do contrato (preço *forward*) para uma data futura determinada. A sua finalidade é a de cobertura/gestão do risco cambial, através da eliminação da incerteza quanto ao valor futuro de determinada taxa de câmbio, que através do *forward* é imediatamente fixada.

Swap de taxa de juro em termos conceptuais pode ser perspectivado como um acordo pelo qual duas partes se obrigam a trocar um diferencial de taxas de juro, sobre um montante nocional, durante um determinado período de tempo. Envolve uma única moeda e consiste na troca de *cash flows* fixos por *cash flows* variáveis ou vice-versa. A sua finalidade é a de cobertura/gestão do risco de taxa de juro, relativamente ao rendimento de uma aplicação financeira ou ao custo de um financiamento que uma determinada entidade pretenda realizar num determinado momento futuro.

O justo valor de instrumentos derivados detidos são discriminados no seguinte quadro:

Em 31 de Dezembro de 2008:

	Individual			Consolidado		
	Valor contrato (Valor nocional)	Justo Valor		Valor contrato (Valor nocional)	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Derivados de negociação						
a) Derivados de moedas estrangeiras						
Forwards cambiais	35 607	2 476	2 462	52 995	2 548	2 462
b) Derivados de taxas de juro						
Swaps de taxa de juro	267 303	4 864	5 229	362 621	7 966	5 229
c) Derivados - outros						
Swaps cotações	32 651	735	1 065	36 401	4 383	1 065
Swaps outros	2 600	-	-	2 600	-	-
Opções	127 208	727	777	151 690	1 856	777
Total derivados negociação (activos/passivos)		8 802	9 533		16 753	9 533

Em 31 de Dezembro de 2007:

Em 31 de Dezembro de 2007:

	Individual			Consolidado		
	Valor contrato (Valor nocional)	Justo Valor		Valor contrato (Valor nocional)	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Derivados de negociação						
a) Derivados de moedas estrangeiras						
Forwards cambiais	43 320	90	2 420	43 320	90	2 420
b) Derivados de taxas de juro						
Swaps de taxa de juro	313 266	1 255	1 006	428 379	4 256	1 006
Swaps cotações	-	-	-	6 750	23 570	-
Opções	93 280	472	-	94 780	472	-
Total derivados negociação (activos/passivos)		1 817	3 426		28 388	3 426

Em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor dos outros activos e passivos financeiros detidos para negociação são apresentados como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Outros activos financeiros				
Títulos de rendimento fixo				
Títulos de dívida pública portuguesa	-	-	-	203
Outros títulos de dívida nacionais	-	-	-	1 162
Títulos de dívida pública estrangeira	-	-	-	585
Outros títulos de dívida estrangeiros	-	-	-	13 626
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>15 576</u>
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação	5 784	5 681	6 254	10 060
Outros títulos	-	-	-	6 100
	<u>5 784</u>	<u>5 681</u>	<u>6 254</u>	<u>16 160</u>
Total	<u>5 784</u>	<u>5 681</u>	<u>6 254</u>	<u>31 736</u>
Total activos financeiros para negociação				
	<u>14 586</u>	<u>7 498</u>	<u>23 007</u>	<u>60 124</u>
Total passivos financeiros para negociação				
	<u>9 533</u>	<u>3 426</u>	<u>9 533</u>	<u>3 426</u>

20. Activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Activos	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Títulos de rendimento fixo				
Títulos de dívida pública portuguesa	7 463	6 696	8 023	6 773
Outros títulos de dívida nacionais	-	-	28 541	28 663
Títulos de dívida pública estrangeira	-	-	14 952	16 606
Outros títulos de dívida estrangeiros	24 105	24 155	161 991	133 039
	<u>31 568</u>	<u>30 851</u>	<u>213 507</u>	<u>185 081</u>
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação	-	-	120 813	248 499
Outros títulos	-	-	5 570	29 433
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>126 383</u>	<u>277 932</u>
Total	<u>31 568</u>	<u>30 851</u>	<u>339 890</u>	<u>463 013</u>
Passivos				
Depósitos estruturados	91.395	112.001	91.396	112.001
Contratos de investimento	-	-	435.672	-
Títulos de dívida emitidos	14.013	26.777	14.013	26.777
Total	<u>105.408</u>	<u>138.778</u>	<u>541.081</u>	<u>138.778</u>

A rubrica de outros títulos de dívida estrangeiros nas contas individuais refere-se a cédulas hipotecárias emitidas pelo Grupo Popular Español.

A rubrica de outros títulos de dívida estrangeiros nas contas consolidadas inclui ainda obrigações diversas da carteira da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, SA .

O montante a pagar aos detentores dos depósitos estruturados na maturidade é de 91 781 milhares de euros (2007: 116 586 milhares de euros).

Não houve ganhos ou perdas significativas atribuídas a alterações no risco de crédito referentes a passivos financeiros designados ao justo valor em 2008 e 2007.

O método utilizado pelo Banco para determinar as variações de justo valor dos passivos financeiros que são atribuíveis a alterações de crédito é baseado nas alterações dos prémios de risco dos ratings dos emitentes, sendo estes últimos divulgados publicamente ou determinados de forma implícita. Os prémios de risco são calculados tendo por base as curvas de taxa de juro existentes no mercado.

Os títulos de dívida pública bem como as cédulas hipotecárias são geridos e a sua performance é avaliada tendo em consideração o seu justo valor em conformidade com as estratégias de políticas de risco e, a informação sobre os referidos activos é reportada à Administração nessas bases.

Os depósitos a prazo e as obrigações de caixa têm o seu rendimento indexado a índices ou cabazes de acções, que representam riscos dissimilares entre o contrato hospedeiro (instrumento de dívida) e os derivados embutidos. Desta forma o Grupo designou estes contratos com derivados embutidos bifurcáveis como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

21. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, e que como tal estão reconhecidos ao custo no montante de 5 486 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2008 (2007: 2 922 milhares de euros). À data de preparação das demonstrações financeiras o Grupo não pretende alienar qualquer dos referidos investimentos. Não existindo preços de mercado disponíveis para os investimentos

mencionados, e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transacções comparáveis, o Grupo não mensurou os instrumentos através de fluxos de caixa esperados descontados uma vez que estes não podem ser determinados com fiabilidade.

O saldo desta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Títulos emitidos por residentes				
Títulos de dívida pública - ao justo valor	-	-	5 236	5 277
Títulos de dívida de outras entidades - ao justo valor	7 385	9 726	9 176	29 857
Títulos de capital - ao justo valor	1 660	2 572	14 072	9 114
Títulos de capital - ao custo histórico	-	-	5 486	2 922
	<u>9 045</u>	<u>12 298</u>	<u>33 970</u>	<u>47 170</u>
Títulos emitidos por não residentes				
Títulos de dívida pública - ao justo valor	-	-	3 877	16 045
Títulos de dívida de outras entidades - ao justo valor	140 636	140 502	142 076	212 246
Títulos de capital - ao justo valor	46	-	6 040	5 081
	<u>140 682</u>	<u>140 502</u>	<u>151 993</u>	<u>233 372</u>
Total	<u>149 727</u>	<u>152 800</u>	<u>185 963</u>	<u>280 542</u>

22. Aplicações em instituições de crédito

Quanto à sua natureza, os créditos sobre instituições de crédito analisam-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Aplicações em instit. de crédito no país				
Depósitos a prazo	-	-	5 379	3 530
Empréstimos	-	10 000	-	10 000
Outras aplicações	112 938	120 113	13 120	0
Juros a receber	4 276	540	521	46
	<u>117 214</u>	<u>130 653</u>	<u>19 020</u>	<u>13 576</u>
Aplicações em instit. de crédito no estrang.				
Aplicações a muito curto prazo	-	348 678	-	348 678
Depósitos a prazo	1 007 990	48 708	1 007 990	48 708
Juros a receber	3 378	614	3 378	615
	<u>1 011 368</u>	<u>398 000</u>	<u>1 011 368</u>	<u>398 001</u>
	<u>1 128 582</u>	<u>528 653</u>	<u>1 030 388</u>	<u>411 577</u>

O escalonamento destes créditos por prazos de vencimento é o seguinte:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Até 3 meses	389 171	524 803	294 281	408 220
De 3 meses a 1 ano	730 658	696	731 108	696
De 1 a 5 anos		1 000		1 000
Mais de 5 anos	1 100	1 000	1 100	1 000
Juros a receber	7 653	1 154	3 899	661
	<u>1 128 582</u>	<u>528 653</u>	<u>1 030 388</u>	<u>411 577</u>

23. Crédito a clientes

O crédito é concedido mediante contratos de empréstimo, incluindo descobertos em depósitos à ordem, e através do desconto de efeitos. O total em balanço é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Crédito interno				
Empresas e administrações públicas	4 314 658	4 237 932	4 383 285	4 361 075
Particulares	1 334 325	1 163 547	1 434 395	1 280 397
Habituação	846 975	757 509	946 651	873 955
Consumo	112 244	146 863	112 256	146 886
Outras finalidades	375 106	259 175	375 488	259 556
	5 648 983	5 401 479	5 817 680	5 641 472
Crédito ao exterior				
Empresas e administrações públicas	183 077	319 633	185 869	320 806
Particulares	20 672	13 072	20 672	13 072
Habituação	16 785		16 785	
Consumo	1 292	872	1 292	872
Outras finalidades	2 595	12 200	2 595	12 200
	203 749	332 705	206 541	333 878
Outros créditos (Titulados)	204 700	140 200	318 089	140 200
Juros e comissões a receber	24 487	25 654	21 799	23 618
Crédito e juros vencidos				
Até 90 dias	93 622	7 950	112 521	26 179
Mais de 90 dias	212 755	91 545	219 413	96 940
	306 377	99 495	331 934	123 119
Total Bruto	6 388 296	5 999 533	6 696 043	6 262 287
Menos:				
Provisão para créditos de cob. Duvidosa	9 582	14 738	-	-
Provisão para crédito e juros vencidos	131 395	61 646	-	-
Provisão para risco país	33	9	-	-
Provisão para crédito titularizado	3 321	3 321	-	-
Imparidade sobre crédito a clientes	-	-	163 617	92 453
	144 331	79 714	163 617	92 453
Total Líquido	6 243 965	5 919 819	6 532 426	6 169 834

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Até 3 meses	2 342 577	1 999 491	2 419 285	2 119 448
De 3 meses a 1 ano	510 550	543 071	519 793	551 560
De 1 a 5 anos	1 440 044	1 516 949	1 522 471	1 520 355
Mais de 5 anos	1 764 261	1 814 873	1 880 761	1 924 187
Duração indeterminada (vencidos)	306 377	99 495	331 934	123 119
Juros e comissões a receber	24 487	25 654	21 799	23 618
	6 388 296	5 999 533	6 696 043	6 262 287

Em 30 de Junho de 2008, o Banco realizou uma cessão de créditos com a empresa Consulteam, no montante de 28,7 milhões de euros pelo valor de 24,2 milhões de euros. Nesta operação foi obtido um resultado positivo no montante de 13,5 milhões de euros devido à anulação de provisões já constituídas.

Em 30 de Setembro de 2008, o Banco realizou uma cessão de créditos com a empresa Consulteam, no montante de 48,4 milhões de euros pelo valor de 35,4 milhões de euros. Nesta operação foi obtido um resultado positivo no montante de 20,4 milhões de euros devido à anulação de provisões já constituídas.

Provisões para perdas de crédito a clientes

Os saldos e movimentos das contas de provisões para riscos específicos de crédito, decompõem-se como segue:

	Individual	
	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	79 714	65 739
Dotações	212 841	61 054
Transferências	0	0
Utilizações	24 232	17 213
Anulações	123 992	29 866
Saldo em 31 de Dezembro	144 331	79 714
Dotações para provisões	212 841	61 054
Reposição e anulações	- 123 992	- 29 867
Recuperações de crédito	- 8 024	- 5 542
Provisões líquidas de anulações e recuperações	80 825	25 645

Os saldos e movimentos das contas de imparidade para perdas de crédito, decompõem-se como segue:

	Consolidado	
	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	92 453	79 480
Dotações	95 401	35 100
Anulações	6	4 418
Utilizações	24 231	17 709
Saldo em 31 de Dezembro	163 617	92 453
Dotações para imparidade	95 401	35 100
Reversões e recuperação de créditos	- 8 032	- 9 970
Imparidade de crédito líquida	87 369	25 130

Durante o exercício de 2008, o Banco procedeu ao write-off de créditos totalmente provisionados no montante de 9 055 milhares de euros (2007: 17 213 milhares de euros), através da utilização de provisões.

Qualidade do crédito não vencido e sem imparidade

O quadro abaixo foi elaborado com base nos seguintes pressupostos:

- Considerou-se como sinal de incumprimento o facto do cliente apresentar “sinais de imparidade”;
- Considerou-se o saldo vencido e vincendo das operações que registam incumprimento nos prazos indicados;
- O apuramento da imparidade é efectuado numa base mensal;
- No caso da inexistência de incumprimento no passado, considerou-se o conjunto global de observações mensais, correspondentes ao período temporal desde Dezembro de 2005, tendo o critério sido igualmente a existência, ou não, de “sinais de imparidade”.

	31 de Dezembro de 2008		
	Clientes sem incumprimento		Clientes com incumprimento nos últimos 12 meses
	no passado	últimos 12 meses	
Particulares			
Habituação	850 447	866 875	103 197
Consumo	231 693	236 293	37 780
Outros	137 035	140 076	34 112
Empresas			
Empréstimos	1 926 183	1 954 817	562 014
Conta corrente	1 289 958	1 303 180	119 671
Outros	868 230	872 549	92 235
	5 303 546	5 373 790	949 009

	31 de Dezembro de 2007		
	Clientes sem incumprimento		Clientes com incumprimento nos últimos 12 meses
	no passado	últimos 12 meses	
Particulares			
Habituação	797 011	804 604	83 777
Consumo	201 955	203 755	25 774
Outros	44 293	44 885	6 342
Empresas			
Empréstimos	1 888 215	1 918 412	367 284
Conta corrente	1 273 184	1 281 001	93 094
Outros	1 044 056	1 050 409	114 535
	5 248 714	5 303 066	690 806

Créditos vencidos mas não em imparidade

Na elaboração deste quadro considerou-se o saldo vencido e vincendo das operações que registam incumprimento nos prazos indicados.

31 de Dezembro de 2008					
	Em Mora				Justo Valor dos Colaterais
	até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	Total	
Particulares					
Habituação	62 632	12 469	4 775	79 876	88 740
Consumo	17 654	3 866	1 393	22 913	10 591
Outros	7 030	1 924	1 518	10 472	7 117
	87 316	18 259	7 686	113 261	106 448
Empresas					
Empréstimos	159 852	53 734	33 389	246 975	172 283
Conta corrente	0	50	0	50	0
Outros	8 858	3 493	1 563	13 914	0
	168 710	57 277	34 952	260 939	172 283
Total	256 026	75 536	42 638	374 200	278 731

31 de Dezembro de 2007					
	Em Mora				Justo Valor dos Colaterais
	até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	Total	
Particulares					
Habituação	40 545	9 000	6 131	55 676	80 661
Consumo	10 687	817	444	11 948	20 475
Outros	1 850	2 540	226	4 616	7 530
	53 082	12 357	6 801	72 240	108 666
Empresas					
Empréstimos	64 437	21 016	6 128	91 581	109 048
Conta corrente	0	78	0	78	27
Outros	3 599	2 050	697	6 346	3 954
	68 036	23 144	6 825	98 005	113 029
Total	121 118	35 501	13 626	170 245	221 695

Créditos individualmente considerados em imparidade

O montante total dos créditos a clientes individualmente considerados em imparidade, sem ter em consideração os fluxos de caixa detidos como garantia é de 619 299 milhares de euros (2007: 382 280 milhares de euros. A divisão do montante bruto de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade, assim como o justo valor dos respectivos colaterais detidos como garantia, é o seguinte:

31 de Dezembro de 2008		
	Empréstimos individualmente considerados em imparidade	Justo Valor dos Colaterais
Particulares		
Habitação	11 649	13 059
Consumo	3 224	2 038
Outros	9 596	4 419
	24 469	19 516
Empresas		
Empréstimos	466 335	328 450
Conta corrente	74 053	75 032
Outros	54 442	14 026
	594 830	417 508
Total	619 299	437 024

31 de Dezembro de 2007		
	Empréstimos individualmente considerados em imparidade	Justo Valor dos Colaterais
Particulares		
Habitação	5 728	6 604
Consumo	2 255	4 589
Outros	577	88
	8 560	11 281
Empresas		
Empréstimos	261 447	434 220
Conta corrente	49 163	74 992
Outros	63 110	15 835
	373 720	525 047
Total	382 280	536 328

24. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual - 2008				
	Imóveis	Equipam.	Património artístico	Imobiliz. em curso	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2008					
Custo de aquisição	130 710	37 642	149	7 286	175 787
Amortizações acumuladas	- 29 028	- 29 895			- 58 923
Imparidade acumulada	- 6 595	-			- 6 595
Aquisições	97	3 125		3 756	6 978
Transferências					
Custo de aquisição	5 759	109		- 5 868	0
Alienações / Abates					
Custo de aquisição		- 755			- 755
Amortizações acumuladas		659			659
Amortizações do exercício	- 3 599	- 4 009			- 7 608
Saldo em 31 de Dezembro 2008					
Custo de aquisição	136 566	40 121	149	5 174	182 010
Amortizações acumuladas	- 32 627	- 33 245			- 65 872
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Valor líquido	97 344	6 876	149	5 174	109 543

Consolidado - 2008					
	Imóveis	Equipam.	Patrimônio artístico	Imobiliz. em curso	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2008					
Custo de aquisição	133 687	39 458	152	7 286	180 583
Reserva de reavaliação (1)	9 791				9 791
Amortizações acumuladas	- 29 741	- 31 085			- 60 826
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Aquisições	97	3 217		3 756	7 070
Transferências					
Custo de aquisição	5 758	110		- 5 868	0
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	- 356	- 963			- 1 319
Amortizações acumuladas	36	856			892
Amortizações do exercício	- 3 644	- 4 152			- 7 796
Saldo em 31 de Dezembro 2008					
Custo de aquisição	139 186	41 822	152	5 174	186 334
Reserva de reavaliação (1)	9 791				9 791
Amortizações acumuladas	- 33 349	- 34 381			- 67 730
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Valor líquido	109 033	7 441	152	5 174	121 800

(1) Reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor do terreno da Rua Ramalho Ortigão

Individual - 2007					
	Imóveis	Equipam.	Patrimônio artístico	Imobiliz. em curso	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2007					
Custo de aquisição	125 251	34 252	149	4 227	163 879
Amortizações acumuladas	- 25 170	- 27 004			- 52 174
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Aquisições	156	4 227		8 662	13 045
Transferências e outros					
Custo de aquisição	5 303	300		- 5 603	0
Alienações / Abates					
Custo de aquisição		- 1 137			- 1 137
Amortizações acumuladas		929			929
Amortizações do exercício	- 3 858	- 3 820			- 7 678
Saldo em 31 de Dezembro 2007					
Custo de aquisição	130 710	37 642	149	7 286	175 787
Amortizações acumuladas	- 29 028	- 29 895			- 58 923
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Valor líquido	95 087	7 747	149	7 286	110 269

Consolidado - 2007					
	<u>Imóveis</u>	<u>Equipam.</u>	<u>Património artístico</u>	<u>Imobiliz. em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de Janeiro 2007					
Custo de aquisição	128 247	36 402	152	4 227	169 028
Reserva de reavaliação (1)	9 791				9 791
Amortizações acumuladas	- 25 857	- 28 353			- 54 210
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
 Aquisições	157	4 327		8 662	13 146
Transferências e outros					
Custo de aquisição	5 303	300		- 5 603	0
Amortizações acumuladas					0
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	- 20	- 1 570			- 1 590
Amortizações acumuladas	20	1 302			1 322
Amortizações do exercício	- 3 904	- 4 034			- 7 938
 Saldo em 31 de Dezembro 2007					
Custo de aquisição	133 687	39 459	152	7 286	180 584
Reserva de reavaliação (1)	9 791				9 791
Amortizações acumuladas	- 29 741	- 31 085			- 60 826
Imparidade acumulada	- 6 595				- 6 595
Valor líquido	<u>107 142</u>	<u>8 374</u>	<u>152</u>	<u>7 286</u>	<u>122 954</u>

(1) Reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor do terreno da Rua Ramalho Ortigão

25. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Individual - 2008			
	<u>Software</u>	<u>Diversos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de Janeiro 2008			
Custo de aquisição	16 107	2 742	18 849
Amortizações acumuladas	- 15 939	- 1 776	- 17 715
Aquisições	18	774	792
Transferências			
Custo de aquisição	201	- 201	0
Amortizações do exercício	- 238	- 131	- 369
 Saldo em 31 de Dezembro 2008			
Custo de aquisição	16 326	3 315	19 641
Amortizações acumuladas	- 16 177	- 1 907	- 18 084
Valor líquido	<u>149</u>	<u>1 408</u>	<u>1 557</u>

Consolidado - 2008					
	Software	Embedded Value	Goodwill	Diversos	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2008					
Custo de aquisição	17 464	6 100	4 860	3 247	31.671
Amortizações acumuladas	- 17 157	- 1 829	0	- 2 092	-21.078
Aquisições	106			891	997
Transferências					
Custo de aquisição	201			- 201	0
Abates					
Custo de aquisição			- 252	- 53	-305
Amortizações acumuladas				25	25
Amortizações do exercício	- 327	- 2 405		- 181	-2.913
Saldo em 31 de Dezembro 2008					
Custo de aquisição	17 771	6 100	4 608	3 884	32 363
Amortizações acumuladas	- 17 484	- 4 234	0	- 2 248	-23.966
Valor líquido	287	1 866	4 608	1 636	8.397

Individual - 2007			
	Software	Diversos	Total
Saldo em 01/Janeiro/2007			
Custo de aquisição	16 100	3 489	19 589
Amortizações acumuladas	- 14 176	- 3 001	- 17 177
Aquisições	8	655	663
Abates			
Custo de aquisição	- 1	- 1 402	- 1 403
Amortizações acumuladas	1	1 402	1 403
Amortizações do exercício	- 1 764	- 177	- 1 941
Saldo em 31/Dezembro/2007			
Custo de aquisição	16 107	2 742	18 849
Amortizações acumuladas	- 15 939	- 1 776	- 17 715
Valor líquido	168	966	1 134

Consolidado - 2007					
	Software	Embedded Value	Goodwill	Diversos	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2007					
Custo de aquisição	17 333	6 100	4 860	4 096	32.389
Amortizações acumuladas	- 15 256	- 710	0	- 3 294	-19.260
Aquisições	132			668	800
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	- 1			- 1 517	-1.518
Amortizações acumuladas	1			1 473	1.474
Amortizações do exercício	- 1 902	- 1 119		- 271	-3.292
Saldo em 31 de Dezembro 2007					
Custo de aquisição	17 464	6 100	4 860	3 247	31.671
Amortizações acumuladas	- 17 157	- 1 829	0	- 2 092	-21.078
Valor líquido	307	4 271	4 860	1 155	10.593

No exercício de 2005, e em resultado da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, foi apurado um Goodwill relativo à participação na Consulteam no montante de 252 milhares de euros. Em virtude de neste exercício se ter procedido à venda da participação na Consulteam, procedeu-se ao abate do Goodwill apurado em 2005.

No exercício de 2006, foi apurado um Goodwill, no montante de 4 608 milhares de euros, na aquisição de 48,55% do capital social da Heller Factoring Portuguesa. De acordo com as NIC o Goodwill não é amortizado.

O Embedded value, no montante de 6 100 milhares de euros, foi gerado no exercício de 2005 com a aquisição de 50% da seguradora Eurovida. Está a ser amortizado de acordo com a periodicidade remanescente dos contratos que o geraram (cerca de 7 anos).

26. Investimentos em filiais e associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Investimento em Filiais				
Consulteam, SA	-	623	-	-
Eurovida-Comp. Seguros de Vida, SA	8 226	13 500	-	-
Gerfundos - SGFI, SA	300	300	-	-
Popular Factoring, SA (ex-Heller F.)	24 177	23 865	-	-
Navigator Mortgage Finance (SPE)	4 380	4 380	-	-
Populargest-Gestão de Imóveis, Lda	13 194	13 194	-	-
Predifundos - SGFII, SA	375	375	-	-
Investimento em Associadas				
Refundos - SGFII, SA	-	-	347	288
	<u>50 652</u>	<u>56 237</u>	<u>347</u>	<u>288</u>
Provisões para imparidade acumulada	899	899	-	-
	<u>49 753</u>	<u>55 338</u>	<u>347</u>	<u>288</u>

Em 16 de Janeiro de 2008, e em conformidade com o acordo de compra celebrado em 2006, o Banco adquiriu 62 497 acções preferenciais da empresa Heller Factoring Portuguesa, SA, o que elevou a sua participação para 51,28% do capital social, mantendo-se os direitos de voto em 50,06%.

Em 30 de Junho de 2008 o Banco procedeu à alienação da totalidade das acções detidas na empresa Consulteam – Consultores de Gestão, SA, ao Banco Popular Español (39.000 acções) e à Imobiliária Viagracia (16.140 acções), de que resultou uma mais-valia no montante de 111,7 milhares de euros.

Em 30 de Junho de 2008, o Banco procedeu à venda de 231.522 acções representativas de 15,4348% do capital da empresa Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, ao Banco Popular Español, tendo apurado uma mais-valia no montante de 22,2 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco procedeu à venda de 354 456 acções representativas de 25,6304% do capital da empresa Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, ao Banco Popular Español, tendo apurado uma mais-valia no montante de 34 milhões de euros.

Ao nível consolidado a mais valia registada no exercício de 2008 com as vendas da Eurovida ascenderam a 51,2 milhões de euros, na medida em que 5 milhões de euros já haviam sido incorporados nos capitais próprios consolidados desde a data de aquisição desta sociedade.

27. Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporais usando uma taxa efectiva de 26,5% (2007: 26,5%).

Os saldos destas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual			
	Activos		Passivos	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Títulos disponíveis para venda	780	138	30	259
Activos tangíveis	1 476	1 556	-	-
Provisões - Artº 35º IRC	21 280	14 852	-	-
Comissões	1 089	1 765	-	-
Pensões de reforma	-	-	3 583	3 602
Campanhas de Publicidade	0	26	-	-
Provisões RGC	4 439	2 857	-	-
Reavaliação de imóveis	-	-	208	216
Outros activos/passivos	6 908	1 034	-	-
	35 972	22 228	3 821	4 077

	Consolidado			
	Activos		Passivos	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Títulos disponíveis para venda	-	725	40	259
Activos/Passivos financ. negociação	1 948	300	-	-
Activos tangíveis	1 476	1 556	2 595	2 595
Provisões - Artº 35º IRC	21 280	6 500	-	-
Provisões - Artº 57º OE/2007	-	8 352	-	-
Comissões	1 475	2 194	-	-
Pensões de reforma	3 163	3 163	3 583	3 602
Campanhas de Publicidade	-	26	-	-
Provisões RGC	87	2	-	-
Reavaliação de imóveis	-	-	208	216
Outros activos/passivos	7 207	1 460	389	214
	36 636	24 278	6 815	6 886

28. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Bonificações a receber do Estado	705	967	705	967
Impostos a recuperar	1 776	3 106	1 776	3 111
Outros devedores diversos	27 053	23 782	28 598	25 735
Outros rendimentos a receber	449	454	1 251	1 695
Despesas com encargo diferido	5 504	6 949	2 711	1 238
Devedores por seguro directo e resseguro	-	-	2 299	1 689
Oper. activas a regularizar - Banco de Portugal	82 026	-	82 026	-
Operações activas a regularizar - Diversos	95 722	14 636	94 652	10 288
Operações de bolsa a regularizar	324	2 131	597	2 131
Activos tangíveis detidos para venda	195 271	102 827	299 081	163 304
Responsabilidades c/ pensões	14 038	10 664	14 038	10 651
Operações cambiais a liquidar	2 981	2 371	2 981	2 371
Outras operações a regularizar	1 263	2 131	1 305	2 130
	427 112	170 018	532 020	225 310
Imparidade - Activos tangíveis para venda	- 24 284	- 17 893	- 27 615	- 18 860
Provisões para outros activos	- 1 268	- 1 096	- 3 161	- 2 713
	401 560	151 029	501 244	203 737

O movimento ocorrido nos activos tangíveis para venda (activos recebidos por recuperação de crédito) durante os anos de 2008 e 2007 foi o seguinte:

<u>Individual</u>	<u>2008</u>				<u>2007</u>
	<u>Imóveis</u>	<u>Equipam.</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de Janeiro					
Valor bruto	102 384	340	103	102 827	78 128
Imparidade acumulada	- 17 802	0	- 91	- 17 893	- 14 175
Valor líquido	84 582	340	12	84 934	63 953
Adições					
Aquisições	93 236	-	-	93 236	32 961
Outras	1 741	-	-	1 741	4 015
Alienações					
Valor bruto	- 2 533	-	-	- 2 533	- 10 792
Transferências	-	-	-	-	- 1 485
Perdas de imparidade	- 9 503	-	-	- 9 503	- 6 559
Utilizações	450	-	-	450	2 151
Reversões	2 662	-	-	2 662	690
Saldo em 31 de Dezembro					
Valor bruto	194 828	340	103	195 271	102 827
Imparidade acumulada	- 24 193	0	- 91	- 24 284	- 17 893
Valor líquido	<u>170 635</u>	<u>340</u>	<u>12</u>	<u>170 987</u>	<u>84 934</u>

<u>Consolidado</u>	<u>2008</u>				<u>2007</u>
	<u>Imóveis</u>	<u>Equipam.</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de Janeiro					
Valor bruto	162 861	340	103	163 304	89 871
Imparidade acumulada	- 18 769	0	- 91	- 18 860	- 14 879
Valor líquido	144 092	340	12	144 444	74 992
Adições					
Aquisições	136 650	-	-	136 650	81 944
Outras	2 701	-	-	2 701	4 504
Alienações					
Valor bruto	- 3 574	-	-	- 3 574	- 11 531
Transferências	-	-	-	-	- 1 484
Perdas de imparidade	- 11 870	-	-	- 11 870	- 6 984
Utilizações	453	-	-	453	2 303
Reversões	2 662	-	-	2 662	700
Saldo em 31 de Dezembro					
Valor bruto	298 638	340	103	299 081	163 304
Imparidade acumulada	- 27 524	0	- 91	- 27 615	- 18 860
Valor líquido	<u>271 114</u>	<u>340</u>	<u>12</u>	<u>271 466</u>	<u>144 444</u>

Os saldos e movimentos das contas de provisões para outros activos decompõem-se como segue:

Provisões para outros activos	<u>Individual</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31-12-08</u>	<u>31-12-07</u>	<u>31-12-08</u>	<u>31-12-07</u>
Saldo em 1 de Janeiro	1 096	0	2 713	1 194
Dotações	172	1 096	448	1 519
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1 268</u>	<u>1 096</u>	<u>3 161</u>	<u>2 713</u>

29. Recursos de outras instituições de crédito

O saldo desta rubrica, à vista e a prazo, é composto quanto à natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Recursos de instituições de crédito no país				
Depósitos	82 138	12 068	82 145	12 068
Empréstimos	-	-	-	11 717
Juros a pagar	1 449	28	1 448	148
	<u>83 587</u>	<u>12 096</u>	<u>83 593</u>	<u>23 933</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro				
Empréstimos	40 000	30 000	40 000	30 000
Depósitos	4 713 584	3 237 102	4 713 584	3 237 102
Outros recursos	7 282	395	7 282	395
Juros a pagar	72 597	33 881	72 598	33 881
	<u>4 833 463</u>	<u>3 301 378</u>	<u>4 833 464</u>	<u>3 301 378</u>
	<u>4 917 050</u>	<u>3 313 474</u>	<u>4 917 057</u>	<u>3 325 311</u>

A rubrica de Instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos inclui essencialmente aplicações efectuadas pelo accionista BPE.

Quanto à sua duração residual estes recursos decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Exigível à vista	70 024	16 523	70 031	16 523
Exigível a prazo				
Até 3 meses	428 211	504 445	428 211	516 161
De 3 meses a 1 ano	1 820 769	1 152 597	1 820 769	1 152 597
De 1 a 5 anos	2 454 000	1 546 000	2 454 000	1 546 000
Mais de 5 anos	70 000	60 000	70 000	60 000
Juros a pagar	74 046	33 909	74 046	34 030
	<u>4 847 026</u>	<u>3 296 951</u>	<u>4 847 026</u>	<u>3 308 788</u>
	<u>4 917 050</u>	<u>3 313 474</u>	<u>4 917 057</u>	<u>3 325 311</u>

30. Recursos de clientes

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Recursos de residentes				
Depósitos à ordem	573 584	623 732	556 522	611 396
Depósitos a prazo	1 692 546	2 183 677	1 606 893	2 183 652
Depósitos de poupança	48 761	79 414	48 761	79 414
Cheques e ordens a pagar	25 183	12 252	25 183	12 253
Outros recursos	3 391	2	3 391	2
	<u>2 343 465</u>	<u>2 899 077</u>	<u>2 240 750</u>	<u>2 886 717</u>
Recursos de não residentes				
Depósitos à ordem	22 561	22 753	22 561	22 753
Depósitos a prazo	91 927	68 124	91 927	68 124
Cheques e ordens a pagar	3 005	1 637	3 005	1 637
	<u>117 493</u>	<u>92 514</u>	<u>117 493</u>	<u>92 514</u>
Juros a pagar	<u>18 782</u>	<u>16 313</u>	<u>18 764</u>	<u>16 298</u>
	<u>2 479 740</u>	<u>3 007 904</u>	<u>2 377 007</u>	<u>2 995 529</u>

Quanto à sua duração residual estes recursos decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Exigível à vista	596 145	646 485	579 083	634 149
Exigível a prazo				
Até 3 meses	1 127 210	1 941 626	1 124 743	1 941 623
De 3 meses a 1 ano	677 026	378 107	629 178	378 107
De 1 a 5 anos	60 577	25 373	25 239	25 352
Mais de 5 anos	0	0	0	0
Juros a pagar	18 782	16 313	18 764	16 298
	<u>1 883 595</u>	<u>2 361 419</u>	<u>1 797 924</u>	<u>2 361 380</u>
	<u>2 479 740</u>	<u>3 007 904</u>	<u>2 377 007</u>	<u>2 995 529</u>

31. Responsabilidades representadas por títulos

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Certificados de depósito	-	425	-	425
Obrigações	46 750	15 625	46 750	15 625
Juros a pagar	16	231	16	231
	<u>46 766</u>	<u>16 281</u>	<u>46 766</u>	<u>16 281</u>

Em 17 de Abril de 2008, o Banco procedeu ao reembolso total das 5 emissões de Obrigações de caixa emitidas em 2 de Outubro de 2006, no montante total de 13 025 milhares de euros.

Em 28 de Dezembro de 2007, o Banco efectuou 5 emissões de Obrigações de caixa Popular Ouro, no montante de 2 600 milhares de euros, representadas por 52 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

O reembolso destes empréstimos será efectuado em 31 de Dezembro de 2011, no caso de não se verificar o reembolso antecipado. A data de reembolso antecipado é em 31 de Dezembro de 2009.

A taxa de juro nominal (TNB) é de 1,55%, paga anualmente no dia 31 de Dezembro, com início em 2008 e fim em 2011. Adicionalmente, e caso não haja lugar a reembolso antecipado, verificar-se-á também o pagamento, na data de reembolso (31 de Dezembro de 2011), de uma remuneração variável correspondente ao Valor Nominal x 75% x Variação do Preço do Ouro, sendo esta variação medida, tendo por base a média de preços de 8 observações semestrais, com início em 28 de Junho de 2008.

Caso haja lugar a reembolso antecipado, verificar-se-á também um pagamento adicional, na data de reembolso antecipado (31 de Dezembro de 2009), de uma remuneração variável correspondente ao Valor Nominal x 14%, no caso do preço do ouro entre a data de emissão e 28 de Dezembro de 2009, subir pelo menos 14%.

Em 28 de Maio de 2008, o Banco efectuou 5 emissões de Obrigações de caixa Popular AquaAgrícola, no montante de 7 500 milhares de euros, representadas por 150 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

O reembolso destes empréstimos será efectuado em 7 de Dezembro de 2011.

A taxa de juro nominal (TNB) é de 1,10% ao ano. Os juros destas obrigações vencem-se semestralmente em 30 de Novembro e de 2008, 30 de Maio de 2009, 30 de Novembro de 2009, 30 de Maio de 2010, 30 de Novembro de 2010, 30 de Maio de 2011 e 7 de Dezembro de 2011. Adicionalmente verificar-se-á também o pagamento, na data de reembolso (7 de Dezembro de 2011), de uma remuneração variável correspondente ao Valor Nominal x 75% x Variação média simples de dois índices, um ligado a empresas do sector da água e o outro ligado a produtos do sector agrícola, sendo esta variação medida, tendo por base do Preço do Ouro, sendo esta variação medida, tendo por base o valor de fecho dos referidos índices em 14 observações trimestrais, com início em 28 de Agosto de 2008.

Em 29 de Agosto de 2008, o Banco efectuou 5 emissões de Obrigações de caixa Popular Oportunidades Globais II, no montante de 11 650 milhares de euros, representadas por 233 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

O reembolso destes empréstimos será efectuado em 29 de Agosto de 2011.

A taxa de juro nominal (TNB) é de 1,10% ao ano. Os juros destas obrigações vencem-se anualmente em 29 de Agosto de 2009, 29 de Agosto de 2010 e 29 de Agosto de 2011. Adicionalmente, e apenas no momento do reembolso, haverá lugar a uma remuneração variável bruta, dependente da evolução dos índices Dow Jones Euro Stoxx 50, Eurostat Eurozone HIPC Ex Tobacco, Philadelphia Gold & Silver e iBoxx Euro Sovereigns Eurozone total return, sendo estes valores fixados em cada data de observação (a cada nove meses), em que é retirado do cabaz o índice com a performance mais baixa.

Em 30 de Dezembro de 2008, o Banco efectuou uma emissão de Obrigações de caixa Popular Aforro 2008, no montante de 25 000 milhares de euros, representadas por 500 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

O reembolso destes empréstimos será efectuado em 2 de Janeiro de 2011.

A taxa de juro do 1º cupão é de 6,5% (TANB), aplicada desde o dia 30/12/2008 até ao dia 30 de Junho de 2009. Do 2º ao último cupão, a taxa de juro nominal anual aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros será variável e igual à taxa EURIBOR para o prazo de 6 meses, do segundo "dia útil TARGET" anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, adicionada de 0,25%.

Os juros são pagos semestralmente e postecipadamente em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, com excepção do último cupão que será pago a 2 de Janeiro de 2011.

32. Outras Provisões e Provisões técnicas

Os saldos e movimentos das contas de provisões, decompõem-se como segue:

Outras Provisões (Passivo) - Movimentos	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Saldo em 1 de Janeiro	53 463	49 254	2 357	2 343
Dotações	10 970	4 463	1 053	381
Utilizações	-	251	77	-
Anulações	219	2	54	367
Saldo em 31 de Dezembro	64 214	53 464	3 279	2 357

Outras Provisões (Passivo) - Saldos	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Outras provisões	71	79	605	198
Provisões para riscos gerais de crédito	64 143	53 385	-	-
Provisões para garantias e compromissos	-	-	2 674	2 159
	64 214	53 464	3 279	2 357

As provisões técnicas (actividade seguradora) ilustram-se como segue:

Provisões técnicas	31-12-08	31-12-07
Provisão Matemática	107 282	597 907
Provisão para Sinistros	5 704	4 788
Provisão para Participação nos Resultados	2 669	621
Provisão para Prémios não adquiridos	1 146	227
Saldo em 31 de Dezembro	116 801	603 543

33. Outros passivos subordinados

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Obrgs de caixa subordinadas - BNC 2004	-	55 000	-	55 000
Obrgs de caixa subordinadas - Popular 2005	-	65 000	-	65 000
Obrgs de caixa subordinadas - Popular 2007	-	50 000	-	50 000
Unidades de titularização - SPE	-	-	99 531	116 086
	0	170 000	99 531	286 086
Juros a pagar	-	285	1 043	864
	0	170 285	100 574	286 950

- Obrigações

Obrigações de Caixa Subordinadas – BNC 2004

No dia 29 de Dezembro de 2008, e após autorização prévia do Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento dos juros do cupão nº 17 e ao reembolso antecipado (*Call Option*), do total desta emissão.

Obrigações de Caixa Subordinadas – Popular 2005

No dia 29 de Dezembro de 2008, e após autorização prévia do Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento dos juros do cupão nº 13 e ao reembolso antecipado (*Call Option*), do total desta emissão.

Obrigações de Caixa Subordinadas – Popular 2007

No dia 29 de Dezembro de 2008, e após autorização prévia do Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento dos juros do cupão nº 6 e ao reembolso antecipado (*Call Option*), do total desta emissão.

- Titularização de créditos

Em Junho de 2002, o Banco realizou uma operação de titularização de crédito à habitação, no valor de 250 milhões de euros, denominada Navigator Mortgage Finance Number 1.

Os activos foram adquiridos por um fundo de titularização de créditos, denominado Navigator Mortgage Finance nº 1 Fundo, que, em simultâneo, emitiu unidades de titularização totalmente subscritas pelo Navigator Mortgage Finance Nº 1 Plc, o qual, também emitiu obrigações, cujas características são as seguintes:

	Valor nominal	Rating		Taxa de juro
	mil euros	Standard & Poors	Moody's	(até Maio de 2035)
Class A Notes (Senior)	230 000	AAA	Aaa	Euribor 3 meses+0,21%
Class B Notes (Senior)	10 000	AA	Aa2	Euribor 3 meses+0,38%
Class C Notes (Senior)	10 000	A	A2	Euribor 3 meses+0,55%
Class D notes (Subordinada)	4 630	n.a.	n.a.	n.a.

O Banco, nos termos dos contratos assinados, não assumiu qualquer compromisso respeitante a disponibilidades de caixa do emitente, assim como linhas de liquidez, financiamentos, garantias, direitos e proveitos residuais ou quaisquer outros riscos, para além das obrigações subordinadas (Class D Notes) identificadas no quadro acima que integram o saldo da rubrica de títulos de investimento de rendimento variável.

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor contabilístico, nas contas individuais, das Class D Notes ascende a 4 380 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, em termos de contas individuais, encontram-se constituídas provisões no montante de 3 321 milhares de euros, (2007: 3 321 milhares de euros), de acordo com o estabelecido na Instrução nº 27/2000 do Banco de Portugal. Esta instrução foi entretanto revogada pela instrução nº 2/2008, publicada em 17 de Março de 2008.

Entidades intervenientes:

- Navigator Mortgage Finance Nº 1 Fundo, fundo de titularização de créditos português que adquiriu os créditos;
- Navigator, SGFTC, sociedade gestora de fundos de titularização de créditos que gere o fundo;
- Navigator Mortgage Finance Nº 1 Plc, sociedade que adquiriu as unidades de titularização e que emitiu as obrigações (Notes).

34. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Credores por fornecimento de bens	40 416	2 086	40 443	2 305
Retenção de impostos na fonte	5 092	4 703	5 482	5 002
Encargos a pagar com o pessoal	10 606	10 296	11 661	10 660
Outros encargos a pagar	30 557	1 676	41 157	3 817
Credores por contratos de factoring	-	-	-	6 718
Credores por seguro directo e resseguro	-	-	2 668	1 094
Operações cambiais	2 475	2 495	2 475	2 495
Operações de bolsa a regularizar	-	-	-	3 087
Instruções de débito cobradas	13 890	10 460	13 890	10 460
Operações passivas a regularizar	4 736	10 046	4 736	18 761
Outras contas de regularização	11 513	4 988	44 394	11 117
	119 285	46 750	166 906	75 516

35. Pensões de reforma

O Plano de Pensões do Banco Popular Portugal é um plano de benefício definido que contempla os benefícios previstos no ACT que regulamenta a actividade bancária em Portugal.

O fundo assume as responsabilidades com serviços passados dos ex-colaboradores, na proporção do tempo em que tenham estado ao serviço do Banco Popular Portugal. Em contrapartida, é abatido, ao valor das responsabilidades, o valor das responsabilidades com serviços passados dos actuais colaboradores, respeitante ao tempo de serviço prestado noutras instituições do sector bancário.

Constitui objectivo do Plano de Pensões dos Membros Executivos do Conselho de Administração assegurar o pagamento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência para os membros Executivos do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2008, o número de participantes no fundo era de 1 270 (2007: 1 234). A esta data existiam 14 reformados e 9 pensionistas.

As responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência apresentam-se como segue:

Serviços Passados	31-12-08	31-12-07
Responsabilidades no início do exercício	90 741	85 251
Custo do serviço corrente:		
Banco	5 912	5 720
Trabalhadores	707	622
Custo dos juros	4 607	4 111
Pensões pagas	- 814	- 674
Desvios actuariais	- 7 621	- 4 289
Responsabilidades no final do exercício	93 532	90 741

Valor actual das responsabilidades	31-12-08	31-12-07
Serviços Passados		
- Velhice	77 880	78 826
- Invalidez	630	515
- Pensões em pagamento	13 428	11 400
- Ex -participantes	1 593	0
	93 531	90 741
Serviços Futuros		
- Velhice	146 780	165 668
- Invalidez	0	256
- Sobrevivência	0	519
	146 780	166 443

As responsabilidades por serviços passados foram determinadas para os activos na cobertura de velhice pelo método “Projected Unit Credit”.

As responsabilidades de sobrevivência e invalidez, previstas no ACT e seguráveis, estão cobertas através da subscrição de um seguro de vida “Multiprotecção” para o universo populacional, à excepção daqueles cuja premência de invalidez ou sobrevivência seja considerada imprópria para segurar.

Trata-se de um contrato temporário anual renovável em que a Seguradora garante ao Fundo de Pensões do Banco Popular Portugal, SA, em caso de morte ou invalidez de grau igual ou superior a 66%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, verificadas em qualquer das pessoas aderentes constantes do grupo seguro, o pagamento dos capitais contratados.

O contrato de seguro foi celebrado com a seguradora Eurovida – Companhia de Seguros de Vida S.A., que se encontra em relação de grupo com o Banco Popular Portugal, SA.

Os movimentos ocorridos no valor patrimonial do fundo de pensões foram os seguintes:

Valor Patrimonial do Fundo	31-12-08	31-12-07
Valor no início do exercício	90 242	77 712
Contribuições entregues:		
Entidade Patronal	10 218	10 067
Trabalhadores	707	622
Rendimento do Fundo	- 6 281	3 172
Pensões pagas	- 815	- 674
Outras variações líquidas	- 837	- 657
Valor no final do exercício	93 234	90 242
Responsabilidades por serviços passados	93 532	90 741
Valor por amortizar até 31 de Dezembro de 2009	3 017	6 033
Responsabilidades por serviços passados actuais	90 515	84 708
Nível de Cobertura	103,0%	106,5%

Em 31 de Dezembro de 2008, o Fundo possuía 146 mil unidades de participação do fundo de investimento “Popular Global 75”, no montante de 397 mil euros, e 8 000 obrigações de caixa “Popular Aforro 2008”, no montante de 400 mil euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante dos ganhos e perdas actuariais não reconhecidas decompõe-se como segue:

Ganhos e Perdas Actuarias	31-12-08	31-12-07
Perdas actuarias não reconhecidas a 1 de Janeiro	- 11 163	- 15 078
Limite do corredor a 1 de Janeiro	- 9 074	- 8 525
Excesso	<u>- 2 089</u>	<u>- 6 553</u>
Número médio de anos esperado remanescente dos activos	<u>29</u>	<u>29</u>
Perdas actuarias não reconhecidas a 1 de Janeiro	- 11 163	- 15 078
Ganhos actuarias do ano - responsabilidades	7 621	4 289
Ganhos / Perdas actuarias do ano - Fundo	- 10 865	- 599
Perdas actuarias reconhecidas no ano	72	225
Perdas actuarias não reconhecidas a 31 de Dezembro	<u>- 14 335</u>	<u>- 11 163</u>

Os montantes reconhecidos como custos do exercício decompõem-se como segue:

Custos do exercício	31-12-08	31-12-07
Custo do serviço corrente	6 619	6 342
Custo dos juros	4 607	4 111
Rendimento esperado do Fundo	- 4 583	- 3 772
Amortização de perdas actuarias	72	226
Outros	130	35
Total	<u>6 845</u>	<u>6 942</u>

Os principais pressupostos actuarias e financeiros utilizados, bem como os valores efectivamente verificados no exercício apresentam-se como segue:

	31-12-08		31-12-07	
	<u>Pressup.</u>	<u>Real</u>	<u>Pressup.</u>	<u>Real</u>
Taxa de desconto	5,25%		4,75%	
Taxa de rendimento esperado dos activos do Fundo	5,25%	-7,1%	4,75%	3,4%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3,0%	2,6%	3,0%	2,7%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	2,6%	2,0%	2,7%
Tábua de mortalidade	TV 88/90		TV 88/90	
Tábua de invalidez	ERC Francona		ERC Francona	
Turnover	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

36. Passivos e compromissos contingentes

O quadro seguinte indica o montante contratual dos instrumentos financeiros extrapatrimoniais do Grupo, que obriga à concessão de crédito a clientes.

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	435 854	366 750	435 850	366 746
Créditos documentários	17 897	32 044	17 897	32 044
Compromissos				
Créditos irrevogáveis	11 929	11 614	11 929	11 614
Créditos revogáveis	1 160 500	1 753 090	1 287 482	1 951 706
	<u>1 626 180</u>	<u>2 163 498</u>	<u>1 753 158</u>	<u>2 362 110</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de Créditos irrevogáveis inclui o montante de 5 244 milhares de euros (2007: 5 163 milhares de euros), referente a responsabilidades a prazo para com o Fundo de Garantia de Depósitos em relação à parte das contribuições anuais que, de acordo com as deliberações do Fundo, não foram pagas em numerário.

O montante da rubrica de Activos dados em garantia é integralmente constituído por títulos da carteira própria do Banco destinados, na quase totalidade a colaterizar uma linha de crédito irrevogável junto do Banco de Portugal, no âmbito do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT), a qual não está a ser utilizada.

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Activos dados em garantia	157 614	17 614	157 614	17 614

Adicionalmente existiam em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os seguintes saldos relativos a contas extra patrimoniais:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Depósito e guarda de valores	3 812 882	4 289 849	3 812 882	4 289 849
Valores recebidos para cobrança	249 698	159 916	278 097	185 440
	<u>4 062 580</u>	<u>4 449 765</u>	<u>4 090 979</u>	<u>4 475 289</u>

37. Capital social e Prémios de emissão

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 29 de Dezembro de 2008, o capital social do Banco, de 176 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2008, foi aumentado para 376 milhões de euros.

O aumento, no valor de 200 milhões de euros, correspondente à emissão de 200 000 milhares de novas acções, com o valor nominal de 1 euro, foi integralmente subscrito pelo Banco Popular Español.

Assim, o capital do Banco, em 31 de Dezembro de 2008, era representado por 376 000 milhares de acções com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente detidas pelo Banco Popular Español, SA, estando totalmente subscrito e realizado.

O montante registado na rubrica Prémios de emissão tem origem nos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital social efectuados nos exercícios de 2000, 2003 e 2005.

38. Reservas de reavaliação

Os movimentos ocorridos na rubrica de reservas de reavaliação foram os seguintes:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Reservas de reavaliação e Justo Valor				
Investimentos disponíveis p/ venda				
Saldo líq. em 1 de Janeiro	334	1 174	- 2 103	1 052
Reaval. ao justo valor	- 3 288	- 1 143	- 4 077	- 4 292
Impostos diferidos	871	303	556	1 137
Transf. p/ lucro líq. em alienações	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	- 2 083	334	- 5 624	- 2 103
Activos tangíveis de uso próprio ao justo valor	-	-	9 792	9 791
Impostos diferidos	-	-	- 2 595	- 2 594
	0	0	7 197	7 197
Reservas de reavaliação (Diplomas legais)	3 143	3 143	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	1 060	3 477	1 573	5 094

A reserva de reavaliação relativa aos títulos disponíveis para venda resulta da adequação ao justo valor dos títulos em carteira. Estes saldos serão movimentados por contrapartida de resultados no momento da alienação dos títulos que lhes deram origem ou caso se verifique imparidade.

A reserva de reavaliação referente à adequação ao justo valor de activos tangíveis de uso próprio está relacionada com o imóvel da Rua Ramalho Ortigão (Nota 24).

A reserva de reavaliação do imobilizado corpóreo apurada de acordo com o Decreto-Lei nº 31/98, apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- Para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real actual;
- Para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive;
- Para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Pela aplicação dos IFRS, nas demonstrações financeiras consolidadas esta reserva foi transferida para resultados transitados.

39. Outras reservas e resultados transitados

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados, decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Reserva legal	27 617	22 609	29 847	24 032
Outras reservas	219 830	174 766	221 384	176 712
Resultados transitados	- 26 256	- 23 385	30 245	21 105
	221 191	173 990	281 476	221 849

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Reserva legal				
Saldo em 1 de Janeiro	22 609	17 966	24 032	18 818
Transf. Resultados Transitados	5 008	4 643	5 815	5 214
Saldo em 31 de Dezembro	<u>27 617</u>	<u>22 609</u>	<u>29 847</u>	<u>24 032</u>
Outras reservas				
Saldo em 1 de Janeiro	174 766	132 981	176 711	134 926
Transf. Resultados Transitados	45 064	41 785	44 673	41 785
Saldo em 31 de Dezembro	<u>219 830</u>	<u>174 766</u>	<u>221 384</u>	<u>176 711</u>
Resultados transitados				
Saldo em 1 de Janeiro	- 23 385	- 20 513	21 105	12 183
Resultado líquido ano anterior	50 072	46 429	57 416	55 917
Dif. result. alt. critério contab.(IFRS)	- 2 871	- 2 872	2 212	5
Transf. p/ reserva legal	- 5 008	- 4 643	- 5 815	- 5 214
Transf. p/ outras reservas	- 45 064	- 41 786	- 44 673	- 41 785
	<u>- 26 256</u>	<u>- 23 385</u>	<u>30 245</u>	<u>21 106</u>
	<u>221 191</u>	<u>173 990</u>	<u>281 476</u>	<u>221 849</u>

- Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97.º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

40. Pessoal

O número de colaboradores ao serviço do Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, analisa-se como segue:

	31-12-08	31-12-07
Funções directivas	67	60
Funções de enquadramento	495	460
Funções técnicas e específicas	328	320
Funções administrativas e auxiliares	386	401
	<u>1 276</u>	<u>1 241</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos de administração ascenderam a 2 021 milhares de euros (2007: 1 866 milhares de euros).

Um membro do Conselho de Administração é mutuário de empréstimo para aquisição de habitação própria no valor de 135 milhares de euros.

41. Relações com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante dos créditos e débitos e dos resultados do Banco relativos a entidades relacionadas é o seguinte:

	Créditos		Débitos		Proveitos		Custos	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Eurovida, SA	4 030	4 030	97 966	7 439	1 745	1 778	999	1 198
Gerfundos - SGFI, SA	-	-	1 557	2 092	1 991	2 259	74	85
Popular Factoring, SA	104 644	124 986	-	-	7 546	3 932	-	-
Imopopular Fundo Especial I.I.	-	-	453	43	3	1	15	1
Populargest-Gestão Imóveis, Lda	98 015	50 176	205	145	4 196	849	-	-
Popular Seguros, SA	-	-	1 068	1 139	497	46	53	169
Predifundos - SGFII, SA	-	-	1 484	1 498	461	560	61	45
Consulteam, SA	-	-	-	19	-	-	-	-
SPE-Special Purpose Entities	4 474	4 149	-	-	511	1 113	-	-
	<u>211 163</u>	<u>183 341</u>	<u>102 733</u>	<u>12 375</u>	<u>16 950</u>	<u>10 538</u>	<u>1 202</u>	<u>1 498</u>
Banco Popular Español, SA	<u>1 198 991</u>	<u>576 403</u>	<u>4 785 822</u>	<u>3 404 831</u>	<u>43 002</u>	<u>18 278</u>	<u>212 212</u>	<u>128 117</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as Garantias Prestadas pelo Banco a entidades relacionadas ascendia ao montante de 11 550 milhares de euros (2007: 6 012 milhares de euros).

As operações com entidades relacionadas são efectuadas a condições normais de mercado.

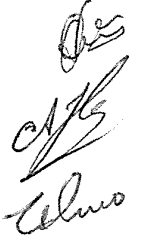
42. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de demonstrações de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem os seguintes saldos com menos de 90 dias de maturidade:

	Individual		Consolidado	
	31-12-08	31-12-07	31-12-08	31-12-07
Caixa (Nota 17)	53 064	43 988	53 065	43 989
Disponib. à vista em outros bancos (Nota 18)	98 769	108 727	105 884	117 707
Aplicações em I.C.'s com prazo inferior a 3 meses	389 171	524 803	294 281	408 220
	<u>541 004</u>	<u>677 518</u>	<u>453 230</u>	<u>569 916</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Popular Portugal, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas emitida por esta Sociedade, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço e as Demonstrações dos Resultados, de alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Banco Popular Portugal, SA

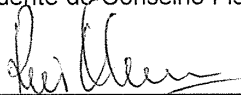
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços do Banco e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

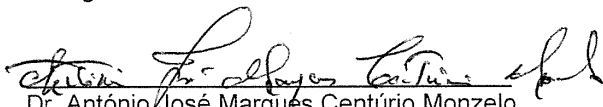
Lisboa, 29 de Maio de 2009

O Presidente do Conselho Fiscal



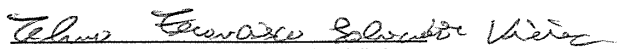
Dr. Rui Manuel Ferreira de Oliveira

O Vogal



Dr. António José Marques Centúrio Monzelo

O Vogal



Dr. Telmo Francisco Salvador Vieira



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal (contas consolidadas)

Srs. Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Popular Portugal, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco e das subsidiárias mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade do Banco e das subsidiárias mais significativas e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas de resultados, de alterações do capital próprio e dos fluxos de Caixa e o correspondente notas que permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo, das alterações no capital próprio consolidado, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e das suas subsidiárias, evidenciando os aspectos mais significativos.

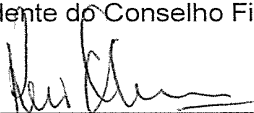
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços do Banco e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

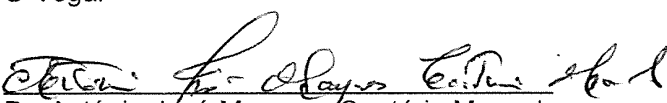
6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Grupo com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 29 de Maio de 2009

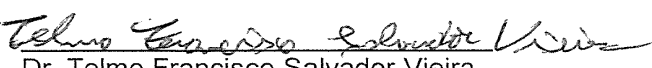
O Presidente do Conselho Fiscal


Dr. Rui Manuel Ferreira de Oliveira

O Vogal


Dr. António José Marques Centúrio Monzelo

O Vogal


Dr. Telmo Francisco Salvador Vieira

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Popular Portugal, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 8.380.427 milhares de euros e um total de capital próprio de 634.610 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 26.250 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal), as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor tal como adoptadas, em cada momento, pela União Europeia com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Banco Popular Portugal S.A.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

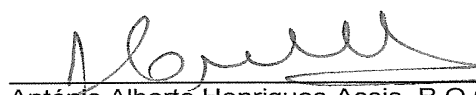
6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Popular Portugal, SA em 31 de Dezembro de 2008, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 29 de Maio de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Popular Portugal SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 9.008.049 milhares de euros e um total de capital próprio de 719.962 milhares de euros, incluindo interesses minoritários de 30.567 milhares de euros e um resultado líquido de 20.238 milhares de euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas, em cada momento, pela União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no seu capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a



Banco Popular Portugal S.A.

verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

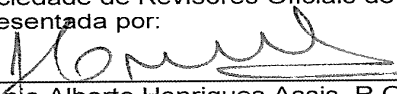
6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Popular Portugal, SA em 31 de Dezembro de 2008, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 29 de Maio de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.